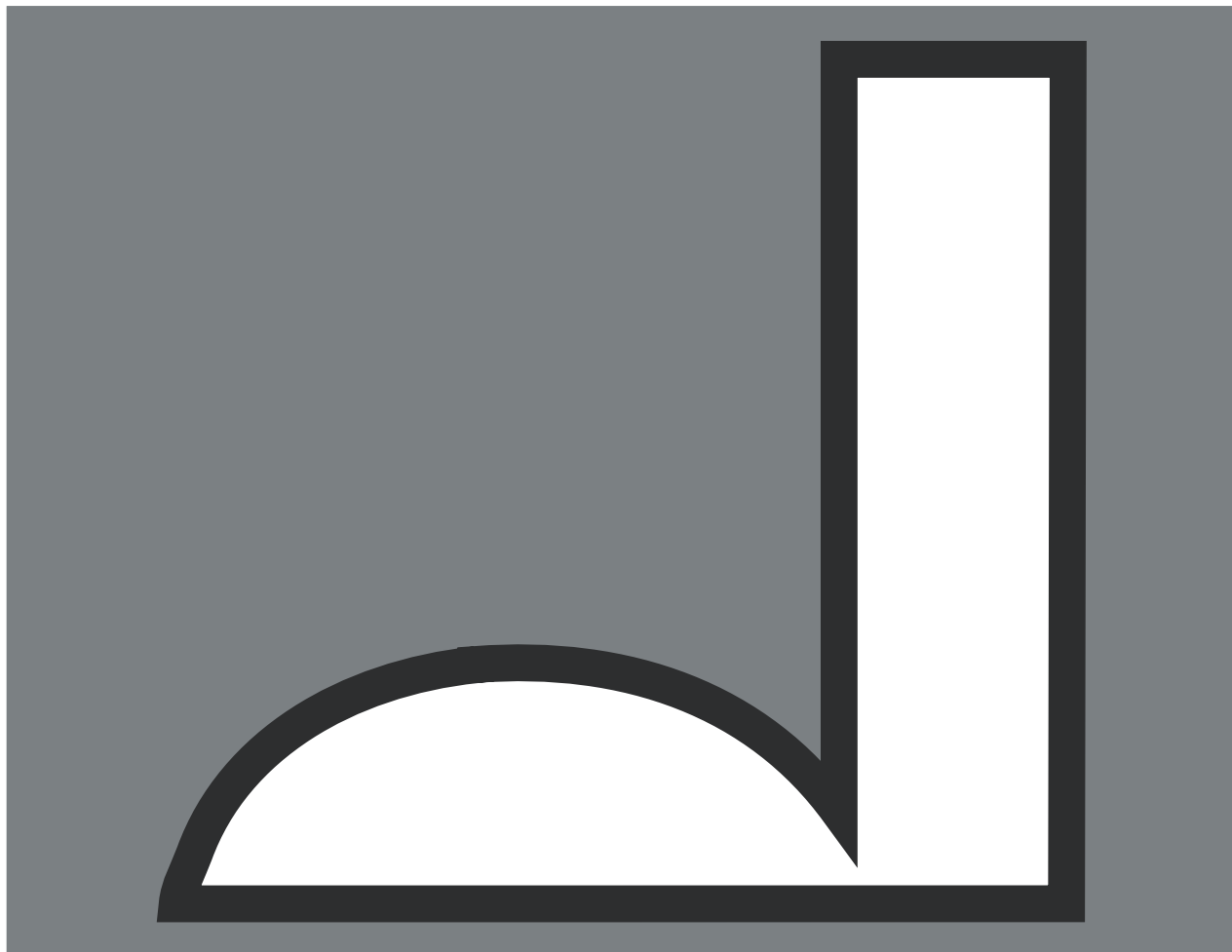




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de outubro de 2013)**

ANO LXVIII – SUP. “B” AO Nº 181 – SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p align="center">Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PMDB - 21 Eunício Oliveira (62,70) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL) - 24</p> <p align="center">Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p align="center">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PT - 12 Wellington Dias (24,65,90) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,67,97) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (69,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PCdoB - 2 Inácio Arruda (89,99) Vice-Líder do PCdoB Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p align="center">Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p align="center">Vice-Líderes Wilder Moraes (101,112) Cyro Miranda (31,103)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,68) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 3 José Agripino (2,10,14,44,46,77) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (101,112)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 14</p> <p align="center">Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p align="center">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p align="center">.....</p> <p>Líder do PTB - 7 Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5 Alfredo Nascimento (41,66) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p align="center">Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p align="center">Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p align="center">SDD - 1 Líder Vicentinho Alves - SDD (42,54,71,111)</p>

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
<p align="center">Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p align="center">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos</p>

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE REGISTROS LEGISLATIVOS DE
PLENÁRIOS E DE ELABORAÇÃO DE DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31
de outubro de 2013)



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**3ª Sessão Legislativa Ordinária da
54ª Legislatura - 2013**

**Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
Outubro/2013**

A - SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal
01 a 31/10/2013

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	1
Deliberativa Ordinária	15
Especial	1
Não Deliberativa	8
Total de sessões realizadas	25

Quadro Geral de Matérias
01 a 31/10/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PLC	5	5	1	0	0	11
PLS	1	19	1	0	2	23
SCD	3	0	0	0	0	3
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	0	2
Outros PDS	2	0	0	1	0	3
PRS	2	0	0	0	0	2
MSF	12	-	-	0	0	12
OFS	1	-	-	0	0	1
Total	28	24	2	1	2	57

Quadro Geral de Medidas Provisórias 01 a 31/10/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Total
MPV	2	0	2
PLV	-	3	3

Quadro de Requerimentos 01 a 31/10/2013

Natureza	Total
Audiência de comissão	28
Congratulações, pesar e assemelhados	20
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	1
Destaque	3
Homenagem de pesar	1
Informações	28
Licença Saúde (superior a 120 dias)	1
Missão (em representação do Senado Federal)	33
Prorrogação de comissão temporária	1
Prorrogação de prazo de indicações	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	9
Reexame de matéria por Comissão	1
Retirada de matéria	6
Tramitação conjunta	12
Urgência para matéria	7
Votação em globo	3
Total Geral	155

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
01 a 31/10/2013

	PRES REP	SF	CD	PGR	Total
PLC	1	-	8	1	10
PLS	-	20	-	-	20
SCD	-	3	-	-	3
PDS Atos Internacionais	2	-	-	-	2
Outros PDS	-	2	0	-	2
PRS	-	2	-	-	2
Total	3	27	8	1	39

**Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa
De 01 a 31/10/2013**

Fundamentação – RISF	Deferidos
Art.13 ⁽¹⁾	
Art. 40 – sem ônus ⁽²⁾	
Art. 43, I ⁽³⁾	
Art. 43, II ⁽⁴⁾	
Soma	89

Requerimentos de Retirada	1
----------------------------------	----------

(1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;

(3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e

(4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

**Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário
De 01 a 31/10/2013**

Fundamentação – RISF	Aprovados
Art. 40 – com ônus ⁽¹⁾	
Art. 43, I ⁽²⁾	
Art. 43, II ⁽³⁾	
Art. 67 ⁽⁴⁾	
Soma	32

Missões não efetivadas ⁽⁵⁾	3
--	----------

(1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;

(2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;

(3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e

(4) Representação do Senado Federal.

(5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal 04/02 a 31/10/2013

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	3
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	105
De Premiações E Condecorações	1
Especial	12
Não Deliberativa	70
Total de sessões realizadas	193
Reunião	1
Reunião Preparatória	2
Total de Reuniões	3

Quadro Geral de Matérias
04/02 a 31/10/2013

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Transformada em Projeto de Resolução do Senado	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade (art. 101, § 1º, do RISF)	Retirada pelo autor	Prejudicada	Total
PEC	8	-	-	1	-	0	0	4	8	21
PLC	42	20	-	0	8	1	1	0	7	79
PLS	19	104	1	0	36	2	1	26	29	218
SCD	8	0	-	2	0	1	0	0	0	11
ECD	2	0	-	1	0	0	0	0	0	3
PDS Atos Internacionais	18	0	-	0	0	0	0	1	0	19
PDS Rádio/TV	0	231	-	0	0	0	0	0	0	231
Outros PDS	6	0	-	0	0	0	0	0	1	7
PRS	45	1	-	0	0	0	0	1	3	50
MSF	58	-	-	0	-	0	0	0	0	58
OFS	24	-	-	2	-	0	0	0	0	26
Total	230	356	1	6	44	4	2	32	48	723

Quadro Geral de Medidas Provisórias
04/02 a 31/10/2013

	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Total
MPV	5	0	1	6
PLV	-	24	0	24

Quadro de Requerimentos 04/02 a 31/10/2013

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	15
Audiência de comissão	83
Auditoria	6
Calendário especial	15
Congratulações, pesar e assemelhados	229
Convocação de autoridades	3
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	3
Criação ou alteração de comissão temporária	4
Desapensamento de matérias	22
Destaque	104
Encerramento de discussão	1
Extinção de urgência	1
Homenagem de pesar	14
Inclusão de matéria na Ordem do Dia	1
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	188
Licença Interesse Particular (superior a 120 dias)	1
Licença Saúde (superior a 120 dias)	4
Missão (em representação do Senado Federal)	180
Não realização de sessão	1
Preferência	11
Prorrogação da sessão	1
Prorrogação de comissão temporária	4
Prorrogação de prazo de indicações	2
Prorrogação de prazos de comissão de código	2
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	36
Reexame de matéria por Comissão	3
Retirada de matéria	61
Suspensão de prazo de comissão	1
Tramitação conjunta	82
Urgência para matéria	66
Votação em globo	16
Voto de aplauso ou semelhante	7
Voto de censura ou semelhante	2
Total Geral	1170

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
04/02 a 31/10/2013

	PRES REP	SF	CD	CN	TST	PGR	Total
PEC		7	1	-	-	-	8
PLC	19	-	41	-	1	1	62
PLS	-	123	-	-	-	-	123
SCD	-	8	-	-	-	-	8
ECD	-	2	-	-	-	-	2
PDS Atos Internacionais	18	-	-	-	-	-	18
PDS Rádio/TV	231	-	-	-	-	-	231
Outros PDS	-	5	0	1	-	-	6
PRS	-	46	-	-	-	-	46
Total	268	191	42	1	1	1	504

*

-

Quadro de Normas Geradas por Origem
01/01 a 31/10/2013

Leis por iniciativa								
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República				Tribunal de Contas da União	Tribunal Superior do Trabalho	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
		PLC	PLN	MPV	PLV			
13	27	22	2	5	27	1	2	1

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
3	1	0

Quadros de Normas Geradas por Assunto 01/01 a 31/10/2013

Emendas Constitucionais. Total: 4

1. Administrativo. Total: 2

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1
Organização político-administrativa do Estado	1

2. Econômico. Total: 1

Assunto específico	Total
Tributação	1

3. Social. Total: 1

Assunto específico	Total
Trabalho e emprego	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 100

1. Administrativo. Total: 24

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	6
Licitação e contratos	2
Organização político-administrativa do Estado	5
Servidores públicos	11

2. Econômico. Total: 36

Assunto específico	Total
Agricultura, pecuária e abastecimento	4
Desenvolvimento regional	2
Econômico	1
Minas e energia	3
Planejamento e orçamento	10
Política econômica e sistema financeiro	5
Recursos hídricos	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 100**2. Econômico. Total: 36**

Assunto específico	Total
Tributação	8
Viação e transportes	2

3. Honorífico. Total: 7

Assunto específico	Total
Data comemorativa	4
Homenagem cívica	3

4. Jurídico. Total: 6

Assunto específico	Total
Defesa nacional e forças armadas	1
Direito civil e processual civil	2
Direito eleitoral e partidos políticos	1
Direito penal e processual penal	2

5. Social. Total: 27

Assunto específico	Total
Arte e cultura	2
Assistência social	1
Desenvolvimento social e combate à fome	1
Direitos humanos e minorias	3
Educação	6
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	1
Meio ambiente	2
Saúde	5
Trabalho e emprego	6

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa **De 01/01/2013 a 31/10/2013**

Fundamentação – RISF	Deferidos	Retirados	Efetivos
Art.13 ⁽¹⁾			
Art. 40 – sem ônus ⁽²⁾			
Art. 43, I ⁽³⁾			
Art. 43, II ⁽⁴⁾			
Soma	708	6	702

(1) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;

(2) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;

(3) Requerimento de licença para tratamento de saúde; e

(4) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário **De 01/01/2013 a 31/10/2013**

Fundamentação – RISF	Aprovados	Não Efetivados ⁽⁵⁾	Efetivos
Art. 40 – com ônus ⁽¹⁾			
Art. 43, I ⁽²⁾			
Art. 43, II ⁽³⁾			
Art. 67 ⁽⁴⁾			
Soma	190	34	156

(1) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;

(2) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;

(3) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente; e

(4) Representação do Senado Federal.

(5) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 31/10/2013

Matéria: Medida Provisória. Total: 2

1. À promulgação. Total: 2

Aprovada na íntegra. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 624/2013	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	08/10/2013
MPV 622/2013	Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 380.000.000,00, para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste.	Presidente da República	30/10/2013

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

1. À sanção. Total: 3

Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 23/2013	Altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 618, de 2013	01/10/2013

Matéria: Projeto de Lei de Conversão. Total: 3
1. À sanção. Total: 3
Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLV 25/2013	Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, altera o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, a Lei nº 12.546, de 14 de setembro de 2011, autoriza a União a equalizar parte do custo de produção referente à safra 2011/2012 das unidades industriais produtora de etanol que desenvolvam suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, e a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/12, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro, altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – Prosus, dispõe sobre a utilização, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde, autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoonossanitária, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente, altera a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, dispõe sobre o repasse, pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, às suas mantenedoras, recursos financeiros recebidos dos entes públicos, altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 619, de 2013	01/10/2013
PLV 26/2013	Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.	Comissão Mista da Medida Provisória Nº 621, de 2013	16/10/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 30/2009	Acrescenta parágrafo ao art. 34 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde e dá outras providências. (desobriga as entidades filantrópicas da área de saúde de constituir pessoa jurídica independente para operar plano privado de assistência à saúde).	Darcísio Perondi	30/10/2013

2. Ao arquivo. Total: 1**Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 51/2011	Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	Sandes Júnior	16/10/2013

3. À sanção. Total: 9**Aprovada pelo Plenário. Total: 4**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 14/2013	Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, nos termos que especifica.	Edinho Araújo	08/10/2013
PLC 43/2013	Altera o Decreto nº 2.784, de 18 de junho de 1913, para restabelecer os fusos horários do Estado do Acre e de parte do Estado do Amazonas, e revoga a Lei nº 11.662, de 24 de abril de 2008.	Presidente da República	08/10/2013
PLC 22/2009	Dispõe sobre a denominação do novo Prédio da Administração da Faculdade de Direito, no Campus da Universidade Federal do Amazonas, na cidade de Manaus.	Vanessa Grazziotin	17/10/2013
PLC 53/2013	Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.	Procuradoria-geral da República	23/10/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 1/2013	Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências.	Maria do Rosário	21/10/2013
PLC 31/2012	Acrescenta art. 85-A ao Capítulo VII - Da Sinalização de Trânsito da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre faixas de pedestres.	Sandes Júnior	23/10/2013

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 11
3. À sanção. Total: 9
Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 107/2010	Institui o Dia Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.	Alex Canziani	24/10/2013
PLC 163/2010	Denomina Rodovia Adão Gasparovic o trecho da BR-163 -entroncamento da BR-277 ao entroncamento da BR-467 - no Contorno Oeste da Cidade de Cascavel, no Estado do Paraná.	Eduardo Sciarra	24/10/2013
PLC 126/2011	Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo	Chico Lopes	31/10/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23
1. À Câmara dos Deputados. Total: 20
Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 15/2011	Institui o Programa Fronteira Agrícola Norte e dá outras providências	Mozarildo Cavalcanti	09/10/2013

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 231/2012	Cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas (FNPDRN) e dá outras providências.	Eduardo Suplicy	04/10/2013
PLS 8/2013	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Gim	07/10/2013
PLS 241/2013	Institui a Política de Atenção Integral à Saúde do Homem.	Angela Portela	07/10/2013
PLS 226/2011	Altera o art. 964 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.	Acir Gurgacz	09/10/2013
PLS 727/2011	Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal.	Eunício Oliveira	14/10/2013
PLS 733/2011	Estabelece a obrigatoriedade de experiência prévia para que entidades sem fins lucrativo firmem parcerias com o Poder Público.	Vital do Rêgo	14/10/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23

1. À Câmara dos Deputados. Total: 20

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 19

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 7/2012	Altera os arts. 123 e 124 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) para restringir o benefício da saída temporária de presos.	Ana Amélia	14/10/2013
PLS 29/2012	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código do Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a aferição de peso dos veículos de transporte coletivo	Acir Gurgacz	14/10/2013
PLS 321/2012	Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SistENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.	José Agripino	16/10/2013
PLS 155/2011	Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da BR - 116 desde a cidade de Fortaleza até a divisa do Ceará com Pernambuco.	Eunício Oliveira	21/10/2013
PLS 602/2011	Denomina "Rodovia Senador Eliseu Resende" o trecho da BR-494 entre o Município Oliveira, no Estado de Minas Gerais e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.	Clésio Andrade	21/10/2013
PLS 331/2012	Confere ao Município de Carlos Barbosa, no Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional do Futsal.	Ana Amélia	21/10/2013
PLS 196/2013	Denomina "Rodovia Engenheiro Lysímaco Franco Ferreira da Costa" o trecho da BR-277 que se estende de Curitiba a Paranaguá; "Rodovia do Café Governador Ney Braga" os trechos da BR-277 e BR-376 que se estendem de Curitiba a Nova Londrina e seu prolongamento até Porto São José, na divisa com Mato Grosso do Sul; e "Rodovia General Luiz Carlos Pereira Tourinho" o trecho da rodovia BR-369 entre Londrina e Maringá.	Alvaro Dias	21/10/2013
PLS 557/2011	Denomina Rodovia Governador Janary Nunes a Rodovia BR-156.	Randolfe Rodrigues	25/10/2013
PLS 165/2012	Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.	Antonio Carlos Valadares	28/10/2013
PLS 428/2012	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.	Vital do Rêgo	28/10/2013
PLS 244/2011	Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a garantia antecipada do crédito tributário e da execução fiscal.	Armando Monteiro	31/10/2013
PLS 96/2012	Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal.	Paulo Bauer	31/10/2013
PLS 429/2012	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para sujeitar ex dirigentes de entidades desportivas profissionais às responsabilidades e sanções civis, especificadas na Lei.	Vital do Rêgo	31/10/2013

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 23
2. Ao arquivo. Total: 3
Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 93/2012	Altera o caput do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e o art. 5º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, com o objetivo de alterar a distribuição de compensação financeira pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica.	Magno Malta	04/10/2013

Retirada pelo autor. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 395/2013	Federaliza os trechos das rodovias RO-472, MT-313 e MT-208 compreendidos entre as localidades de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e Rondolândia, no Estado do Mato Grosso.	Acir Gurgacz	10/10/2013
PLS 211/2009	Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de auto-atendimento da rede bancária.	Valdir Raupp	17/10/2013

Matéria: Substitutivo da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 3
1. À sanção. Total: 3
Aprovada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
SCD 126/2008	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, oferecendo nova disciplina à prisão preventiva para fins de extradição.	Cpi - Pedofilia - 2008	09/10/2013
SCD 98/2002 Complementar	Dispõe sobre o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal.	Mozarildo Cavalcanti	16/10/2013
SCD 352/2011	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir tratamentos entre as coberturas obrigatórias.	Ana Amélia	22/10/2013

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 5**1. À Câmara dos Deputados. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 266/2013	Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2013.	Comissão de Assuntos Econômicos	17/10/2013
PDS 85/2013	Susta os efeitos da resolução administrativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral nos autos da Petição nº. 9.495/AM, que redefine o número de Deputados Federais, Estaduais e Distritais.	Eduardo Lopes	23/10/2013

2. Ao arquivo. Total: 1**Prejudicada. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 181/2013	Disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013.	Walter Pinheiro	01/10/2013

3. À promulgação. Total: 2**Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 121/2013	Aprova o texto da Convenção sobre a Conservação das Espécies Migratórias de Animais Silvestres - CMS, assinado em Bonn, em 23 de junho de 1979.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	09/10/2013
PDS 177/2013	Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República da Colômbia e o Governo da República do Peru para Combater as Atividades Ilícitas nos Rios Fronteiriços ou Comuns, assinado em Leticia, em 20 de julho de 2008.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	17/10/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 2**1. À promulgação. Total: 2****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 59/2013	Altera o Regimento Interno do Senado Federal para determinar o envio à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional das mensagens propondo perdão e reescalonamento de dívidas de que o Brasil seja credor.	Ricardo Ferraço	17/10/2013

Matéria: Projeto de Resolução do Senado. Total: 2

1. À promulgação. Total: 2

Aprovada pelo Plenário. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRS 13/2007	Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Venezuela e dá outras providências.	Mozarildo Cavalcanti	30/10/2013

Matéria: Mensagem (sf). Total: 12

Aprovada pelo Plenário. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 66/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor PEDRO FERNANDO BRÉTAS BASTOS, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.	Presidente da República	01/10/2013
MSF 84/2013	Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.	Presidente da República	01/10/2013
MSF 87/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ EDUARDO MARTINS FELICIO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Paraguai.	Presidente da República	01/10/2013
MSF 61/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Irlanda.	Presidente da República	02/10/2013
MSF 67/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhora MARIA DA GRAÇA NUNES CARRION, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.	Presidente da República	02/10/2013
MSF 78/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	Presidente da República	02/10/2013
MSF 62/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados.	Presidente da República	16/10/2013
MSF 80/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.	Presidente da República	16/10/2013
MSF 89/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o nome do Senhor FERNANDO AZEVEDO E SILVA, para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.	Presidente da República	16/10/2013
MSF 90/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JOSÉ JURHOSA JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	Presidente da República	16/10/2013
MSF 68/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.	Presidente da República	22/10/2013

Matéria: Mensagem (sf). Total: 12
Aprovada pelo Plenário. Total: 12

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 79/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.	Presidente da República	22/10/2013

Matéria: Ofício (sf). Total: 1
Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 41/2013	Encaminha o nome do membro do Ministério Público da União, Doutora LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, Procuradora Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	Procuradoria-geral da República	16/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155
Aprovada pelo Plenário. Total: 93

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1034/2013	Requer, nos termos regimentais, que sobre os Projetos de Lei do Câmara nºs 147 e 148, de 2010 (apensados), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.	Lobão Filho	01/10/2013
RQS 1133/2013	Requerem, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.	Líderes Partidários	01/10/2013
RQS 1149/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos do Senado Federal para participar da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, no período de 25 a 31 de outubro de 2013. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do país no período de 25 a 31 de outubro de 2013.	José Agripino	01/10/2013
RQS 1150/2013	Requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para atender a convocação do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino Americano, no sentido de participar da Sessão Solene de inauguração do Edifício Sede deste Organismo Internacional e de sua XXIX Assembleia Ordinária, que serão realizadas em Cidade do Panamá, no período de 16 a 20 de outubro de 2013. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que irá se ausentar do país no período de 16 a 20 de outubro de 2013.	Cícero Lucena	01/10/2013
RQS 1151/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão, com ônus para o Senado, para participar da comitiva do Senado Federal nas Reuniões da Comissão de Minas e Energia do Parlamento Latino Americano, bem como da Sessão Solene de Inauguração do Edifício da Sede Permanente, na Cidade do Panamá, nos dias 18 a 20 de outubro de 2013.	Vanessa Grazziotin	01/10/2013
RQS 1153/2013	Requer, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 848, de 2012, que a Comissão de Juristas criada com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execução Penal - LEP, tenha seu prazo prorrogado por mais setenta dias.	Renan Calheiros	01/10/2013
RQS 1154/2013	Requer, nos termos do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal, urgência na tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2013.	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	01/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 93

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 975/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 323, de 2012, com o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007.	Flexa Ribeiro	01/10/2013
RQS 976/2013	Requer, com fundamento no art. 255, inciso II, letra "c", nº 12, e no art. 279, inciso I, do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2007, seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993).	Eduardo Suplicy	01/10/2013
RQS 1160/2013	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Resolução nº 59, de 2013.	Líderes Partidários	02/10/2013
RQS 1161/2013	Requer, nos termos do art. 338, IV, do RISF, urgência para o PDS nº 85/2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	02/10/2013
RQS 1134/2013	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para participar em reuniões do Parlatino, no Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.	Paulo Davim	03/10/2013
RQS 1165/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar no período de 7 a 14 de outubro de 2013, na Florida - USA a convite da SOFTEX - Tecnologia da Informação Brasileira, de reunião conjunta da SOFTEX e da Sony Entertainment; e da Gartner ITXpo 2013.	Walter Pinheiro	03/10/2013
RQS 1169/2013	Requer, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja cancelada a Sessão Especial do Senado Federal, que seria realizada no dia 21 de outubro de 2013, a que se refere o Requerimento nº 1169, de 2013.	Pedro Taques	03/10/2013
RQS 1170/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 16 a 20 de outubro de 2013, para participar da Sessão Solene do PARLATINO, na Cidade do Panamá, República do Panamá, conforme indicação da Presidência do Senado Federal.	Flexa Ribeiro	03/10/2013
RQS 962/2013	Requer, com fundamento no art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, em missão no exterior, no 5º Fórum de Parlamentares e na 5ª Conferência dos Estados Participantes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção, da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção - GOPAC, que serão realizados no período de 25 a 29 de novembro de 2013, em Panamá City, Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.	Humberto Costa	03/10/2013
RQS 1057/2013	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 915, de 2013, que a data previista para a comemoração seja alterada para o dia 18 de novembro de 2013, às 11 horas.	Wilder Moraes	08/10/2013
RQS 1176/2013	Requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno, no período de 17 a 19 de outubro de 2013, para representar o Senado Federal na XXIX Assembléia Ordinária do Parlatino, no marco da XXIII Cumbre Iberoamericana de Chefes de Estado e Governo, a realizar-se na Cidade do Panamá, com ônus para esta Casa.	Casildo Maldaner	08/10/2013
RQS 1187/2013	Requer urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, para o PLC 14/2013.	Líderes Partidários	08/10/2013
RQS 1188/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 14 de outubro de 2013, quando participará, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da visita institucional a sede da Editora Abril e da 16ª edição do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a ser realizado na Praça Júlio Prestes em São Paulo - SP.	Cyro Miranda	08/10/2013
RQS 915/2013	Requer, nos termos do art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 04 de novembro de 2013, destinada a homenagear a Polícia Militar do Estado de Goiás, que completou 155 anos de existência no dia 28 de julho de 2013.	Wilder Moraes	08/10/2013
RQS 1190/2013	Requer, nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, a realização de sessão do Senado no dia 3 de dezembro de 2013, terça-feira, às onze horas, para entre da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara aos agraciados da 4ª premiação.	Paulo Paim	09/10/2013
RQS 1191/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 24 a 26 de outubro de 2013, para participar da visita, in loco, relativa ao não cumprimento do acordo bilateral firmado entre o Brasil e a Venezuela, que estabelece zona-aedificandi na fronteira desses países, conforme indicação da Presidência.	Osvaldo Sobrinho	09/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 93

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1192/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 14 de outubro de 2013, para participar de diligência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM, na cidade de Cuiabá.	Valdir Raupp	09/10/2013
RQS 1197/2013	Requer, nos termos do artigo 287 do Regimento Interno, votação em globo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2008.	Alvaro Dias	09/10/2013
RQS 1199/2013	Requer, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da atriz, cantora, compositora e cineasta Norma Aparecida Almeida Pinto Guimarães D'Aurea Bengell, conhecida como Norma Bengell, na manhã desta quarta-feira, aos 78 anos no Hospital Rio Laranjeiras, no Rio de Janeiro.	Eduardo Suplicy	09/10/2013
RQS 1201/2013	Requer que a data de licença constante no Requerimento nº 1170/2013 seja modificada para o período de 17 a 20 de outubro do corrente.	Flexa Ribeiro	15/10/2013
RQS 1203/2013	Requerem, de acordo com o disposto nos arts. 154, III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial no dia 18 de outubro de 2013, destinada a homenagear os professores, por ocasião da celebração do dia do professor, comemorado todo dia 15 de outubro.	Randolfe Rodrigues	15/10/2013
RQS 1205/2013	Requer, em aditamento ao RQS 984/2013, afastamento das atividades do Senado Federal no período de 24 a 26 de outubro de 2013.	Mozarildo Cavalcanti	15/10/2013
RQS 1207/2013	Requer, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia 18 de outubro de 2013, quando participará da mesa de abertura, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, no III Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPq, sob o tema "Psicopedagogia: Caminhos para Aprender e Ensinar" a ser realizado no teatro da UNIP, Campos Paraíso-Vergueiro em São Paulo-SP.	Cyro Miranda	15/10/2013
RQS 1209/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, a convite do Núcleo Ciência pela Infância da Universidade de Harvard, para participar do "Programa de Liderança Executiva no Desenvolvimento da Primeira Infância 2014" que acontecerá em Boston, nos EUA, no período de 19 a 24 de janeiro de 2014. Comunica ainda, nos termos do art. 39, I, que estará ausente no país no período de 18 a 25 de janeiro de 2014.	Wellington Dias	15/10/2013
RQS 1210/2013	Requer, com fundamento nos artigos 43, inciso I, e 215, inciso I, letra "b", do Regimento Interno do Senado Federal, prorrogação por 120 dias da licença para tratamento de saúde de S. Exª.	Antonio Russo	15/10/2013
RQS 1212/2013	Requer, nos termos do art. 287, do Regimento Interno do Senado Federal, votação em globo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002.	Valdir Raupp	16/10/2013
RQS 1213/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do inciso VI, do art. 13 do Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar, para que passe a constar como inciso III, do art. 7º, do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao citado projeto.	Valdir Raupp	16/10/2013
RQS 1214/2013	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do inciso IV, do art. 11 do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2002 - Complementar.	Valdir Raupp	16/10/2013
RQS 1216/2013	Requerem, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para votação do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 352, de 2011.	Líderes Partidários	16/10/2013
RQS 1217/2013	Requerem, em aditamento ao RQS 1203/2013, que a sessão especial destinada a homenagear os professores pelo transcurso do dia do professor seja realizada em 25 de outubro de 2013.	Randolfe Rodrigues	16/10/2013
RQS 1017/2013	Requer que o PLS nº 473, de 2011, seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, além das constantes do despacho inicial.	Paulo Paim	17/10/2013
RQS 1018/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010, e 79, de 2011, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, além do constante do despacho inicial.	Lúcia Vânia	17/10/2013
RQS 1019/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010, e 79, de 2011, seja ouvida também a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além do constante do despacho inicial.	João Alberto Souza	17/10/2013
RQS 1020/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 165, de 2010, e 79, de 2011, seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, além do constante do despacho inicial.	João Alberto Souza	17/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155**Aprovada pelo Plenário. Total: 93**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1043/2013	Requer, nos termos regimentais, que o PLS 344/2013 seja encaminhado à apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Cyro Miranda	17/10/2013
RQS 1049/2013	Requer que, na apreciação da matéria, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das constantes do despacho inicial.	Aloysio Nunes Ferreira	17/10/2013
RQS 1113/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12 do Regimento Interno, que o Projeto de Lei do Senado nº 139, de 2012, seja remetido à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, além das comissões constantes do despacho inicial.	Alvaro Dias	17/10/2013
RQS 1114/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2012, com o Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2010, por tratarem da mesma matéria.	Pedro Taques	17/10/2013
RQS 1115/2013	Requer, na forma do disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 629, de 2011, e do Projeto de Lei do Senado nº 524, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.	Romero Jucá	17/10/2013
RQS 1116/2013	Requer a tramitação conjunta do PLS nº 297/2013 com o PLS nº 374/2012, por tratarem da mesma matéria.	Ana Rita	17/10/2013
RQS 1120/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 99 do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009 (que tramita em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2007), seja ouvida também a Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante do despacho inicial.	Delcídio do Amaral	17/10/2013
RQS 1129/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 266, de 2013, seja ouvida, além do constante do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.	Clésio Andrade	17/10/2013
RQS 1130/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno, que sobre o PLS nº 266, de 2013, seja ouvida, além do constante do despacho inicial, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.	Clésio Andrade	17/10/2013
RQS 1131/2013	Requer, nos termos regimentais, que sobre o PLS nº 266, de 2013, seja ouvida, além do constante do despacho inicial, a Comissão de Assuntos Econômicos.	João Durval	17/10/2013
RQS 1135/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 315, de 2009, além das comissões constantes no despacho inicial.	Cyro Miranda	17/10/2013
RQS 1138/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 298/2013, também opine a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Ana Rita	17/10/2013
RQS 1140/2013	Requer, nos termos do caput do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 86, 170 e 210, de 2012 - Complementares, por versarem sobre matérias correlatas.	Luiz Henrique	17/10/2013
RQS 1162/2013	Requer, nos termos regimentais, que o PLS 277/2011 seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Humberto Costa	17/10/2013
RQS 1167/2013	Requer, nos termos regimentais, que o PLS 185/2013 seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos de Econômicos.	Armando Monteiro	17/10/2013
RQS 1179/2013	Requer, na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 392, de 2013 tramite em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012 (tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 281, 282, 283, 397, 413, 457, 458, 459, 464, de 2012; 5, 24, 277, de 2013), por versarem sobre a mesma matéria.	Mário Couto	17/10/2013
RQS 1189/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12 do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2012 seja remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93).	Francisco Dornelles	17/10/2013
RQS 1222/2013	Requer, nos termos do art. 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2013.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	17/10/2013
RQS 1222A/2013	Requer, nos termos do art. 258, RISF, a tramitação conjunta do PLS 185/2013 e do PLS 365/2012.	Cyro Miranda	17/10/2013
RQS 733/2013	Solicita que o PLS 450/2012 seja encaminhado, também, ao exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.	Eduardo Suplicy	17/10/2013
RQS 902/2013	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 300, de 2005; e 565, de 2007 (já apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 276, 345 e 641, de 2007).	José Agripino	17/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Aprovada pelo Plenário. Total: 93

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 908/2013	Requer, em conformidade com o art. 255, inciso II, alínea C, item 12, combinado com os incisos IV e VII do artigo 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rego, seja encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	Cyro Miranda	17/10/2013
RQS 909/2013	Requer, em conformidade com o art. 255, inciso II, alínea C, item 12, combinado com os incisos IV e VII do artigo 99, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 290, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rego, seja encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que esta se pronuncie sobre o mesmo.	Cyro Miranda	17/10/2013
RQS 921/2013	Requer, nos termos do art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 710, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2013, por regularem a mesma matéria.	Paulo Paim	17/10/2013
RQS 925/2013	Requer, com fundamento no art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009.	Valdir Raupp	17/10/2013
RQS 934/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que, sobre o PLS nº 229/2013, de autoria do Senador Gim Argello, seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além das comissões constantes do despacho inicial.	Delcídio do Amaral	17/10/2013
RQS 952/2013	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Resolução nº 11, de 2013 seja submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, por constar em seu conteúdo aspectos de competência da referida Comissão.	Inácio Arruda	17/10/2013
RQS 973/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2013, seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das constantes no despacho inicial.	Romero Jucá	17/10/2013
RQS 1168/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, da alínea "c", item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que PLS nº 554, de 2011, seja submetido, também, ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, além das comissões constantes do despacho inicial.	Humberto Costa	22/10/2013
RQS 1208/2013	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, combinado com o art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 147 e 148, de 2010, também seja ouvida e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição..	Francisco Dornelles	22/10/2013
RQS 1218/2013	Requer, com base nos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 28 de outubro e 1º de novembro de 2013, para a realização de visita às empresas vinculadas ao programa PROSUB, na França, a convite do Ministério da Defesa daquele país, e comunica, nos termos do artigo 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 28 de outubro de 2013 a 1º de novembro de 2013.	Ricardo Ferraço	22/10/2013
RQS 1221/2013	Requer, nos termos art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar das Reuniões da Conferência das Partes da Vonvenção - Quadro da Organização das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP19, com ônus para o Senado Federal, no período de 16 a 22 de novembro de 2013, na cidade de Varsóvia, Polônia. Comunica, ainda, ausência do País no Período de 16 a 24 de novembro de 2013.	Vanessa Grazziotin	22/10/2013
RQS 1225/2013	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, autorização para participar da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, a realizar-se nos dias 14 e 15 de novembro de 2013, em Nova York. Para efeito no disposto no art. 39, comunica que estará ausente do País no período de 13 a 16 de novembro de 2013.	Ana Amélia	22/10/2013
RQS 1226/2013	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, autorização para participar da 19ª Conferência das Partes das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 11 a 22 de novembro de 2013, em Varsóvia, Polônia. Para efeito no disposto no art. 39, comunica que estará ausente do País no período de 15 a 24 de novembro de 2013.	Sérgio Souza	22/10/2013
RQS 1227/2013	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995, autorização para participar da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, a realizar-se nos dias 14 e 15 de novembro de 2013, em Nova York. Para efeito no disposto no art. 39, comunica que estará ausente do País no mesmo período.	Sérgio Petecão	22/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155**Aprovada pelo Plenário. Total: 93**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1228/2013	Requer, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, e de conformidade com o Requerimento nº 36, de 2013 - CDR, licença dos trabalhos da Casa nos dias 24 e 25 de outubro de 2013, quando estará na cidade de Natal, a fim de verificar, in loco, o andamento das obras dos estágios, aeroportos e demais ações de preparação para a realização dos eventos esportivos.	Antonio Carlos Valadares	22/10/2013
RQS 1229/2013	Requer, nos termos do art. 40, combinado com o art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerada como desempenho de missão no exterior a participação, nos dias 11 a 13 de novembro de 2013, na Sessão Preparatória, Especial e XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, Uruguai. Comunica, ainda, que estará ausente do País no período de 09 a 13 de novembro de 2013.	Ana Amélia	22/10/2013
RQS 1231/2013	Requer a retirada de pauta da PEC 42/2012, para reexame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Aloysio Nunes Ferreira	22/10/2013
RQS 1232/2013	Requer, nos termos do art. 287, RISF, a votação em globo do Substitutivo da Câmara ao PLS 352/2011	Ana Amélia	22/10/2013
RQS 1233/2013	Requer, nos termos do art. 258, RISF, a tramitação em conjunto das seguintes matérias: PLC 1/2008; PLC 96/2008; PLC 106/2008; PLC 183/2008; PLC 189/2008; PLC 190/2008; PLC 195/2008; PLC 197/2008; PLC 28/2009; PLC 45/2009; PLC 103/2009; PLC 149/2009; PLC 313/2009; PLC 327/2009; PLC 2/2010; PLC 55/2010; PLC 67/2010; PLC 72/2010; PLC 73/2010; PLC 82/2010; PLC 83/2010; PLC 96/2010; PLC 98/2010; PLC 122/2010; PLC 123/2010; PLC 124/2010; PLC 125/2010; PLC 126/2010; PLC 129/2010; PLC 130/2010; PLC 152/2010; PLC 161/2010; PLC 175/2010; PLC 47/2011; PLC 99/2011; PLC 115/2011; PLC 116/2011; PLC 117/2011; PLC 43/2012; PLC 47/2012; PLC 111/2012; PLC 25/2013; PLS 655/2007; PLS 358/2008; PLS 50/2010; PLS 120/2010; PLS 115/2012; PLS 73/2013; PLS 84/2013 e PLS 144/2013.	Walter Pinheiro	22/10/2013
RQS 1238/2013	Requer, nos termos do art. 13 combinado com o art. 40, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos legislativos, para integrar a comitiva que participará da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, no período de 27 de novembro a 2 de dezembro de 2013. Comunica ainda, que estará ausente do País, no período de 26 de novembro a 3 de dezembro de 2013.	Inácio Arruda	22/10/2013
RQS 1242/2013	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e do art. 40, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para integrar a delegação brasileira na Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos, nos dias 14 e 15 de novembro de 2013, e comunica, termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 10 a 16 de novembro de 2013.	Luiz Henrique	23/10/2013
RQS 1248/2013	Requerem, nos termos regimentais, em aditamento aos Requerimentos nºs 1203 e 1217, de 2013, o cancelamento da sessão especial destinada a homenagear os professores, anteriormente agendada para o dia 25 de outubro.	Randolfe Rodrigues	24/10/2013
RQS 1249/2013	Requer a prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 13ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.	Conselho do Diploma Mulher-cidadã Bertha Lutz	29/10/2013
RQS 1250/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, para participar da XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, sediado na cidade de Montevideu, no Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período citado.	Paulo Bauer	29/10/2013
RQS 1251/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 12 a 15 de novembro de 2013, quando estará participando da Audiência Parlamentar Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, nos Estados Unidos.	Ciro Nogueira	29/10/2013
RQS 1252/2013	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 10 a 12 de novembro de 2013, para participar das Sessões Preparatórias, Especial e XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevideu - Uruguai, nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 10 a 12 de novembro de 2013.	Inácio Arruda	29/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155
Aprovada pelo Plenário. Total: 93

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1253/2013	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 11 a 13 de novembro de 2013, com o fim de participar de reunião do Parlamento do Mercosul, a realizar-se nos dias 11 e 12 de novembro de 2013, em Montevideu, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 10 e 13 de novembro de 2013.	Roberto Requião	29/10/2013
RQS 1254/2013	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 11 a 13 de novembro de 2013, com o fim de participar de reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 10 e 16 de novembro de 2013.	Luiz Henrique	29/10/2013
RQS 1262/2013	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenho de missão no exterior, no período de 10 a 12 de novembro de 2013, como membro titular da Representação Brasileira, em sessões do Parlamento do Mercosul, que ocorrerão em Montevideu, Uruguai, e comunica, nos termos do 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País no período citado.	Eduardo Suplicy	30/10/2013
RQS 1266/2013	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, afastamento das atividades da Casa para compor Missão destinada a verificar, in loco, o não cumprimento bilateral do Acordo firmado entre o governo brasileiro e a república venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países, no período de 7 a 9 de novembro de 2013.	Angela Portela	30/10/2013
RQS 1269/2013	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, durante o período de 10 a 12 de novembro de 2013, para participar das Sessões Preparatórias Especial e XXVIII Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, convocadas para os dias 11 e 12/11/2013, na cidade de Montevideu, no Uruguai. Comunica que estará ausente do País durante o período de 10 a 12 de novembro de 2013.	Antonio Carlos Valadares	31/10/2013

Aprovada pela Mesa. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1060/2013	Requer, nos termos da alínea c do inciso I do artigo 215, combinado com o artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2006; e 325, de 2013, por versarem sobre a mesma matéria.	Armando Monteiro	17/10/2013

Deferida pela Mesa. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1000/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, informações sobre o quantitativo de cargos em comissão da administração federal direta, autárquica e fundacional ocupados em cada órgão e entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1001/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à respectiva Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Deferida pela Mesa. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1002/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Cidades, informações sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à respectiva Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1003/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, c/c o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, acerca do quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à respectiva Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1004/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro Chefe da Secretaria Geral da Presidência da República sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1005/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Educação sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1006/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1035/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a situação de dependência de material genético externo da avicultura de corte e de postura brasileiras.	Kátia Abreu	17/10/2013
RQS 1037/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre a posição que o Brasil ocupa no mercado de melhoramento genético de suínos.	Kátia Abreu	17/10/2013
RQS 1054/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre convênios firmados pela Fundação Banco do Brasil (FBB) com diversas entidades (Organizações Não Governamentais, associações e prefeituras), que receberam repasses com valor acima de R\$ 1 milhão, desde 2003, indicando os nomes dos seus dirigentes e objeto dos convênios.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 1058/2013	Requer, com fundamento no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre as comunicações realizadas entre o Diplomata Eduardo Saboia e o Ministério de Relações Exteriores, no que concerne ao caso do Senador Boliviano Roger Pinto Molina.	Jarbas Vasconcelos	17/10/2013
RQS 443/2013	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, informações acerca do quantitativo de servidores necessários para o regular e ideal andamento das demandas daquele Órgão.	Vanessa Grazziotin	17/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Deferida pela Mesa. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 760/2013	Requer, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal; e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, pedido de informações sobre a estimativa da renúncia de receitas nos anos de 2013 a 2015 decorrente da aprovação dos Projetos de Lei do Senado nºs 316, de 2007; e do 317, de 2008, que permitem a dedução das despesas com aluguel residencial do Imposto de Renda da Pessoa Física.	João Alberto Souza	17/10/2013
RQS 896/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações sobre o processo de outorga de permissão à P1 SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA ao Ministro de Estado das Comunicações.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	17/10/2013
RQS 903/2013	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, acerca de notícias sobre a retomada de negociações com os Estados Unidos para uso do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA.	Rodrigo Rollemberg	17/10/2013
RQS 922/2013	Requer, nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Justiça, acerca de matéria veiculada pelo programa "Fantástico", da TV Globo, sobre o mercado clandestino de informações pessoais.	Ana Amélia	17/10/2013
RQS 943/2013	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, I, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre a situação de fragilidade da defesa do espaço aéreo brasileiro pela indefinição relativa ao Projeto F-X2, sobretudo após a desativação das aeronaves Mirage F-2000, prevista para ser efetivada no final deste ano.	Ricardo Ferraço	17/10/2013
RQS 986/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 987/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado dos Transportes, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 988/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado das Comunicações, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 989/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Previdência Social, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 990/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Saúde, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Deferida pela Mesa. Total: 28

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 991/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 992/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 993/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 994/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, sobre o quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 995/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, c/c o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas informações, pelo Ministro de Estado da Fazenda, acerca do quantitativo de empregos em comissão ou de confiança de livre provimento das empresas públicas e sociedades de economia mista vinculados à respectiva Pasta ocupados em cada entidade, de 2002 a 2012, em 31 de dezembro de cada ano, e em 30 de junho de 2013, discriminados por tipo e nível, bem como pelo vínculo de seu ocupante com a administração pública.	Aécio Neves	17/10/2013
RQS 997/2013	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Saúde, informações sobre o Programa Mais Médicos.	Aécio Neves	17/10/2013

Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1177/2013	Requer, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1158, de 2013.	Cyro Miranda	07/10/2013
RQS 1193/2013	Requer, nos termos do art. 256 do RISF, a retirada do Requerimento nº 1.118/2013, o qual solicitava a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2013, destinada a comemorar o registro da Usina Hidrelétrica do Jirau no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL).	Valdir Raupp	09/10/2013
RQS 1202/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada do Requerimento nº 1194, de 2013.	Delcídio do Amaral	10/10/2013
RQS 1206/2013	Requer, nos termos regimentais, a retirada definitiva do PLS 395/2013.	Acir Gurgacz	10/10/2013
RQS 1220/2013	Requer, nos termos do art. 256, RISF, a retirada em caráter definitivo do RQS 1181/2013.	Ana Rita	16/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155

Encaminhada pela Presidência. Total: 20

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1147/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de Congratulações e Aplauso para a educadora Rosa Helena Dias, que recebe a "Homenagem Cora Coralina", que busca reconhecer pesquisadores da área da educação por sua contribuição ao desenvolvimento da educação com inclusão social, por seu envolvimento com a produção científica e também na distinção de pesquisadores que atuam na área, prestando valiosas contribuições para a Educação, no dia 1º de outubro.	Vanessa Grazziotin	01/10/2013
RQS 1148/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso para o Senhor Joílto Azêdo, que foi eleito o novo presidente do Boi Bumbá Caprichoso para o triênio 2014-2016.	Vanessa Grazziotin	01/10/2013
RQS 1152/2013	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Toledo e ex-deputado estadual paranaense Egon Pudell.	Alvaro Dias	01/10/2013
RQS 1156/2013	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulação e Aplausos para a Rádio - Central Brasileira de Notícias - CBN, por seus 22 anos de atividade no dia 1º de outubro de 2013.	Vanessa Grazziotin	01/10/2013
RQS 1178/2013	Requer, nos termos dos artigos nºs 218 e 221, do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ex-prefeito e ex-presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Sr. Miguel Colassunno.	Eduardo Suplicy	07/10/2013
RQS 1195/2013	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Deoscóredes Maximiliano dos Santos, MESTRE DIDI, na tarde de domingo, 06 de outubro de 2013.	Lidice da Mata	09/10/2013
RQS 1196/2013	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de VOTO DE PESAR, pelo falecimento do ex-Deputado Federal constituinte DARCY DEITOS, ocorrido na noite de 08 de outubro de 2013, em Campo Mourão, no Paraná.	Alvaro Dias	09/10/2013
RQS 1200/2013	Requer a inserção em ata de voto de pesar em razão do falecimento do ex-deputado estadual e federal Darcy Deitos.	Sérgio Souza	09/10/2013
RQS 1211/2013	Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar, com apresentação de condolências ao Governo do Estado de Mato Grosso e à família de Ary Leite de Campos, ex-prefeito da cidade de Várzea Grande e conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado, falecido no dia 14 de outubro de 2013, em São Paulo.	Osvaldo Sobrinho	15/10/2013
RQS 1219/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos para o município de Parintins/AM, que comemora, no dia 15 de outubro de 2013, 161 anos de sua fundação.	Vanessa Grazziotin	16/10/2013
RQS 1234/2013	Requer, nos termos regimentais, seja apresentado pelo Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da Professora Consuelo Novais Sampaio, ocorrido no dia 18 de outubro de 2013, assim como apresentação de condolências à família.	Lidice da Mata	22/10/2013
RQS 1235/2013	Requer, nos termos do art. 218, II, combinado com o art. 221, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de VOTO DE PESAR pelo falecimento, no dia 20 de outubro de 2013, do Deputado Federal, produtor rural e técnico em agropecuária, Homero Pereira, e apresentação de condolências à família e a diversas organizações de que participou.	Pedro Taques	22/10/2013
RQS 1244/2013	Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplauso para a cidade de Manaus, que comemora 344 anos no dia 24 de outubro de 2013.	Vanessa Grazziotin	23/10/2013
RQS 1256/2013	Requerem, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do professor e advogado Paulo Henrique Blasi, no dia 29 de outubro de 2013.	Casildo Maldaner	29/10/2013
RQS 1263/2013	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Carlos Olimpo Martins de Carvalho.	Inácio Arruda	30/10/2013
RQS 1264/2013	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos anais do Senado Federal, voto de louvor ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, por ter sido apontado, pelo Relatório Justiça em Números 2013, como um dos mais eficientes do Brasil.	Anibal Diniz	30/10/2013
RQS 1265/2013	Requer, nos termos do art. 218, VII, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Olimpo Martins de Carvalho.	Vanessa Grazziotin	30/10/2013
RQS 1267/2013	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Senhor Eduardo Gomes, pecuarista, leiloeiro e engenheiro civil, pela idealização e realização do Leilão Pecuária Solidária, evento bienal que arrecada doações para diversas entidades e projetos sociais que cuidam de pessoas necessitadas no Tocantins.	Kátia Abreu	30/10/2013

Matéria: Requerimento. Total: 155**Encaminhada pela Presidência. Total: 20**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1268/2013	Requer, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado voto de aplauso pelos 50 anos de fundação da Filarmônica Municipal "Professor José Agostinho", do Município de Santarém, Estado do Pará.	Flexa Ribeiro	30/10/2013
RQS 1271/2013	Requer, nos termos do art. 218, combinado com o art. 221, todos do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento da Sra. Laila Lontra Pinheiro, esposa do ex-deputado Ibsen Pinheiro, com a devida apresentação de condolências à família.	Pedro Simon	31/10/2013

À publicação para que produza efeitos. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1255/2013	Requerem, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, combinado com o art. 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito composta por 11 (onze) membros titulares e 7 (sete) suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, com a finalidade de, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar o assassinato de jovens negros no Brasil.	Lídice da Mata	25/10/2013

Rejeitada pelo Plenário. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1157/2013	Requer, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea c, número 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PDS 85/2013 seja remetido à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	Flexa Ribeiro	16/10/2013
RQS 1215/2013	Requer, nos termos regimentais, destaque para votação em separado para supressão dos parágrafos §§ 2º e 3º do Art. 16 do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2013 (MPV Nº 621/2013).	José Agripino	16/10/2013
RQS 1243/2013	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2013, seja remetido à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.	Flexa Ribeiro	23/10/2013

Retirada pelo autor. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1158/2013	Requer, nos termos do art. 13 c/c art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 7 a 11 de outubro de 2013, quando integrará a comitiva brasileira na Feira do Livro de Frankfurt 2013, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 6 a 12 de outubro de 2013.	Cyro Miranda	07/10/2013
RQS 1118/2013	Requerem, com fundamento no art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 11 de novembro de 2013, destinada a comemorar o registro da Usina Hidrelétrica Jirau no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU).	Valdir Raupp	09/10/2013
RQS 1194/2013	Requer, nos termos dos arts. 154 e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 11 de novembro de 2013, em homenagem ao centenário de fundação da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).	Delcídio do Amaral	10/10/2013
RQS 1181/2013	Requer, nos termos do artigo 258 do RISF, a tramitação conjunta do PLS 443/2012 com o PLS 103/2012.	Ana Rita	16/10/2013

Matéria: Requerimento de Licença aprovado em Plenário (total: 32)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Ana Amélia	1225	2013	40	14/11/2013 e 15/11/2013	Missão - participar da Audiência Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos
	1229	2013	40	De 11/11/2013 a 13/11/2013	Missão - participar da Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai
Angela Portela	1266	2013	40	De 07/11/2013 a 09/11/2013	Missão - participar da visita relativa à verificação do não cumprimento do Acordo bilateral firmado entre o Governo Brasileiro e a República Venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países, por indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Antonio Carlos Valadares	1228	2013	40	24/10/2013 e 25/10/2013	Missão - participar da verificação "in loco" do andamento das obras dos estádios, aeroportos e demais ações de preparação para a realização dos eventos esportivos, em Natal-RN
	0	2013	40	De 10/10/2013 a 12/10/2013	Missão - participar, como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do referido Parlamento, em Montevidéu, Uruguai
Antonio Russo	1210	2013	43, I	De 19/10/2013 a 15/02/2014	Licença Saúde (prorrogação)
Casildo Maldaner	1176	2013	40	De 17/10/2013 a 19/10/2013	Missão - representar o Senado Federal na XXIX Assembleia Ordinária do Parlamento, na Cidade do Panamá, Panamá
Cícero Lucena	1150	2013	40	De 16/10/2013 a 20/10/2013	Missão - participar da Sessão Solene de inauguração do Edifício Sede do Parlamento Latino-Americano e de sua 28ª Assembleia Ordinária, na Cidade do Panamá, Panamá
Ciro Nogueira	1251	2013	40	De 12/11/2013 a 15/11/2013	Missão - participar da Audiência Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Cyro Miranda	1158	2013	40	De 07/10/2013 a 11/10/2013	Missão - Integrar a comitiva brasileira na Feira do Livro de Frankfurt 2013
	1188	2013	40	14/10/2013	Missão - participar, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da visita institucional à sede da Editora Abril e da 16ª edição do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10, a ser realizada em São Paulo-SP
	1207	2013	40	18/10/2013	Missão - participar, na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da Mesa de Abertura do III Simpósio Internacional da Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPP, sob o tema "Psicopedagogia: Caminhos para Aprender e Ensinar", a ser realizado no teatro da UNIP, Campos Paraíso-Vergueiro - SP
Eduardo Suplicy	1262	2013	40	De 10/11/2013 a 12/11/2013	Missão - participar, como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do referido Parlamento, em Montevidéu, Uruguai
Flexa Ribeiro	1170	2013	40	De 16/10/2013 a 20/10/2013	Missão - representar o Senado Federal na XXIX Assembleia Ordinária do Parlatino, na Cidade do Panamá, Panamá
	1201	2013	40	De 17/10/2013 a 20/10/2013	Aditamento ao RQS nº 1170 de 2013 - altera a data de início da missão de 16/10/2013 para 17/10/2013
Inácio Arruda	1238	2013	40	De 27/11/2013 a 02/12/2013	Missão - participar, como integrante da Comitiva da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos
	1252	2013	40	11/11/2013 e 12/11/2013	Missão - participar, como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do referido Parlamento, em Montevidéu, Uruguai
João Capiberibe	1254	2013	40	De 11/11/2013 a 13/11/2013	Missão - participar, em razão de solicitação do Presidente da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, da Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do referido Parlamento, em Montevidéu, Uruguai
José Agripino	1149	2013	40	De 25/10/2013 a 31/10/2013	Missão - participar, como observador parlamentar, da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas
Luiz Henrique	1242	2013	40	14/11/2013 e 15/11/2013	Missão - compor delegação brasileira, por solicitação do Presidente do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar e por designação da Presidência do Senado Federal, na Audiência Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Mozarildo Cavalcanti	1205	2013	40	De 24/10/2013 a 26/10/2013	Aditamento ao RQS nº 984 de 2013 - requer afastamento das atividades do Senado Federal para verificar "in loco" o não cumprimento bilateral do Acordo firmado entre o Governo brasileiro e a República Venezuelana que estabelece a zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países
Osvaldo Sobrinho	1191	2013	40	De 24/10/2013 a 26/10/2013	Missão - participar da visita relativa ao não cumprimento do Acordo bilateral firmado entre o Governo Brasileiro e a República Venezuelana que estabelece zona non-aedificandi na fronteira entre os respectivos países, por indicação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Paulo Bauer	1250	2013	40	11/11/2013 e 12/11/2013	Missão - participar, como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de Sessão Preparatória, de Sessão Especial e da 28ª Sessão Ordinária do referido Parlamento, em Montevideu, Uruguai
Ricardo Ferraço	1218	2013	40	De 28/10/2013 a 01/11/2013	Missão - realizar visita às empresas vinculadas ao programa PROSUB, na França, a convite do Ministério da Defesa desse país
Roberto Requião	1253	2013	40	De 11/11/2013 a 13/11/2013	Missão - participar, como membro da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, de "Reunion de Mesa Directiva" do referido Parlamento, em Montevideu, Uruguai
Sérgio Petecão	1227	2013	40	14/11/2013 e 15/11/2013	Missão - participar da Audiência Anual da União Interparlamentar nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Estados Unidos
Sérgio Souza	1226	2013	40	De 11/11/2013 a 22/11/2013	Missão - representar o Senado Federal na 19ª Conferência das Partes das Nações Unidas para o Clima, a ser realizada em Varsóvia, Polónia
Valdir Raupp	1192	2013	40	14/10/2013	Missão - participar de diligência da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, na cidade de Cuiabá-MT
Vanessa Grazziotin	1151	2013	40	De 18/10/2013 a 20/10/2013	Missão - participar da Comissão de Minas e Energia do Parlamento Latino-americano, bem como da Sessão Solene de inauguração do Edifício da Sede Permanente, na Cidade do Panamá, Panamá
	1221	2013	40	De 16/11/2013 a 22/11/2013	Missão - representar o Senado Federal na 19ª Conferência das Partes das Nações Unidas para o Clima, a ser realizada em Varsóvia, Polónia
Walter Pinheiro	1165	2013	40	De 07/10/2013 a 14/10/2013	Missão - participar de reunião conjunta com o Sr. Ruben Delgado, Presidente da SOFTEX e representante da Sony Entertainment, e do evento Gartner ITXpo 2013, na Flórida, Estados Unidos

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Wellington Dias	1209	2013	40	De 19/01/2014 a 24/01/2014	Missão - participar do “Programa de Liderança Executiva no Desenvolvimento da Primeira Infância 2014”, em Boston, Estados Unidos

Matéria: Requerimento de Licença deferido pela Mesa (total: 90)

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Acir Gurgacz	681	2013	43, II	24/10/2013	Licença Particular
Aécio Neves	645	2013	13	De 08/10/2013 a 10/10/2013	Atividade Parlamentar - proferir palestra em Nova York, Estados Unidos
	655	2013	43, II	De 08/10/2013 a 10/10/2013	Licença Particular
	674	2013	256	De 08/10/2013 a 10/10/2013	Retirada do RQM nº 645 de 2013
Aloysio Nunes Ferreira	652	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
Ana Amélia	701	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar - participar da 3ª Marcha dos Prefeitos, na qualidade de Presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais da Comissão de Assuntos Econômicos
Ana Rita	709	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar - participar do lançamento do Fórum Mundial de Direitos Humanos
Angela Portela	649	2013	43, I	De 07/10/2013 a 11/10/2013	Licença Saúde
Anibal Diniz	634	2013	43, I	26/10/2013 e 27/10/2013	Licença Saúde
	640	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	668	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
Armando Monteiro	631	2013	13	01/10/2013	Atividade Parlamentar
	642	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	710	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
Benedito de Lira	630	2013	13	De 01/10/2013 a 04/10/2013	Atividade Parlamentar
	696	2013	13	De 29/10/2013 a 01/11/2013	Atividade Parlamentar
Casildo Maldaner	705	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
Cássio Cunha Lima	682	2013	43, I	De 08/10/2013 a 11/10/2013	Licença Saúde
Cícero Lucena	658	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
	673	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
	686	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Clésio Andrade	643	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	660	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
	670	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
	688	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Cristovam Buarque	654	2013	43, II	14/10/2013 e 15/10/2013	Licença Particular
	691	2013	13	De 29/10/2013 a 31/10/2013	Atividade Parlamentar - participar da 5ª Cúpula Mundial da Inovação para a Educação - WISE, em Doha, Qatar
Cyro Miranda	677	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Braga	672	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
	684	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Lopes	633	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	671	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
	693	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
	706	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
Eduardo Suplicy	625	2013	43, I	De 25/09/2013 a 02/10/2013	Licença Saúde

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Eunício Oliveira	707	2013	43, II	31/10/2013	Licença Particular
Fernando Collor	662	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
	666	2013	13	15/10/2013	Atividade Parlamentar
	708	2013	13	30/10/2013	Atividade Parlamentar
Francisco Dornelles	661	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
	711	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
Garibaldi Alves	635	2013	43, I	De 1/10/2013 a 11/10/2013	Licença Saúde
	665	2013	13	De 15/10/2013 a 17/10/2013	Atividade Parlamentar
	678	2013	43, I	De 22/10/2013 a 25/10/2013	Licença Saúde
	698	2013	13	De 29/10/2013 a 31/10/2013	Atividade Parlamentar
Humberto Costa	663	2013	13	10/10/2013	Atividade Parlamentar
Inácio Arruda	646	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
Jader Barbalho	628	2013	13	De 01/10/2013 a 03/10/2013	Atividade Parlamentar
João Alberto Souza	641	2013	13	02/10/2013 e 03/10/2013	Atividade Parlamentar
	656	2013	43, I	De 08/10/2013 a 11/10/2013	Licença Saúde
João Capiberibe	650	2013	13	08/10/2013	Atividade Parlamentar
	653	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	679	2013	43, I	17/10/2013	Licença Saúde
	689	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
	695	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
	704	2013	13	29/10/2013	Atividade Parlamentar
João Durval	712	2013	43, I	De 29/10/2013 a 12/11/2013	Licença Saúde
João Ribeiro	629	2013	43, I	26/09/2013	Licença Saúde
João Vicente Claudino	627	2013	13	De 01/10/2013 a 03/10/2013	Atividade Parlamentar
	657	2013	43, II	De 11/10/2013 a 18/10/2013	Licença Particular
José Agripino	639	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
Kátia Abreu	638	2013	13	02/10/2013 e 03/10/2013	Atividade Parlamentar
	692	2013	13	23/10/2013	Atividade Parlamentar
Lídice da Mata	637	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	702	2013	13	30/10/2013	Atividade Parlamentar
	703	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar
Lúcia Vânia	690	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Magno Malta	624	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
	664	2013	13	15/10/2013	Atividade Parlamentar
Mozarildo Cavalcanti	694	2013	43, I	24/10/2013	Licença Saúde
Osvaldo Sobrinho	669	2013	43, II	20/11/2013 e 21/11/2013	Licença Particular
	699	2013	13	29/10/2013	Atividade Parlamentar
Paulo Bauer	636	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	644	2013	13	08/10/2013	Atividade Parlamentar
	648	2013	13	09/10/2013 e 10/10/2013	Atividade Parlamentar

Senador(a)	Nº	Ano	RISF	Período	Finalidade
Paulo Davim	667	2013	43, I	De 07/10/2013 a 14/10/2013	Licença Saúde
	687	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Pedro Simon	697	2013	13	29/10/2013 e 30/10/2013	Atividade Parlamentar
Pedro Taques	626	2013	13	26/09/2013	Atividade Parlamentar
	659	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Sérgio Petecão	683	2013	13	24/10/2013	Atividade Parlamentar
Valdir Raupp	632	2013	13	03/10/2013 e 04/10/2013	Atividade Parlamentar
	675	2013	13	17/10/2013	Atividade Parlamentar
	685	2013	13	23/10/2013	Atividade Parlamentar
Vanessa Grazziotin	680	2013	13	30/10/2013	Atividade Parlamentar
Wilder Moraes	700	2013	13	29/10/2013	Atividade Parlamentar
Zeze Perrella	647	2013	13	03/10/2013	Atividade Parlamentar
	651	2013	13	09/10/2013 e 10/10/2013	Atividade Parlamentar
	676	2013	13	22/10/2013 e 23/10/2013	Atividade Parlamentar
	713	2013	13	31/10/2013	Atividade Parlamentar

Matéria: Cancelamento de Missão (total: 3)**Art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal**

Outubro de 2013			
Senador(a)	Expediente	Requerimento de Missão	Descrição
Cyro Miranda	Of. GSCMIR nº 162/2013	RQS nº 879, de 2013	Comunica a impossibilidade de comparecimento ao Seminário “Lei de Responsabilidade Educacional”, que se realizou em São Paulo
	RQS nº 1177, de 2013	RQS nº 1158, de 2013	Requer, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 1158, de 2013
Flexa Ribeiro	Memo. GSFLEX nº 175/2013	RQS nº 1170, de 2013	Comunica que não se ausentou do País para participar da Sessão Solene de inauguração do Edifício da sede permanente do Parlatino e da XXIX Assembleia Ordinária, na Cidade do Panamá, no período de 16 a 20 de outubro de 2013

B – SECRETARIA DE GESTÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Resenha 01 a 31/10/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	01
Conjunta Solene	03
TOTAL	04

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Vetos Totais (mantidos)	01
Vetos Parciais (mantidos)	54
TOTAL	55

Resenha Consolidada 02/02 a 31/10/2013

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional

Tipo de sessão	Quantidade
Conjunta	08
Conjunta Solene	16
TOTAL	24

Quadro Geral de Matérias

Apreciadas	Quantidade
Projetos de Lei do CN (PLN) (aprovados)	002
Vetos (rejeitados)	142
Vetos (mantidos)	192
Projeto de Resolução do CN (PRN) (aprovado)	001
TOTAL	337

Sessões Realizadas 01 a 31/10/2013

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
21ª Conjunta Solene	07/10/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar os 60 anos da Petrobras.
22ª Conjunta Solene	14/10/2013, às 11 horas (Plenário do Senado Federal)	Destinada a homenagear o centenário de nascimento de Vinícius de Moraes.
23ª Conjunta Solene	15/10/2013, às 13h 30min (Plenário do Senado Federal)	Destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75, de 2013, que "Acrésceta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham" – PEC da Música. (Emenda Constitucional nº 75, de 2013 – Public. no DOU de 16/10/2013)
24ª Conjunta	15/10/2013, às 19 horas (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada à: PARTE I - Apreciação de vetos presidenciais. PARTE II - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que "Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências"; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que "Acrésceta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1, de 2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal"; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que "Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação"; - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que "Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências"; e - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente".

Matérias 01 a 31/10/2013

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
78/2013-CN (nº 371/2013, na origem) DOU 03/09/2013 (Ret. no DOU de 04/09/2013)	PLC nº 47/2013 (nº 4.264/2012, na Casa de origem) Veto Parcial nº 33/2013 Leitura: 04/09/2013 (SF)	Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.	15/10/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total - 03 Veto Parcial

Mensagem	Tipo e nº	Ementa	Sessão	Observações
79/2013-CN (nº 372/2013, na origem) DOU 03/09/2013	PLC nº 60/2011 (nº 5.894/2009, na Casa de origem) Veto Parcial nº 34/2013 Leitura: 04/09/2013 (SF)	Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002; estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.	15/10/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total - 02 Veto Parcial
80/2013-CN (nº 373/2013, na origem) DOU 03/09/2013	PLC nº 123/2012 (nº 2.205/2011, na Casa de origem) Veto Parcial nº 35/2013 Leitura: 04/09/2013 (SF)	Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.	15/10/2013, às 19 horas	Mantidos os vetos Total - 48 Veto Parcial
84/2013-CN (nº 389/2013, na origem) DOU 11/09/2013	PLS nº 612/1999 (nº 2.641/2003, na Câmara dos Deputados) Veto Total nº 36/2013 Leitura: 13/09/2013 (SF)	Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro.	15/10/2013, às 19 horas	Mantido o veto Total - 01 Veto Total
85/2013-CN (nº 390/2013, na origem) DOU 11/09/2013	PLV nº 20/2013 (oriundo da MP nº 613/2013) Veto Parcial nº 37/2013 Leitura: 13/09/2013 (SF)	Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.	15/10/2013, às 19 horas	Mantido o veto Total - 01 Veto Parcial

**Atos do Presidente da Mesa do Congresso Nacional
01 a 31/10/2013**

Nº	Assunto
55/2013 (public. no DOU de 02/10/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 27 de setembro do corrente ano.
56/2013 (public. no DOU de 03/10/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 624, de 14 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.
57/2013 (public. no DOU de 24/10/2013)	O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 625, de 2 de setembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 3, do mesmo mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 60.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

**Correspondências Expedidas pela Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Gestão Legislativa do Congresso Nacional
24/09 a 31/10/2013**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
834/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha o Ofício nº 24, de 2013, do Presidente da Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 2013, Deputado José Aírton, bem como o processado da matéria em questão.
832/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência, nos termos do caput do art. 42 do Regimento Comum, em sessão do dia 28/10/2013, deferiu a retirada do Projeto de Lei nº 15, de 2013-CN, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 2.531.486.253,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente", conforme solicitação da Excelentíssima Senhora Presidente da República contida na Mensagem nº 128, de 2013-CN (nº 472, de 2013, na Presidência da República).
830/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que a Excelentíssima Senhora Presidente da República adotou, em 24 de outubro de 2013, e publicou no dia 25 do mesmo mês e ano, a Medida Provisória nº 626, de 2013, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 2.531.486.253,00, para o fim que especifica". A matéria publicada em avulsos será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista, onde poderá receber emendas.
829/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2013, dos seguintes Órgãos: - Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região: Ofício nº 691/2013/TRT/DG; e - Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região: Ofício nº 94/2013/Sercont-Secof. As matérias publicadas no DSF de 26/10/2013 vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde serão juntadas ao OFN nº 35, de 2013.
828/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 17, de 2013, está republicado no DSF de 23 de outubro do corrente e em avulsos, devido à incorreção na publicação original. A matéria retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
827/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 28 de outubro do corrente, para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 613, de 2013, convertida no Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013. Informa, ainda, a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da Matéria, nos termos do § 3º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e seu encaminhamento ao Arquivo.
826/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que serão publicados, no DSF, os Pareceres nºs 66 a 69, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pelo arquivamento dos OFNs nºs 2 e 14, de 2008, 37, de 2011 e 42, de 2012, que encaminham Relatórios de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. As matérias a que se referem os pareceres irão ao arquivo.
824/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 623, de 2013, que "Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE". A Medida foram oferecidas 108 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 73, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 27, de 2013.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
823/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que está publicado, em avulsos e no DSF de 17/10/2013, o Parecer nº 59, de 2013-CN, da Mesa do Senado Federal, sobre o Projeto de Resolução nº 3, de 2013-CN, que "Altera o art. 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, para modificar o prazo de apresentação de emendas às Medidas Provisórias".
822/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que está publicado, no DSF, os Pareceres nºs 61 a 64, de 2013-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, concluindo pelo arquivamento dos OFNs nºs 11 e 12, de 2011, 38, de 2011 e 52, de 2012, que encaminham Relatórios de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. As matérias referentes aos pareceres vão ao arquivo.
821/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu os Relatórios de Gestão Fiscal, referentes ao 2º quadrimestre de 2013, dos seguintes Órgãos do Poder Judiciário da União: - Superior Tribunal Militar e Superior Tribunal de Justiça; - Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; - Tribunais Regionais do Trabalho das 1ª, 2ª, 4ª a 8ª, 10ª a 16ª e 18ª a 24ª Regiões; - Tribunais Regionais Federais da 1ª a 4ª Regiões; - Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. As matérias, juntadas respectivamente aos OFN's 31, 25, 35, 39 e 24/2013 e publicadas no DSF de 19/10/2013, vão ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
820/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Aviso nº 1.642/GP-TCU, de 2013, do Senhor Ministro Valmir Campelo, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, informando a constatação de indícios de irregularidades graves em obra que menciona. A matéria publicada no DSF de 19/10/2013 vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
819/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 1.556, de 2013, na origem, autuado como AVN nº 19, de 2013, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2013. A proposição publicada no DSF de 19/10/2013 vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
818/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento à convocação feita por meio do Ofício nº 726 de 2013-CN, comunica que a sessão solene do Congresso Nacional convocada para o dia 4 de novembro do corrente, segunda-feira, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o Movimento Novembro Azul e a Sociedade Brasileira de Urologia, ocorrerá às 17 horas.
816/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2013 (Medida Provisória nº 621, de 2013), aprovado pelo Senado Federal, com emendas de redação, em sessão realizada no dia 16/10/2013, que "Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências".
814/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República as Mensagens nºs 94 a 122, de 2013-CN (nºs 426 a 454, de 2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional Projetos de Lei autuados com os nºs 14 a 42, de 2013-CN, respectivamente, que abrem créditos adicionais diversos aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e ao de Investimentos da Lei Orçamentária de 2013. As matérias publicadas em avulsos e no DSF de 17/10/2013 vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
813/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 93, de 2013-CN (nº 425, de 2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 13, de 2013-CN, que "Altera o Anexo I à Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015". A matéria publicada em avulsos no DSF de 17/10/2013 vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
812/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 622, de 2013, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 380.000.000,00, para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste". A Medida foram oferecidas 11 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 60, de 2013-CN, que conclui pela aprovação da matéria.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
811/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 15/10/2013, manteve o Veto Parcial apostado aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012 (nº 2.205, de 2011, na Casa de origem), que "Cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), cargos em comissão e funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências".</p> <p>Vetos Mantidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - art. 8º; - "caput" do art. 9º; - § 1º do art. 9º; - "caput" do § 2º do art. 9º; - inciso I do § 2º do art. 9º; - inciso II do § 2º do art. 9º; - inciso III do § 2º do art. 9º; - inciso IV do § 2º do art. 9º; - inciso V do § 2º do art. 9º; - inciso VI do § 2º do art. 9º; - inciso VII do § 2º do art. 9º; - inciso VIII do § 2º do art. 9º; - inciso IX do § 2º do art. 9º; - inciso X do § 2º do art. 9º; - "caput" do art. 10; - inciso I do art. 10; - inciso II do art. 10; - "caput" do art. 11; - § 1º do art. 11; - § 2º do art. 11; - "caput" do § 3º do art. 11; - inciso I do § 3º do art. 11; - inciso II do § 3º do art. 11; - § 4º do art. 11; - § 5º do art. 11; - § 6º do art. 11; - "caput" do § 7º do art. 11; - inciso I do § 7º do art. 11; - inciso II do § 7º do art. 11; - "caput" do § 8º do art. 11; - inciso I do § 8º do art. 11; - inciso II do § 8º do art. 11; - § 9º do art. 11; - § 10 do art. 11; - § 11 do art. 11; - § 12 do art. 11; - § 13 do art. 11; - § 14 do art. 11; - § 15 do art. 11; - § 16 do art. 11; - § 17 do art. 11; - "caput" do § 18 do art. 11; - inciso I do § 18 do art. 11; - inciso II do § 18 do art. 11; - art. 12; - art. 13; - Anexo I – Tabela de vencimentos básicos aplicável aos servidores ocupantes do cargo de Analista de Controle Interno do SUS; e - Anexo II – Tabela de pontos da Gratificação de Desempenho de Atividades de Analista de Controle Interno do SUS – GDASUS.
809/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	<p>Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 15/10/2013, manteve o Veto Parcial apostado aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2013 (nº 4.264, de 2012, na Casa de origem), que "Institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços".</p> <p>Vetos mantidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - inciso II do § 2º do art. 1º; - inciso III do § 2º do art. 1º; e - art. 5º.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
807/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 15/10/2013, manteve o Veto Parcial apostado aos dispositivos a seguir discriminados do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2011 (nº 5.894, de 2009, na Casa de origem), que “Transforma cargos vagos da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, estruturada pela Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, em cargos de Analista Ambiental, da Carreira de Especialista em Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, estende a indenização, de que trata o art. 16 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, aos titulares de cargos de Analista Ambiental e de Técnico Ambiental da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e aos titulares dos cargos integrantes do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - PECMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, integrantes dos Quadros de Pessoal do Ibama e do Instituto Chico Mendes, nas condições que menciona; altera a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, que cria e disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”. Vetos Mantidos: - § 2º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto; e - § 9º do art. 16 da Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, com a redação dada pelo art. 5º do projeto.
805/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 15/10/2013, manteve o Veto Parcial apostado ao dispositivo a seguir discriminado do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2013 (oriundo da Medida Provisória nº 613, de 2013), que “Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera as Leis nºs 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica; revoga o § 2º do art. 57 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências”. Veto mantido: - § 9º do art. 1º.
803/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Participa que o Congresso Nacional, em sessão conjunta realizada em 15/10/2013, manteve o Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 612, de 1999 (PL nº 2.641/2003, nessa Casa), que “Altera o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, atribuindo privilégio especial aos credores por restituição de prêmio de seguro”.
799/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha para o arquivo da Câmara dos Deputados, autógrafo da Emenda Constitucional nº 75, promulgada em 15/10/2013 e publicada nos Diários Oficial da União, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, do dia 16/10/2013.
797/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 18, de 2013 (nº 326/MF/2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano, referente ao 2º trimestre de 2013. A matéria, publicada no DSF de 04/10/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
796/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ofício nº 1303-Seses-TCU, na origem, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2700/2013, prolatado nos autos do processo TC. 016.731/2011-5. A matéria, publicada no DSF de 09/10/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
795/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Com referência ao Ofício nº 2.152/13/SGM-P, de 19/09/2013, comunica que nos termos do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o Congresso Nacional aprovou e esta Presidência promulgou a Lei nº 12.866, de 07/09/2013, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 1.648.000.000,00, para os fins que especifica”, cujas disposições foram adotadas pela Excelentíssima Senhora Presidente da República como Medida Provisória nº 624, de 14 de agosto de 2013.
793/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento à convocação realizada na Sessão Conjunta do Congresso Nacional de 17 de setembro de 2013, comunica, que a Sessão Conjunta do Congresso Nacional convocada para o dia 15 de outubro do corrente, terça-feira, às dezenove horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, será destinada a: Parte I - Apreciação de Vetos Presidenciais. Parte II - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 3, de 2009, que “Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências”; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Acrescenta § 4º ao art. 26 da Resolução nº 1/2006 - CN, que dispõe sobre a Comissão Mista Permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da Constituição Federal”; - Apreciação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional nº 2, de 2008, que “Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCA), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação”; - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1, de 2013, que “Altera o caput do art. 2º e o Anexo IV.1 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013, e dá outras providências”; e - Apreciação do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 4, de 2013, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, crédito suplementar no valor de R\$ 230.000.000,00 (duzentos e trinta milhões de reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
792/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em atendimento à solicitação do Sr. Presidente da Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, em tramitação nessa Casa Legislativa, encaminha expediente do Relator da referida medida provisória, a fim de explicar erro de grafia expresso no parecer daquela Comissão Mista.
791/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 113 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, a Mensagem nº 90, de 2013-CN (nº 419/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação do cumprimento da meta do superávit primário, referente ao segundo quadrimestre de 2013. A matéria, publicada no DSF de 02/10/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
790/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República a Mensagem nº 89, de 2013-CN (nº 417/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao segundo quadrimestre de 2013. A matéria, publicada no DSF de 02/10/2013, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
789/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho da Justiça Federal, Ministro Felix Fisher, o Ofício nº 39, de 2013 – CN (Ofício nº 2013/04609, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2013. A proposição, publicada no DSF de 02/10/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
788/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, em 30 de setembro do corrente, para apresentação de Projeto de Decreto Legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 612, de 2013, cujo prazo integral de vigência expirou em 1º/08/2013. Comunica, ainda, que o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2013, de autoria do Senador Walter Pinheiro, será encaminhado ao arquivo nos termos do art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.
787/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2013 (Medida Provisória nº 618, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 1º/10/2013, que "altera a Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, para dispor sobre a concessão de garantia da União a entidades controladas indiretamente pelos entes da Federação; autoriza o aumento do capital social da Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; autoriza a União a renegociar condições financeiras e contratuais das operações de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que menciona; altera o cálculo da receita líquida real dos Municípios, para adequação à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; autoriza a União a conceder crédito ao BNDES, no montante de até R\$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de reais), em condições financeiras e contratuais que permitam o seu enquadramento como instrumento híbrido de capital e dívida ou elemento patrimonial que venha a substituí-lo na formação do patrimônio de referência; promove ações de cooperação energética com países da América Latina; cria o Quadro Especial de Terceiros-Sargentos e Segundos-Sargentos do Exército, integrante do Quadro de Pessoal Militar do Exército; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 4.117, de 27 de agosto de 1962, 11.345, de 14 de setembro de 2006, 12.844, de 19 de julho de 2013, e 12.249, de 11 de junho de 2010; revoga a Lei nº 10.951, de 22 de setembro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 12.844, de 19 de julho de 2013, e 12.761, de 27 de dezembro de 2012; e dá outras providências".

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
785/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2013 (Medida Provisória nº 619, de 2013), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 1º/10/2013, que "Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, instituído pela Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, para a contratação de todas as ações relacionadas à reforma, modernização, ampliação ou construção de unidades armazenadoras próprias destinadas às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários em ambiente natural; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942 – Consolidação das Leis do Trabalho, as Leis nºs 11.491, de 20 de junho de 2007 e 12.512, de 14 de outubro de 2011, dispõe sobre os contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, autoriza a inclusão de despesas acessórias relativas à aquisição de imóvel rural nos financiamentos de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 12.546, de 14 de setembro de 2011, autoriza a União a conceder subvenção econômica, referente à safra 2011/2012, para produtores independentes de cana-de-açúcar que desenvolvem suas atividades no Estado do Rio de Janeiro; altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, institui o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na área da saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde – Prosus, dispõe sobre a utilização pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos registros de preços realizados pelo Ministério da Saúde, autoriza a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a conceder o uso de bens públicos imobiliários dominicais, mediante emissão de Certificado de Direito de Uso de Bem Público Imobiliário – CEDUPI, altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe sobre as dívidas originárias de perdas constatadas nas armazenagens de produtos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPm e Estoques Reguladores do Governo Federal, depositados em armazéns de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, autoriza o Poder Executivo a declarar estado de emergência fitossanitária ou zoonosológica, quando for constatada situação epidemiológica que indique risco iminente de introdução de doença exótica ou praga quarentenária ausente no País, ou haja risco de surto ou epidemia de doença ou praga já existente, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, dispõe sobre o repasse, pelas entidades privadas filantrópicas e entidades sem fins lucrativos, às suas mantenedoras de recursos financeiros recebidos dos entes públicos, altera a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 12.096, de 24 de novembro de 2009, 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, 12.087, de 11 de novembro de 2009 e 10.260 de 12 de julho de 2001 e dá outras providências".
783-A/2013-CN	Dep. Ronaldo Caiado – Líder do Democratas na CD	Em atenção ao Ofício nº 286-A, de 2013, encaminha mídia eletrônica contendo imagem bem como as respectivas notas taquigráficas da audiência pública sobre a Medida Provisória nº 621, de 2013, realizada em 17 de setembro de 2013, às 14h30min.
783/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em resposta ao Of. N. 1961/SGM/P/2013, que se refere à Questão de Ordem n. 350/2013, apresentada pelo Deputado Silvio Costa, informa que foi encaminhado a questão à Comissão Mista destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional, criada pelo Ato Conjunto nº 1, de 2013, com vista à normatização da situação ali expandida.
782/2013-CN	Dep. Cândido Vaccarezza – Presidente da Comissão Mista destinada a elaborar proposta de reforma do Regimento Comum do CN	Encaminha o Of. N. 1961/SGM/P/2013, do Presidente da Câmara dos Deputados, e respectivos anexos, que se refere à Questão de Ordem n. 350/2013, apresentada pelo Deputado Silvio Costa, com vista à normatização da situação ali expandida, no âmbito da proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.
781/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica a atuação do Ofício nº 37/2013 – CN (Ofício nº 2.196 de 2013, nessa Casa), que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013. A proposição, publicada no DSF de 1º/10/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
780/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente Substituto da Autoridade Pública Olímpica o Ofício nº 124, de 2013, na origem, que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Atividades desenvolvidas no 1º semestre de 2013. O expediente foi autuado da seguinte forma: - Ofício "S" nº 42, de 2013, em original, que vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e - OFN nº 38, de 2013, em cópia, publicado no DSF de 02/10/2013, que vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
779/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2013, o processado da Medida Provisória nº 621, de 2013, que "Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências". A Medida foram oferecidas 567 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 58, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 26, de 2013.
778/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Em aditamento aos Ofícios nºs 763 e 770-CN, comunica que a sessão solene do Congresso Nacional convocada para o dia 15 de outubro do corrente, terça-feira, destinada à promulgação da Emenda Constitucional nº 75, de 2013, que "acrescenta a alínea e ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham"- PEC da Música, se realizará às 13h30min, no Plenário do Senado Federal.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
776/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que expirou no dia 27/09/2013, o prazo integral de vigência da Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona".
775/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica de conformidade com o Ato Conjunto nº 10, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka, para integrarem a referida Comissão.
774/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica de conformidade com o Ato Conjunto nº 9, de 2013, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que fica prorrogado até o final da presente sessão legislativa o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.
773/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho o Ofício nº 35/2013 – CN (Ofício nº 435, de 2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho referente ao período de setembro de 2012 a agosto de 2013. A proposição, publicada no DSF de 28/09/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
772/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República o Ofício nº 36/2013 – CN (Ofício nº 1.944, de 2013, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria Geral da República referente ao segundo quadrimestre de 2013. A proposição, publicada no DSF de 28/09/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
771-A/2013-CN	Reverendíssimo Senhor Dom Sérgio da Rocha – Arcebispo da Arquidiocese de Brasília	Em nome do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, convida o Reverendíssimo Senhor Dom Sérgio da Rocha para officiar a tradicional Missa de Ação de Graças pelo encerramento dos trabalhos deste ano legislativo, a realizar-se no dia 12 de dezembro de 2013, quinta-feira, às 11 horas, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.
771/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu da Excelentíssima Senhora Presidente da República, nos termos do art. 49 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, a Mensagem nº 87, de 2013-CN (nº 410/2013, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao quarto bimestre de 2013. A matéria publicada no DSF de 25/09/2013 vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
769/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu do Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Joaquim Barbosa, o Ofício nº 244/GP-SOF, autuado como OFN 33/2013, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal de 2º quadrimestre de 2013. A matéria publicada no DSF de 25/09/2013, vai ao exame da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
768/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que, para os fins do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 2002-CN, foi encaminhado à Excelentíssima Senhora Presidente da República o Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2013 (Medida Provisória nº 620, de 2012), aprovado pelo Senado Federal, em sessão realizada no dia 17/09/2013, que "altera a Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, para dispor sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV); constitui fonte adicional de recursos para a Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, que dispõe sobre as medidas de esclarecimento ao consumidor, para prever prazo de aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990; altera as Leis nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências".
765/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Comunica que esta Presidência recebeu o Ofício nº 11.970, de 2013, da Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, Relatora, comunicando o deferimento de liminar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.874.
764/2013-CN	Dep. Henrique Eduardo Alves – Presidente da CD	Encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, o processado da Medida Provisória nº 619, de 2013, que "Autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento a contratar o Banco do Brasil S.A. ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia relacionados à modernização, construção, ampliação ou reforma de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a condição de segurado especial, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967 e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para dispor sobre prazos do penhor rural, e as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; atribui força de escritura pública aos contratos de financiamento do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, de que trata a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, celebrados por instituições financeiras por meio de instrumentos particulares; institui o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas; e dá outras providências". À Medida foram oferecidas 92 emendas e a Comissão Mista emitiu o Parecer nº 57, de 2013-CN, que conclui pelo PLV nº 25, de 2013.

B.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO

Resenha 01 a 31/10/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Não deliberativas (NDEL)	-
Ordinárias (ROR)	6 (partes)
Extraordinárias (REX)	1
Audiências Públicas (RAP)	-
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	7

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (CÓI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	1	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	1	-

Proposições em Tramitação

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art. 106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	30	5	1			
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1	1				
Avisos CN (AVN)	2					
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU						
- Prestação de Contas						
- Parecer Prévio do Governo Federal						
- Outras Matérias	2					
Mensagens CN (MCN)	2					
- Prestação de Contas						
- Relatório de Avaliação do PPA						
- Outras Matérias	2					
Ofícios CN (OFN)	5	8				
- Prestação de Contas						
- Outras Matérias	5	8				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)						
Proposições SF						
Requerimentos CMO (RCMO)						
Emendas	615	4100	1			
TOTAL	655	4114	2			

Resenha Consolidada

02/02/2013 a 31/10/2013

Reuniões Realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	1
Eleição (ELEI)	3
Não Deliberativas (NDEL)	1
Ordinárias (ROR)	8
Extraordinárias (REX)	3
Audiências Públicas (RAP)	4
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	2
Seminários Regionais (SREG)	3
Total	25

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	-	-
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	14	-
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	14	-

Proposições Apreciadas

Proposições	Recebidas	Tramitação encerrada na CMO				
		Apreciadas	Retiradas	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
				PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN - Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	97	14	3	42	1	
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	22	9				7
Avisos CN (AVN)	87	14				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	16	14				
- Prestação de Contas	3					
- Parecer Prévio do Governo Federal	4					
- Outras Matérias	64					
Mensagens CN (MCN)	70	20				
- Prestação de Contas	9					
- Relatório de Avaliação do PPA	4					
- Outras Matérias	57	20				
Ofícios CN (OFN)	165	17				
- Prestação de Contas	34					
- Outras Matérias	131	17				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)	3					
Proposições SF	4					
Requerimentos CMO (RCMO)	13	10	2(prejud)			
Emendas	13747	16874	1	158		
TOTAL	14208	16958	6	200	1	7

Resultados das Reuniões 01 a 31/10/2013

Reunião realizada em 2 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 02/10/2013, às 15 horas
(Reiniciada e suspensa às 15h05min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Junji Abe (PSD/SP), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o **dia 08 de outubro, terça-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E, cancelou a realização das seguintes reuniões extraordinárias, no plenário 2 da Câmara dos Deputados:

- hoje, **dia 2 de outubro, quarta-feira, às 18 horas**; e
- **dia 3 de outubro, quinta-feira, às 10 horas**.

Brasília, 02 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 8 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 08/10/2013, às 15 horas
(Reiniciada às 15h09min e suspensa às 15h10min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram reiniciados pelo Deputado Severino Ninho (PSB/PE), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Presidente em exercício anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 9 de outubro, quarta-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

E cancelou a realização da reunião extraordinária, hoje, **dia 8 de outubro, terça-feira, às 18 horas**.

Brasília, 08 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 9 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 09/10/2013, às 15 horas
(Reiniciada às 15h23min e suspensa às 17h08min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

- Apreciação da Ata da seguinte Reunião:

. 2ª Reunião Extraordinária, realizada nos dias 03 e 11/09/2013. -Resultado-: por consenso, foi dispensada a leitura da Ata que, em votação, foi **aprovada** por unanimidade.

AVISO

O Presidente informou que a CMO acaba de disponibilizar em sua página na internet, novas opções de consultas a diversos tipos de proposições, que podem ser acessadas de forma simples e imediata.

Ao visitar a Página da Comissão no endereço www.camara.leg.br/cmo, o usuário encontrará no item “**Projetos de Lei e outras proposições na Comissão**”, quatro subitens que permitirão o acesso a várias informações sobre matérias de competência da CMO.

Outra novidade que passa a integrar à Página da Comissão é a comodidade de se realizar o acompanhamento de matérias. Para isso, basta o usuário acessar a proposição que deseja acompanhar e cadastrar o seu e-mail para receber notificações sobre a tramitação da matéria desejada.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

- 1) Of. 227/2013 – GAB/BSB, de 17 de Setembro, do Deputado Junji Abe (PSD/SP), solicitando a retirada de pauta, do relatório que apresentou ao Aviso nº 07/2013-CN.
- 2) Ofício Líder nº 322/2013, de 25 de Setembro, do Deputado Andre Moura (PSC/SE), Líder do Partido Social Cristão, indicando o próprio nome para preencher vaga no Colegiado de Líderes desta Comissão.
- 3) Of. Pres. nº 331/13/CFT, de 01 de outubro, do Deputado João Magalhães, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, informando que aquela Comissão ofereceu dez emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e que foram acatadas parcialmente pelo Relator, Deputado Danilo Forte. Informa ainda, que foi apresentado destaque a uma daquelas emendas e indica o membro titular, Deputado João Dado, para resguardar os interesses daquela Comissão junto às reuniões deliberativas da CMO, no que concerne à apreciação do PLDO 2014.

- Expedientes encaminhando justificativas de faltas às reuniões da Comissão DEFERIDOS pelo Presidente:

- 1) Ofício nº 044/2013-GSADIN, de 05 de setembro, do Senador Anibal Diniz (PT/AC), justificando ausência nos dias 20 e 27 de agosto.
- 2) OF. Nº 071/13-PN-CD, de 17 de setembro, do Deputado Pedro Novais (PMDB/MA), justificando ausência no período de 29 de agosto a 05 de setembro de 2013.

- Expediente encaminhado pelo Presidente do Congresso Nacional informando término do prazo para interposição de recurso a Avisos do Congresso Nacional:

- 1) Ofício nº 729-CN, de 12 de Setembro, ao Aviso nº 11/2013-CN.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

- 1) Ofício nº 402/SG/2013, de 22 de agosto de 2013, do Secretário-Geral Adjunto do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Marivaldo Dantas de Araújo, por ordem do Presidente daquele Conselho, encaminha relatório dos trabalhos realizados pela Comissão sobre a Questão Indígena em Mato Grosso do Sul, Portarias CNJ nº 53/2013 e 71/2013, para adoção das providências cabíveis.
- 2) Ofício nº 319/DRL2/1569, de 28 de agosto de 2013, do Comandante da Aeronáutica, Ten. Brig. Juniti Saito, convidando o Presidente e todos os membros desta Comissão para um café da manhã naquele Comando, durante o qual será apresentada a situação orçamentária da Aeronáutica atual, bem como, as perspectivas para o ano de 2014, a ser realizado em 16 de outubro de 2013, às 8 horas, no Gabinete do Comandante da Aeronáutica.
- 3) Ofício nº 469/SG - DOR/2013, de 24 de setembro de 2013, do Secretário-Geral Adjunto do Conselho Nacional de Justiça, Juiz Marivaldo Dantas de Araújo, encaminhando os Pareceres daquele Conselho e as respectivas Certidões de Julgamento da 175ª Sessão Ordinária, referentes às Propostas Orçamentárias dos órgãos do Poder Judiciário integrantes do Orçamento Geral da União.
- 4) Ofício nº 159/SOF/MP, de 27 de setembro de 2013, do Secretário de Orçamento Federal, Substituto, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. George Soares, encaminhando cópia da Nota Técnica nº 402 SEAFI/SOF/MP, de 27 de setembro de 2013, que retifica a Nota Técnica nº 338/SEAFI/SOF/MP, de 14 de agosto de 2013, que trata da exclusão dos valores destinados ao “Farmácia Popular do Brasil” do valor mínimo a ser gasto em “ações e serviços públicos de saúde”.
- 5) Ofício nº 366/2013/SPR/COADE, de 27 de setembro de 2013, do Secretário-Geral do Conselho Nacional do Ministério Público, Blal Yassine Dalloul, encaminhando para conhecimento, cópia da decisão plenária proferida na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 23/09/2013, que aprovou as propostas orçamentárias das unidades do Ministério Público da União, excetuado o Ministério Público Federal, para o exercício de 2014.
- 6) Ofício nº 782/2013 - GABDPGF, de 01 de outubro, do Defensor Público-Geral Federal, Haman Tabosa de Moraes e Cordova, da Defensoria Pública da União, trazendo a esta Comissão ponderações institucionais acerca dos PLDO e PLOA 2014. Tratando-se, sucintamente, de peculiaridades que envolvem a Emenda Constitucional nº 74/2013 (EC 74), que, acrescentando § 3º ao art. 134 da Constituição Federal, conferiu à Defensoria autonomia funcional e administrativa, bem como iniciativa de proposta orçamentária. Constatando-se, assim, a necessidade de buscar a conformação dos PLDO e PLOA 2014 ao teor da EC 74. Afirmando que é preciso que a autonomia constitucional da Instituição se materialize na LDO e na LOA 2014, para evitar que a EC 74 só produza efeitos a partir de 2015 e permitir, repise-se, em 2014, que essa autonomia atinja diretamente o público-alvo daquela Defensoria.
- 7) Ofício nº 027 – A4/ASPAR - EB, de 07 de outubro, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante do Exército, Coronel Francisco Humberto Montenegro Junior, a pedido do Sr. Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, convida o Presidente e demais membros desta Comissão para um café da manhã, no próximo dia 10 de outubro, às 8 horas, no Quartel General do Exército, para uma breve apresentação sobre os Projetos Estratégicos do Exército.

- Relatórios de Gestão Fiscal referentes ao 2º quadrimestre de 2013 encaminhados em observância ao disposto no art. 55 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 117 na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2013, encaminhados pelos seguintes órgãos:

- Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:

Aviso Seses de 04 de setembro:

1) Aviso nº 1.135/2013 (Acórdão nº 2.371/2013): Obras de construção de trechos rodoviários na BR-429, no Estado de Rondônia.

Aviso GP/TCU de 26 de setembro:

1) Aviso nº 1.547/2013 (Acórdão nº 2.372/2013): Obras do trecho 3 do canal adutor do sertão alagoano.

ORDEM DO DIA

O Presidente informou que havia acordo com os membros da CMO para apresentação de Adendos e Errata ao **Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN** – PLDO/2014, constante do item 2, da Pauta nº 21, e a votação da matéria ficaria para a próxima semana, no dia 15/10/2013.

PAUTA 21/2013

2 – Apreciação do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2013-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. (PLDO/2014).

Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator ofereceu voto pela aprovação a 273, pela aprovação parcial a 1.777, pela rejeição a 2.029 e indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 7111.0005, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002.

Resultado: O Relator apresentou o Adendo, a Errata e o Adendo 2. A discussão foi reiniciada e suspensa.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Em virtude do início da Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou Reunião do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão para o **dia 15 de outubro, terça-feira, às 11 horas**, na sala de reuniões da Presidência da Comissão, para tratar sobre o Relatório apresentado à LDO 2014.

E, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 15 de outubro, terça-feira, às 15 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 09 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 16 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 16/10/2013, às 14h30min
(Reiniciada às 14h32min e suspensa às 15h08min)

Pauta nº 21/2013

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

ORDEM DO DIA

PAUTA 21/2013

1 - Conforme o disposto no parágrafo único do art. 110 da *Resolução nº1/2006, do Congresso Nacional*, o Presidente anunciou a apreciação do Relatório apresentado à **Medida Provisória nº 622/2013-CN**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 380.000.000,00 (trezentos e oitenta milhões de reais), para viabilizar o pagamento de subvenção econômica às unidades industriais produtoras de etanol combustível da Região Nordeste”.

Relator: Deputado José Priante.

Foram apresentadas 11 emendas.

Voto: pela aprovação da Medida Provisória na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade das emendas de nºs 01, e 03 a 011. A emenda nº 02 foi retirada pelo autor, Deputado Anthony Garotinho.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Danilo Forte (PMDB/CE) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da *Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas de nºs 1, e 03 a 11, indicadas pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

2 – Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 2/2013-CN, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. (PLDO/2014).

Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002.

Resultado: O Relator solicitou o adiamento da apreciação da matéria para a próxima semana, e com a concordância do Presidente, foi adiada para o dia 22/10/2013, terça-feira, às 14h30min.

3 – Relatório apresentado ao Aviso nº 07/2013-CN, que “Encaminha cópia do Acórdão nº 93/2013 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à fiscalização das obras de melhoria de capacidade de tráfego e duplicação na BR 116, no Rio Grande do Sul (TC 003.063/2012-7)”.

Relator: Deputado Junji Abe.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: - pela INCLUSÃO, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado, no Anexo VI da Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013 (LOA/2013):

I – O programa de trabalho orçamentário: 26.782.2075.7L04.0043 / 2013 - ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - PORTO ALEGRE - PELOTAS - NA BR-116 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, vinculado à Unidade Orçamentária 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT;

II – Objeto/ Irregularidades: Edital 342/2010-00 Execução das Obras de Melhorias de Capacidade, incluindo Duplicação na Rodovia BR-116/RS, Trecho: Div. SC/RS (Rio Pelotas) - Jaguarão (Front. Brasil/Uruguai) - subdivididos em 09 lotes; Projeto básico deficiente ou desatualizado; Sobrepreço decorrente de preços excessivos frente ao mercado; Projeto básico/executivo sub ou superdimensionado; Descumprimento de determinação exarada pelo TCU.

Resultado: Em 17/09/2013, o Relator Deputado Junji Abe, apresentou o Of. 227/2013, solicitando a retirada de Pauta do Aviso nº 07/2013-CN, o qual foi deferido por este Presidente, em 18/09/2013.

4 – Relatório apresentado ao Ofício nº 11/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 14, inciso IV, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, a Programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2011”.

Relator: Deputado Armando Vergílio.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

5 – Relatório apresentado ao Ofício nº 12/2011-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, §§ 4º e 5º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao 1º semestre de 2010”.

Relator: Deputado Armando Vergílio.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

6 – Relatório apresentado ao Ofício nº 38/2011-CN, que “Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), exercício de 2010”.

Relator: Deputado Armando Vergílio.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

7 – Relatório apresentado ao Ofício nº 52/2012-CN, que “Encaminha, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o Relatório de Gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Armando Vergílio.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Edmar Arruda (PSC/PR) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

8 – Requerimento nº 07/2013-CMO, que “Requer ao Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves, Deputado Afonso Florence e ao Plenário da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, vistoria nas obras de infraestrutura aeroportuárias no Brasil. (Sugestão de vistoria dos seguintes aeroportos: Aeroporto Internacional Afonso Pena, Curitiba/PR; Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, Manaus/AM; e Aeroporto Internacional Marechal Rondon, Cuiabá/MT)”.

Autor: Senador Acir Gurgacz.

Resultado: retirado de pauta a pedido do autor.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao Projeto de Lei nº 06/2013-CN.

Autor: Deputado José Rocha.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

– Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 06/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 269.472.439,00 (duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado José Rocha.

Foram apresentadas 22 emendas.

Voto: favorável nos termos do Substitutivo apresentado, sendo pela aprovação das emendas de nºs 7 e 11; aprovação parcial das emendas de nºs 2, 5, 17, 18, 20 e 21; com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 19, e pela rejeição das demais.

Resultado: Em conformidade com o disposto no § 2º do Art.146, da Resolução nº1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda nº 19, sugerida pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado aos **Avisos de nºs 33 e 46/2009-CN; 001, 009, 17 e 35/2010-CN; 01, 07, 18, 22 e 25/2011-CN; 03, 18 e 27/2012-CN; e 01 e 10/2013-CN.**

Autor: Deputado Bohn Gass.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

EXTRAPAUTA

- Relatório apresentado ao **Aviso nº 33/2009**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2009”. **Aviso nº 46/2009**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao segundo trimestre de 2009”. **Aviso nº 001/2010**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil, relativo ao terceiro trimestre de 2009”. **Aviso nº 009/2010**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao quarto trimestre de 2009”. **Aviso nº 17/2010**, que “Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, a que se refere o art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, relativo ao primeiro trimestre de 2010”. **Aviso nº 35/2010**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2010”. **Aviso nº 1/2011**, que “Encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2010”. **Aviso nº 7/2011**, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887/2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055/2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, referente ao quarto trimestre de 2010”. **Aviso nº 18/2011**, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2011”. **Aviso nº 22/2011**, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2011”. **Aviso nº 25/2011**, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao terceiro trimestre de 2011”. **Aviso nº 3/2012**, que “Encaminha Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB referente ao 4º trimestre de 2011”. **Aviso nº 18/2012**, que “Encaminha o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao primeiro trimestre de 2012, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009”. **Aviso nº 27/2012**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao segundo trimestre de 2012”. **Aviso nº 01/2013**, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB relativo ao 3º trimestre de 2012”. **Aviso nº 10/2013**, que “Encaminha, nos termos do art. 10 da Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e do art. 11 do Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009, o Relatório de Desempenho do Fundo Soberano do Brasil - FSB, relativo ao quarto trimestre de 2012”.

Relator: Deputado Bohn Gass.

Voto: pelo arquivamento das matérias.

Resultado: a pedido dos Deputados Danilo Forte (PMDB/CE) e Domingos Sávio (PMDB/MG) e com a concordância do Relator Deputado Bohn Gass (PT/RS) a matéria foi **retirada** de pauta.

Por proposta do Presidente da CMO, Senador Lobão Filho (PMDB/MA), foi submetida à apreciação do Plenário da Comissão os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitorais e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 01, e pela rejeição das demais.

Resultado: **aprovado** por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 08/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica”.

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2013-CN**, que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e nove reais), em favor de Companhias Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e dois reais), para os fins que especifica.”

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Ofício nº 02/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2008-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007”.

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Ofício nº 37/2011-CN**, que “Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010”.

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: aprovado por unanimidade.

REQUERIMENTO PARA INCLUSÃO NA PAUTA

– Requerimento para inclusão na pauta do Relatório apresentado ao **Ofício nº 42/2012-CN**, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: aprovado por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 22 de outubro, terça-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 16 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 22 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 22/10/2013, às 14h30min
(Reiniciada e suspensa às 14h40min)
(Reiniciada às 15 horas e suspensa às 15h30min)

Pauta nº 21/2013 - Alterada

REABERTURA

Os trabalhos foram conduzidos pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA), e pelo Deputado Jorge Bittar (PT/RJ), conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1/2006, do Congresso Nacional.

EXPEDIENTE

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou **dispensada leitura dos expedientes**. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes será encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias.

I) CORRESPONDÊNCIA INTERNA RECEBIDA:

1) OF. Nº 130/DWR/2013, de 12 de setembro, do Deputado Wellington Roberto (PR/PB), requerendo junto ao Relator da Medida Provisória nº 622/2013-CN, informações a respeito da matéria, contendo dados sobre a relação de beneficiados e os valores recebidos por cada um.

II) CORRESPONDÊNCIA EXTERNA RECEBIDA:

1) AL-P-(SGM) nº 514, de 07 de outubro, do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, Deputado Themistocles Filho, encaminhando requerimento de autoria da Deputada Flora Izabel, aprovado pelo Plenário daquela Assembleia, através do qual aquela Casa Legislativa solicita a esta Comissão "gestões no sentido de se garantir a destinação de recursos do Orçamento Geral da União de 2014 para investimentos em mobilidade/transporte da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina (RIDE)".

2) Ofício nº 271/2013/MP, de 15 de outubro, da Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, solicitando promover a adequação no Projeto de Lei nº 9/2013-CN, em virtude da ocorrência de omissão de ordem técnica no Projeto de Lei Orçamentária de 2014, no âmbito das despesas do Ministério da Educação, conforme exposto na Nota Técnica nº 13/DESOC/SOF/MP, de 8 de outubro de 2013, elaborada pela Secretaria de Orçamento Federal, que trata do assunto.

3) Ofício nº 820/2013-GABDPGF/DPGU, de 15 de outubro, do Defensor Público-Geral Federal, Haman Tabosa de Moraes e Córdova, da Defensoria Pública da União, convidando o Presidente da CMO para participar de uma exposição sobre o planejamento orçamentário daquela Instituição para 2014, considerando a recém promulgada Emenda Constitucional nº 74/2013 (EC 74). Sugerindo o dia 30.10.2013, às 9 horas ou o dia 06.11.2013, no mesmo horário, a ser definido por esta Presidência, para a realização da exposição, seguida de café da manhã.

4) Ofício CSJT-ASRI Nº 73, de outubro de 2013, do Juiz Auxiliar do Tribunal Superior do Trabalho e Juiz Titular da 2ª Vara Trabalhista de São Luiz, do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Sr. Saulo Tarcísio de Carvalho Fontes, dando conhecimento ao Presidente desta Comissão sobre informações levantadas pela equipe técnica daquele Tribunal, relatando a impossibilidade de execução do projeto do novo prédio do Fórum Trabalhista de Imperatriz-MA, em virtude de embargos ao serviço de sondagem do terreno, por parte de terceiros. Tendo em vista que o projeto visa proporcionar acesso à Justiça do Trabalho em um imóvel amplo, moderno e melhor localizado, condizente com a necessidade da comunidade local, solicita apoio, com a apresentação de emenda orçamentária, a fim de que possam obter a suplementação necessária à conclusão do aludido Projeto.

5) Correspondência de 16 de outubro de 2013, do Presidente do Sindicato de Clubes e Entidade de Classe Promotoras de Lazer e Esportes do Distrito Federal, Sr. Claudionor Pedro dos Santos, apresentando apoio incondicional aos destaques às Emendas de números 5002.0006, da Comissão de Turismo e Desporto; nº 5022.0001, da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e de autoria do Deputado José Rocha, e solicitando que os mesmos sejam acatados.

6) Ofício nº 1.100/13-ASPAR/MJ, de 17 de outubro, do Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, Sr. Leandro Guimarães Guedes, encaminhando ao Presidente desta CMO duas caixas contendo 70 cartilhas sobre o exemplar para Emendas Orçamentárias 2014-MJ, esperando que este Guia possa subsidiar os trabalhos desta Comissão na apresentação de emendas para o exercício do ano vindouro.

- Expedientes encaminhados ao Deputado Afonso Florence, Coordenador do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índices de Irregularidades Graves – COI:

1) Ofício nº 928 COGED/AUDIT - hfof, de 09 de outubro de 2013, do Auditor-Chefe da Fundação Nacional de Saúde, Luis Carlos Marchão.

2) Ofício nº 2.108/2013/PRESI, de 14 de outubro, do Diretor-Presidente Substituto da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Sr. Jair Campos Galvão.

- Avisos encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, ao Presidente da CMO:

Aviso GP/TCU de 09 de outubro:

1) Aviso nº 1.610/2013 (Acórdão nº 2.603/2013): Obras de construção da Usina Termonuclear de Angra 3, no município de Angra dos Reis - RJ.

Aviso GP/TCU de 11 de outubro:

1) Aviso nº 1.633/2013 (Acórdão nº 2.528/2013): Construção da BR 163/PA.

Aviso GP/TCU de 16 de outubro:

1) Aviso nº 1.644/2013 (Acórdão nº 2.700/2013): Obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), sub-trecho compreendido entre Caetité e Barreiras, no estado da Bahia.

- Aviso encaminhado pelo Ministro Valmir Campelo, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, ao Presidente do Congresso Nacional, que enviou à CMO:

Aviso GP/TCU de 16 de outubro:

1) Aviso nº 1.642/2013: Obra de construção da Vila Olímpica – Parnaíba/PI.

ORDEM DO DIA

PAUTA 21/2013 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2013-CN**, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências". (PLDO/2014).

Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002.

Resultado: O Adendo nº 3 foi entregue na Secretaria da Comissão e será disponibilizado na página da CMO. O Presidente comunicou o adiamento da apreciação da matéria **para o dia 24/10/2013, quinta-feira, às 9 horas.**

9 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 07/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Eleitorais e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor de R\$ 942.240.394,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, duzentos e quarenta mil, trezentos e noventa e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

Relatora: Deputada Gorete Pereira.

Foram apresentadas 3 emendas.

Voto: pela aprovação do Projeto de Lei na forma proposta pelo Poder Executivo, com indicação pela inadmissibilidade da emenda de nº 01, e pela rejeição das demais.

Resultado: ausente a Relatora, foi designado o Deputado Pedro Novais (PMDB/MA) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda de nº 1, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

10 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 08/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Tribunal de Contas da União e das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 34.958.072,00 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setenta e dois reais), para os fins que especifica".

Relator: Deputado Weliton Prado.

Foi apresentada 01 emenda.

Voto: favorável nos termos do projeto, com indicação pela inadmissibilidade da emenda nº 01.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Jorge Bittar (PT/RJ) como relator *ad hoc*. Em conformidade com o disposto no § 2º do Art. 146, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente declarou **inadmitida** a emenda de nº 1, indicada pelo relator. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

11 – Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 12/2013-CN**, que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2013 crédito suplementar no valor total de R\$ 8.207.509,00 (oito milhões, duzentos e sete mil, quinhentos e nove reais), em favor de Companhias Docas e da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, e reduz o Orçamento de Investimento de empresas estatais no valor global de R\$ 24.880.202,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e dois reais), para os fins que especifica."

Relator: Senador João Vicente Claudino.

Não foram apresentadas emendas.

Voto: favorável nos termos do projeto.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Senador Wilder Moraes (DEM/GO) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

12 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 02/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao artigo 20, parágrafo 4º, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do processo de Prestação de Contas do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Carlos Magno (PP/R) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

13 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 14/2008-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 5º, do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, cópia do Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborado pelo Banco da Amazônia S.A. e cópia do Relatório de Gestão (Parecer nº 03/CGFC/DFD, de 22/04/2008), elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNO, referente ao exercício de 2007".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Carlos Magno (PP/R) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

14 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 37/2011-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao § 4º do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), referente ao exercício de 2010".

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo Arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Carlos Magno (PP/R) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

15 – Relatório apresentado ao **Ofício nº 42/2012-CN**, que “Encaminha, nos termos do parágrafo 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 1989, cópia do Processo de Contas Ordinárias do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) referente ao exercício de 2011”.

Relator: Deputado Nilton Capixaba.

Voto: pelo arquivamento da matéria.

Resultado: ausente o Relator, foi designado o Deputado Carlos Magno (PP/R) como relator *ad hoc*. O Relatório foi **aprovado** por unanimidade.

SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

O Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos.

Antes, convocou a continuação da reunião ordinária para o **dia 24 de outubro, quinta-feira, às 9 horas**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 22 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 24 de outubro de 2013 (Deliberativa Ordinária)

Continuação da 8ª Reunião Ordinária
convocada para 24/10/2013, às 9 horas
(Reiniciada às 09h04min e encerrada às 09h50min)

Pauta nº 21/2013 – Alterada

REABERTURA

Os trabalhos foram reiniciados pelo Presidente, Senador Lobão Filho (PMDB/MA).

ORDEM DO DIA PAUTA 21/2013 - Alterada

1 - Relatório apresentado ao **Projeto de Lei nº 2/2013-CN**, que “Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2014 e dá outras providências”. (PLDO/2014).

Relator: Deputado Danilo Forte.

Foram apresentadas 4.085 emendas.

Voto: favorável ao Projeto de Lei nos termos do Substitutivo apresentado. Das 4.085 emendas apresentadas, o Relator indicou para inadmissibilidade as emendas de nºs 7128.0003, 7111.0002, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002.

Resultado: O Relator apresentou o Adendo nº 4, que substituiu os Adendos de nºs 1, 2 e 3. A discussão foi reiniciada e encerrada. O Deputado Bohn Gass (PT/RS) solicitou a suspensão da reunião, que submetida ao Plenário foi rejeitada. Foram apresentados 1.082 destaques.

Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006*, do Congresso Nacional, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE, quanto às emendas apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade.

Em conformidade com o disposto no §2º do art. 146, da *Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente declarou **inadmitidas** as emendas nºs 7128.0003, 7111.0002, 6001.0002, 2954.0001 e 2693.0002, sugeridas pelo Relator. Em votação, o **Relatório**, a **Errata** e o **Adendo nº 4** foram **aprovados** por unanimidade, ressalvados os destaques.

APRECIAÇÃO DOS 1.082 DESTAQUES APRESENTADOS:

1 - Destaques para votação em separado:

- Destaque 002, do Deputado Fábio Ramalho (PV/MG).

- Destaques de nºs 249, 259 e 290, solicitados pelo Deputado Efraim Filho (DEM/PB).

2 - Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, ressalvados os que foram solicitados para votação separadamente:

Resultado: **aprovada** por unanimidade.

2.1 - Destaques com voto do Relator pela REJEIÇÃO, ressalvados os solicitados para votação em separado:

- 001, 003 a 248, 250 a 258, 260 a 289, 291 a 612, 614, 621 a 785, 795 e 804 a 1.082.

Resultado: em votação em globo, os destaques foram **rejeitados**. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*

3 - Destaques para votação em separado:

3.1 – Destaque: 002

- Destaque 002, do Deputado Fábio Ramalho, à emenda 2556.0001, do Deputado André Vargas.

Voto do Relator: pela aprovação.

Resultado: em votação, o destaque foi **aprovado** por unanimidade.

3.2 - Destaques: 249, 259 e 290

- Destaque 249, do Deputado Claudio Cajado, à emenda 3166.0009, do mesmo autor.

- Destaque 259, do Deputado Claudio Cajado, à emenda 3166.0019, do mesmo autor.

- Destaque 290, do Deputado Claudio Cajado, à emenda 3166.0051, do mesmo autor.

Resultado: **prejudicados** pela ausência do autor.

4 - Destaques retirados pelo autor:

Destaques nºs 613, 615 a 620, 786 a 794, 796 a 803, de autoria do Senador Walter Pinheiro (PT/BA).

Resultado: **retirados** pelo autor.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

O Presidente informou que o prazo para apresentação de emendas aos **Projetos de Leis nºs 13 ao 42/2013-CN**, será até o dia **29 de outubro** e anunciou que encerraria os trabalhos.

Antes, convocou reunião extraordinária para o dia **30 de outubro, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 24 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

Reunião realizada em 30 de outubro de 2013 (Deliberativa Extraordinária)

3ª Reunião Extraordinária
convocada para 30/10/2013, às 14h30min
(Iniciada às 14h57min e suspensa às 15 horas)

Pauta nº 26/2013

ABERTURA e SUSPENSÃO DOS TRABALHOS

Os trabalhos foram iniciados pelo Deputado Danilo Forte (PMDB/CE), no exercício da Presidência, conforme dispõe o *caput* do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

O Presidente em exercício informou que suspenderia a reunião, e convocou a sua continuação para o dia **06 de novembro, quarta-feira, às 14h30min**, no plenário 2 da Câmara dos Deputados.

Brasília, 30 de outubro de 2013.

MARIA DO SOCORRO DE L. DANTAS
Secretária de Comissão

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 – Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

Reuniões realizadas e Proposições apreciadas
01 a 31/10/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	15
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	56
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	7
REUNIÕES CONJUNTAS	2
TOTAL	80

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS *	TOTAL **
CAE	4	1	-	5
CAS	-	8	-	8
CCJ	5	4	-	9
CE	1	8	1	10
CMA	-	6	-	6
CDH	-	7	-	7
CRE	4	-	1	5
CI	1	8	-	9
CDR	-	2	2	4
CRA	-	7	-	7
CCT	-	3	1	4
CMMC	-	-	-	-
CSF	-	2	-	2
TOTAL	15	56		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (**), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM	2	-	2
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON	1	-	1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS	1	-	1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA	3	-	3
TOTAL	7		

(**) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS	
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES
20ª	CDR e CRE
21ª	CE, CCT e CDR
TOTAL DE REUNIÕES CONJUNTAS = 2	

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	1
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	3
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	2
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	7
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA	2
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	6
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	-
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	5
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	-
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	3
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	2
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	-
Comissão Senado do Futuro – CSF	1
TOTAL	32

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON	1
TOTAL	1

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CDR e CRE	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CE, CCT e CDR	1
TOTAL	2

TOTAL GERAL DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	35
---	-----------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
PLS	10	9	10	2	6	9	-	2	3	2	3	-	-	56
SCD	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
PLC	-	4	7	1	1	7	-	-	-	1	-	-	-	21
PDS			1											1
RQS	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	3
EMEN PLEN	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
MSF	2	-	-	-	-	-	7	1	-	-	-	-	-	10
OFS	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	4
AMA	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
SUG	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL	12	13	37	3	12	17	10	3	3	3	4	-	-	117

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	19
PLC	12
TOTAL	31

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	6
PLS	37
SCD	2
PLC	9
PDS	1
RQS	3
EMEN PLEN	10
MSF	10
OFS	4
AMA	3
SUG	1
TOTAL	86

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES													TOTAL
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	
11	2	18	9	5	13	7	2	3	10	-	-	1	81
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES													TOTAL
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS													1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA													1
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES													2
TOTAL DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES													83

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	81
TOTAL	81

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	2
TOTAL	2

MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO

Requerimentos de Urgência	4
Requerimento de Apoio e Solidariedade	3
Requerimento de Voto de Censura	1
Requerimentos de Desempenho de Missão Oficial / Representação	3
Requerimento de Informações	1
Projeto de Decreto Legislativo	1
Projeto de Lei do Senado	1
TOTAL	14

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 04/02 A 31/10/2013

Reuniões Realizadas e Proposições Apreciadas

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES, POR TIPO DE REUNIÃO	
COMISSÕES – REUNIÕES ORDINÁRIAS	109
COMISSÕES – REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS	398
REUNIÕES DE SUBCOMISSÕES	32
REUNIÕES CONJUNTAS	21
TOTAL ACUMULADO	560

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES PERMANENTES, POR COMISSÃO				
COMISSÕES	ORDINÁRIAS	EXTRAORDINÁRIAS	REUNIÃO CONJUNTA * – COMISSÕES PARTICIPANTES	TOTAL**
CAE	30	26	11	67
CAS	-	51	3	54
CCJ	33	28	3	64
CE	18	38	2	58
CMA	6	28	5	39
CDH	1	53	1	55
CRE	19	22	7	48
CI	1	45	6	52
CDR	-	24	3	27
CRA	-	31	-	31
CCT	-	35	3	38
CMMC	1	13	1	15
CSF	-	4	-	4
TOTAL ACUMULADO	109	398		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões em Reuniões Conjuntas

(**) O número inclui a participação dessas Comissões em Reuniões Conjuntas

REUNIÕES REALIZADAS PELAS SUBCOMISSÕES (*), POR COMISSÃO			
SUBCOMISSÕES PERMANENTES E TEMPORÁRIAS	REUNIÕES	PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES CONJUNTAS	TOTAL
Subcomissão permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	3	-	3
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	4	-	4
Subcomissão Perm, de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)	3	-	3
Subcomissão Temporária para Acompanhar a Execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)	1	-	1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)	1		1
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher - CDHSPDM (CDH)	2	-	2
Subcomissão Temporária de Combate à Pedofilia, Direitos da Criança, Adolescente, Juventude e Idoso – CDHPECAJI (CDH)	1	-	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça - CDHMOVJ (CDH)	3	-	3
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	2	-	2
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)	3		3
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	3	-	3
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	6	-	6
TOTAL ACUMULADO	32		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

REUNIÕES CONJUNTAS		
NÚMERO DA REUNIÃO CONJUNTA	COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	TOTAL
1ª	CCJ, CAE e CDR	1
2ª, 4ª, 5ª, 15ª e 19ª	CAE e CI	5
3ª	CRE e CMA	1
6ª e 18ª	CAE, CMA, CMO e 3 comissões temáticas da CD	2
7ª	CMMC e CMA	1
8ª	CRE e CCJ	1
9ª	CAS e CE	1
10ª	CDH e CAS	1
11ª	CAS, CCJ e CAE	1
12ª e 13ª	CRE e CCT	2
14ª	CI e CMA	1
16ª e 17ª	CAE e CRE	2
20ª	CDR e CRE	1
21ª	CE, CCT e CDR	1
TOTAL ACUMULADO DE REUNIÕES CONJUNTAS = 21		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Assuntos Econômicos – CAE	21
Comissão de Assuntos Sociais – CAS	19
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ	11
Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE	26
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle – CMA	11
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH	38
Comissão de Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE	15
Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI	31
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR	10
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	12
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	17
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC	11
Comissão Senado do Futuro	1
TOTAL ACUMULADO	223

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR SUBCOMISSÕES	
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)	2
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 - CMACOPOLIM (CMA)	1
Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça – CDHMOVJ (CDH)	2
Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher – CDHSPDM (CDH)	1
Subcomissão Permanente do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo – CDHTRAF (CDH)	1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)	1
Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil – CCTSTTR (CCT)	5
TOTAL ACUMULADO	13

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS EM REUNIÕES CONJUNTAS	
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CCJ, CAE e CDR	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Serviços de Infraestrutura – CAE e CI	5
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CMA e CRE	1
Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização 2013 – CAE, CMA e CMO – e 3 Comissões Permanentes da Comissão dos Deputados	2
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMMC e CMA	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CRE e CCJ	1
Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CAS e CE	1
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e Comissão de Assuntos Sociais – CDH e CAS	1
Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Econômicos – CAS, CCJ e CAE	1
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CRE e CCT	2
Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CI e CMA	1
Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CAE e CRE	2
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CDR e CRE	1
Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CE, CCT e CDR	1
TOTAL ACUMULADO	21

TOTAL GERAL ACUMULADO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES E SUBCOMISSÕES	257
---	------------

PARECERES PROFERIDOS PELAS COMISSÕES PERMANENTES

MATÉRIA	COMISSÕES PERMANENTES													
	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
PEC	-	-	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21
PLS	64	84	54	43	33	27	4	11	20	10	13	-	-	363
SCD	-	2	6	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	11
PLC	15	19	28	57	9	10	4	4	1	3	2	-	-	152
PDS	-	-	3	-	-	-	18	-	-	1	159	-	-	181
PRS	3	1	7	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-	15
RQS	-	-	1	1	-	-	26	-	-	-	-	-	-	28
IND	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
EMEN PLEN	1	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
MSF	27	4	6	1	2	-	37	3	-	-	-	-	-	80
OFS	-	1	26	2	6	-	-	-	-	-	1	-	-	36
AVS	1	-	-	-	7	-	-	-	-	5	-	-	-	13
AMA	-	-	-	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19
PET	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SUG	-	-	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	9
CON	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TOTAL ACUM.	112	111	165	108	76	46	93	18	21	19	175	-	-	944

PARECERES EM DECISÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PLS	168
PLC	81
PDS	159
OFS	1
TOTAL ACUMULADO	409

PARECERES EM DECISÃO NÃO TERMINATIVA

POR TIPO DE MATÉRIA	
PEC	21
PLS	195
SCD	11
PLC	71
PDS	22
PRS	15
RQS	28
IND	1
EMEN PLEN	13
MSF	80
OFS	35
AVS	13
AMA	19
PET	1
SUG	9
COM	1
TOTAL ACUMULADO	535

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES

REQUERIMENTOS APRECIADOS EM COMISSÕES PERMANENTES													
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CMMC	CSF	TOTAL
70	56	51	56	48	96	79	44	36	49	26	14	1	626
REQUERIMENTOS APRECIADOS EM SUBCOMISSÕES													
Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira - CAEECON (CAE)													1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 – CMACOPOLIM (CMA)													6
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte – CMABMONTE (CMA)													1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)													1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)													1
Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC (CI)													1
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE SUBCOMISSÕES													11
TOTAL ACUMULADO DE REQUERIMENTOS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES													637

REQUERIMENTOS EM COMISSÃO

Aprovados	611
Rejeitados	9
Retirado	1
Retirados pelo autor	2
Prejudicados	3
TOTAL ACUMULADO	626

REQUERIMENTOS EM SUBCOMISSÃO

Aprovados	11
TOTAL ACUMULADO	11

**MATÉRIAS ADOTADAS PELAS COMISSÕES
PARA APRESENTAÇÃO EM PLENÁRIO**

Requerimento de Urgência	63
Requerimento de Informações	14
Requerimento de Voto de Aplauso / Louvor	5
Requerimento de Voto de Apoio	4
Requerimento de Voto de Censura e Repúdio	5
Requerimento de Manifestação Contrária	1
Requerimento de Desempenho Missão Oficial / Representação	17
Requerimento de Tramitação Conjunta	1
Projeto de Decreto Legislativo	1
Projeto de Lei do Senado	5
Projeto de Resolução do Senado	2
TOTAL ACUMULADO	118

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA COMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

CI - Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil (CISTAC)	1
TOTAL ACUMULADO	1

**RELATÓRIO DE SUBCOMISSÃO APRECIADO PELA SUBCOMISSÃO
(Art. 73 § 2º do RISF)**

Subcomissão Temporária de Elaboração do Marco Regulatório da Mineração em Terras Raras no Brasil - CCTSTTR	1
TOTAL ACUMULADO	1

INSTALAÇÃO DE COLEGIADO E ELEIÇÃO

Subcomissão Permanente para tratar dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira – CAEECON (CAE)	1
Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais – CAEAM (CAE)	1
Subcomissão Temporária de Resíduos Sólidos – CMARS (CMA)	1
Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca – CIPOSECA (CI)	1
Comissão Senado do Futuro	1
TOTAL ACUMULADO	5

**EMENDAS APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

EMENDAS APROVADAS AO PL Nº 2/2013-CN (PLDO/2014)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS	5	5	5	5	4	5	5	5	5	5	5	54
TEXTO	22	12	16	6	10	40	13	5	9	3	3	139
TOTAL ACUMULADO	27	17	21	11	14	45	18	10	14	8	8	193

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DAS COMISSÕES
PERMANENTES
01 a 31/10/2013**

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- COMISSÕES PERMANENTES -

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (CAE)

• **Dia 08 de setembro**

Finalidade:

Debater a reforma do ICMS e a renegociação das dívidas estaduais.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQE 60/2013, Senador Lindbergh Farias

- RQE 61/2013, Senador Ricardo Ferraço

Participantes:

· Dyogo Henrique de Oliveira - Secretário-Executivo interino do Ministério da Fazenda - MF

· Mauricio Acioli Toledo - Secretário de Estado da Fazenda de Alagoas

(representante de: Cláudio José Trinchão Santos)

· Andrea Sandro Calabi - Secretário de Estado da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ-SP

· Hamilton Dias de Souza - Especialista em Direito Tributário

· Eduardo Cunha - Deputado Federal

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)

• **Dia 08 de setembro**

Finalidade:

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2011-Complementar, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao trabalhador na construção civil.

- RAS 19/2013, Senador Paulo Paim e outros

- PLS 228/2011, Senador Paulo Paim

Participantes:

· Luiz Carlos Botelho Ferreira

(representante de: Robson Braga de Andrade)

· Geraldo Ramthun - Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR

· Antonio de Sousa Ramalho - Presidente da Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo - SINTRACON - SP

· Francisco Chagas Costa - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário - Contricom

· Miraldo Vieira da Silva - Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e Mobiliário – Contricom

• **Dia 17 de setembro**

Finalidade:

Discutir "a situação dos portadores de Mieloma Múltiplo, bem como a incorporação de novos

medicamentos".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 27/2013, Senadora Ana Amélia
- RAS 58/2013, Senadora Ana Amélia

Participantes:

- Laura Gomes Castanheira - Gerente de Avaliação de Segurança e Eficácia da Gerência-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

(representante de: Dirceu Brás Aparecido Barbano)

- Claudia Cilento Dias - Diretora de Assuntos Regulatórios do Laboratório Zodiac Produtos Farmacêuticos

(representante de: Heloísa Simão)

- Christine Battistini - Presidente da International Myeloma Foundation Latin America

- Moacir Guimarães Morais Filho - Subprocurador-Geral da República do Ministério Público Federal - MPF

(representante de: Eitel Santiago de Brito Pereira)

- Angelo Maiolino - Médico Hematologista do Comitê Científico Médico da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia – Abrale

• Dia 22 de setembro

Finalidade:

Discutir o tema "Aposentadoria Especial".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RAS 34/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Roberto Wanderley Nogueira - Juiz Federal do Tribunal Regional Federal - TRF 5ª Região
- Antônio José Ferreira - Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

- Sérgio Ricardo Costa Caribe - Procurador do Tribunal de Contas da União

- Paulo Rogério Albuquerque de Oliveira - Coordenador Geral de Monitoramento dos Benefícios por Incapacidade

(representante de: Ministério da Previdência Social)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (CCJ)

• Dia 29 de outubro

Finalidade:

Instruir os Projetos de Lei do Senado nº 517, de 2011, que "institui e disciplina o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos", nº 405, de 2013, que "dispõe sobre a mediação extrajudicial" e o nº 406, de 2013, que "altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral, a sentença arbitral e o incentivo ao estudo do instituto da arbitragem.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 54/2013, Senador Vital do Rêgo

- RQJ 58/2013, Senador Vital do Rêgo

- RQJ 59/2013, Senador José Pimentel

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLS 517/2011, Senador Ricardo Ferraço

- PLS 405/2013, Senador Renan Calheiros

- PLS 406/2013, Senador Renan Calheiros

Participantes:

- Flávio Croce Caetano

(representante de: José Eduardo Cardozo)

- Luís Inácio Lucena Adams - Advogado-Geral da União

- Luiz Felipe Salomão - Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ

· Aldir Passarinho Júnior - Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ

• **Dia 31 de outubro**

Finalidade:

Instruir os Projetos de Lei do Senado nº 517, de 2011, que “institui e disciplina o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos”, nº 405, de 2013, que “dispõe sobre a mediação extrajudicial” e o nº 406, de 2013, que “altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral, a sentença arbitral e o incentivo ao estudo do instituto da arbitragem. árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral, a sentença arbitral e o incentivo ao estudo do instituto da arbitragem.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQJ 54/2013, Senador Vital do Rêgo
- RQJ 55/2013, Senador Vital do Rêgo
- RQJ 60/2013, Senador Ricardo Ferraço
- RQJ 65/2013, Senador Antonio Carlos Rodrigues

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLS 517/2011, Senador Ricardo Ferraço
- PLS 405/2013, Senador Renan Calheiros
- PLS 406/2013, Senador Renan Calheiros

Participantes:

- Humberto Dalla Bernardina de Pinho - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
- Trícia Navarro Xavier Cabral - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo
- Sérgio Campinho - Representante da Confederação Nacional da Indústria
- Gabriela Ourívio Assmar - Advogada
- Maristela Basso - Professora livre-docente da Universidade de São Paulo - USP

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (CE)

• **Dia 07 de outubro**

Finalidade:

“Fora da Escola Não Pode: o contexto da exclusão escolar no país e os impactos do trabalho infantil”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 59/2013-CE: Senador Cristovam Buarque.

Participantes:

- Tiago Manggini - Membro do Comitê do Distrito Federal da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Isa Maria de Oliveira - Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - FNPETI
- Kailash Satyarthi - Criador da Marcha Global Contra o Trabalho Infantil Indicado ao Nobel da Paz no ano de 2006

• **Dia 08 de outubro**

Finalidade:

1ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que “Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências”.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 56/2013-CE: Senador Alvaro Dias

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

PLC 103/2012, Presidente da República

Participantes:

- José Marcelino de Rezende Pinto - Presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação - FINEDUCA
- Daniel Cara - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação
- Sergei Suarez Dillon Soares - Chefe de Gabinete da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea
- Priscila Cruz - Diretora Executiva do Movimento Todos Pela Educação

• **Dia 09 de outubro**

Finalidade:

Os problemas enfrentados pela Universidade Gama Filho e pelo Centro Universitário da Cidade, mantidos pela empresa Galileo Educacional.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 54/2013-CE: Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Ana Amélia

Participantes:

- Marta Wendel Abramo - Diretora de Supervisão da Educação Superior da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação - SERES/MEC
- Letícia Portugal - Presidente do Diretório Central dos Estudantes do Centro Universitário da Cidade - UniverCidade
- Carlos Alberto Peregrino da Silva - Representante da Sociedade Universitária Gama Filho
- Julliene Salviano - Representante dos Estudantes da Universidade Gama Filho
- Alex Porto - Presidente do Grupo Galileo Educacional

• **Dia 15 de outubro**

Finalidade:

2ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências".

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 56/2013-CE: Senador Alvaro Dias

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

PLC 103/2012, Presidente da República

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

Participantes:

- Leuzinete Pereira da Silva - Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed
- José Henrique Paim Fernandes - Secretário Executivo do Ministério da Educação - MEC
- Luiz Dourado - Conselheiro do Conselho Nacional de Educação - CNE
- Cleuza Rodrigues Repulho - Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime

• **Dia 22 de outubro**

Finalidade:

3ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 56/2013, Senador Alvaro Dias

- PLC 103/2012, Presidente da República

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012

Participantes:

- Maria Alice Setubal - Presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – Cenpec; Presidente da Fundação Tide Setubal
 - Cristina Helena Almeida de Carvalho - Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - UnB
 - Claudio de Moura Castro - Especialista em Educação
-

• Dia 29 de outubro

Finalidade:

4ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 56/2013, Senador Alvaro Dias
- RCE 60/2013, Senadora Angela Portela
- RCE 61/2013, Senador Inácio Arruda

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLC 103/2012, Presidente da República

Participantes:

- Mauricio Fernandes Pereira - Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação
- FNCE
- Virgínia Barros - Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE
- Marta Vanelli - Secretária Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE
- Ricardo Holz - Presidente do Fórum das Entidades Estudantis do Brasil
- Rivanildo Cadete Fidelis - Presidente da Organização dos Professores Indígenas de Roraima – OPIR

• Dia 31 de outubro

Finalidade:

5ª Audiência Pública de Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2012, de autoria da Presidência da República, que "Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCE 56/2013, Senador Alvaro Dias
- RCE 61/2013, Senador Inácio Arruda

Reunião destinada a instruir a(s) seguinte(s) matéria(s):

- PLC 103/2012, Presidente da República

Participantes:

- Luciano Sathler Rosa Guimarães - Diretor da Associação Brasileira de Educação a Distância - ABED
- Edgar Flexa Ribeiro - Vice-Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares - FENEP
- Wilson de Matos Silva - Diretor da Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU
- Hélio Laranjeira - Presidente da Associação de Escolas Técnicas

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (CMA)**

• Dia 22 de outubro

Finalidade:

Debater "Meio Ambiente, Cidadania e a União das Nações da América do Sul"

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 25/2013, Senador Blairo Maggi

Participantes:

- Márcio Vidal - Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso
- Antônio Rulli Júnior - Presidente do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura
- Ramiro Anzit Guerrero - Professor da Universidade Jesuíta del Salvador (Argentina)
- Valério de Oliveira Mazzuoli - Professor da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
- Antonio Herman Benjamin - Ministro do Superior Tribunal de Justiça – STJ

• Dia 31 de outubro

Finalidade:

Discutir sobre o funcionamento da telefonia celular no país, notadamente nos estados da Região Norte.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RMA 37/2013, Senador Randolfe Rodrigues

Participantes:

- Marcos Augusto Mesquita Coelho - Diretor de Relações Institucionais da Oi S.A.
- Christian Wickert - Diretor de Assuntos Regulatórios da Claro S.A.
- André Gustavo Rosa - Executivo de Relações Institucionais da TIM Participações S.A.
- Enilson Flávio Camolesi - Diretor de Relações Institucionais da Telefônica Vivo

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA (CDH)

• Dia 01 de outubro

Finalidade:

Debater os 25 anos de promulgação da Constituição Cidadã: as conquistas para os povos indígenas e as tentativas de retrocesso.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 83/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Sônia Boni dos Santos - Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB
- Maria Augusta Boulitreau Assirati - Presidenta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI
- Representante do Ministro José Eduardo Cardozo – Ministério da Justiça
- Cleber Buzatto - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (representante de: Dom Leonardo Ulrich Steiner)
- Denildo Rodrigues - Representante da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – CONAQ

• Dia 07 de outubro

Finalidade:

Debater sobre o tema: "Sistema Degradante dos Passageiros e Tripulantes de Navios de Bandeira Nacional e Estrangeira".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 57/2013, Senador Paulo Paim

Participantes:

- Alexandre Ribeiro Frasson - Pai de Bruna Bayer Frasson - ex- tripulante do navio Costa Victoria da armadora italiana Costa Cruciere
- Rosângela Bandeira - Mãe de Vítima de Cruzeiro, Camilla Peixoto Bandeira, ex-tripulante da armadora MSC
- Ana Maria Pinto Canelas - Assessora da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins - FNTTAA
- Severino Almeida Filho - Presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante - SINDMAR
- Raul Capparelli Vital Brasil - Auditor Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Aloysio Gomide – Conselheiro; Chefe da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Jeferson Fernandes - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Renato Levanteze Sant'Ana - Assessor da Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores - MRE
- Arthur Fernando de Souza - Vítima de contrato enganoso em navio da Cia Star Cruises

• Dia 10 de outubro

Finalidade:

Debater o tema: "Extermínio de Jovens Negros no Brasil"

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 71/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Enderson Araujo de Jesus Santos - Diretor Executivo do Grupo Mídia Periférica
- Ângela Guimarães - Vice-Presidenta do Conselho Nacional da Juventude
- Julio Jacobo Waiselfisz - Coordenador da Área de Estudos da Violência da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, e Coordenador do Mapa da Violência
- Lula Rocha - Coordenador do Fórum Nacional de Juventude Negra - FONAJUNE
- Débora Maria da Silva - Coordenadora do Movimento Mães de Maio
- Ângela Maria de Lima Nascimento - Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR
- Fernanda Papa - Coordenadora-Geral de Relações Institucionais da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República
- GOG (Genival Oliveira Gonçalves) - Representante do Movimento Hip Hop
- Giovanni Kley - Membro do Conselho Nacional da Juventude

• Dia 17 de outubro**Finalidade:**

"Debater a Convenção 169 da OIT, que trata sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 58/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- Déborah Duprat - Subprocuradora-Geral da República do Ministério Público Federal
- Cleber Buzatto - Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário
- Renato Tupiniquim - Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB (representante de: Sônia Guajajara)
- Alexandre Conceição - Representante da Via Campesina
- Érika Yamada - Coordenadora-Geral de Promoção da Cidadania da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (representante de: Maria Augusta Boulitreau Assirati)
- Maurício Andrade - Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Representante do FE/ACT
- Arilson Ventura - Coordenador da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
- Lucimara Cavalcante - Assessora Técnica da Associação Internacional Maylê Sara Kalí - AMSK/Brasil
- Thiago Almeida Garcia - Assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria Geral da Presidência da República

• Dia 24 de outubro**Finalidade:**

Debater o Tema: Espionagem e Infiltração da empresa Vale S.A, ameaçando movimentos sociais, defensores de direitos humanos, jornalistas, sindicatos e ONGs.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 74/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

- André Almeida - Ex-funcionário da empresa Vale S.A
- Gabriel Strautman - Coordenador de Projetos da ONG - Justiça Global
- Nayana Fadul da Silva - Procuradora da República no Estado do Pará
- Dom Guilherme Werlang - Presidente da Comissão Pastoral para os Serviços de Caridade, Justiça e Paz da CNBB
- Irina Karla Bacci - Coordenadora Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- Patrick Mariano - Coordenador da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça
- Ricardo José Regis Ribeiro - Advogado do Sr. André Almeida
- Javier Mujica - Delegado da Federação Internacional dos Direitos Humanos

• Dia 31 de outubro**Finalidade:**

Debater as políticas públicas que visam a inclusão de pessoas com deficiência no sistema de ensino, bem como o combate ao preconceito de qualquer espécie no ambiente escolar.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RDH 88/2013, Senadora Ana Rita

Participantes:

· Martinha Clarete Dutra dos Santos - Diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC

(representante de: Macaé Maria Evaristo dos Santos)

· Erivaldo Fernandes Neto - Coordenador Institucional da Federação Nacional das APAES

(representante de: Aracy Maria da Silva Ledo)

· Claudia Grabois - Coordenadora do Fórum Nacional de Educação Inclusiva

· Carlos Edmar Pereira - Analista de Sistemas, criador do LIVOX, software de comunicação alternativa que facilita a inserção de pessoas com deficiência

COMISSÃO DE SERVIÇOS INFRAESTRUTURA (CI)

• Dia 02 de outubro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

5º Ciclo - Telecomunicações - Governança; Desafios Operacionais; Segurança e Visão de Futuro

Painel 1 - As Telecomunicações no Brasil

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participante:

· Paulo Bernardo Silva - Ministro de Estado do Ministério das Comunicações – MiniCom

• Dia 09 de outubro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

5º Ciclo - Telecomunicações - Governança; Desafios Operacionais; Segurança e Visão de Futuro

Painel 2 - Gerenciamento das Telecomunicações

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· João Batista de Rezende - Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

· Flávia Lefèvre Grimarães - Advogada da PROTESTE - Associação de Consumidores

· Igor Vilas Boas de Freitas - Consultor Legislativo do Senado Federal - CL/SF

• Dia 16 de outubro

Finalidade:

Audiência Pública em atendimento aos Requerimentos da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 36, 39 e 43, de 2013.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 36/2013, Senador Fernando Collor

- RQI 39/2013, Senador Vital do Rêgo

- RQI 43/2013, Senador Ricardo Ferraço

Participante:

· César Borges - Ministro de Estado do Ministério dos Transportes – MT

• Dia 23 de outubro

Finalidade:

Debater as questões referentes aos processos de contratação e concessão de obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 51/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· Gleisi Hoffmann - Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

· Luis Inácio Adams - Advogado-Geral da União

• Dia 30 de outubro

Finalidade:

Agenda CI 2013/2014 - Investimento e gestão: desatando o nó logístico do país

5º Ciclo - Telecomunicações

3º Painel - Visão de futuro

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RQI 1/2013, Senador Fernando Collor

Participantes:

· Antonio Carlos Valente da Silva - Presidente da Telefônica Vivo

· Jarbas Valente - Conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

· Wilson Cardoso - Diretor de Tecnologia para a América Latina da Nokia Solutions and Networks – NSN

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA (CRA)

• Dia 17 de outubro

Assunto / Finalidade:

Avalizar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, e a integração entre os órgãos executores, tais como Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e respectivos órgãos estaduais.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 25/2013, Senador Acir Gurgacz

Participante:

· Sérgio Roberto Lopes - Secretário Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia e Coordenador do Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

• Dia 18 de outubro

Finalidade:

Discutir a situação dos povos indígenas Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, e avaliar a implantação de projetos direcionados àquelas comunidades, especialmente os projetos destinados a proporcionar alternativas econômicas e sociais.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 41/2013, Senador Acir Gurgacz

- RRA 44/2013, Senador Acir Gurgacz

Participantes:

· Carolina Comandulli - Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

(representante de: Srª Maria Augusta Boulitreau Assirati)

· Gilberto Carvalho - Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República

· Reginaldo Pereira da Trindade - Procurador do Ministério Público Federal de Rondônia - MPF/RO

· Marcelo Cinta Larga - Representante dos Cinta Larga de Rondônia - CINTA LARGA

· Paulo Ribeiro de Santana - Ouvidor do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

(representante de: Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa)

· Paulo Roberto Cinta Larga Representante dos Cinta Larga de Mato Grosso

· Bruno de Lima e Silva Coordenador Regional Substituto da Fundação Nacional do Índio – FUNAI

• Dia 31 de outubro

Finalidade:

Requer, nos termos do art. 93, inciso I, combinado com art. 104-B, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater a demarcação de reservas indígenas no Brasil, bem como os possíveis impactos sobre a agricultura brasileira.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RRA 6/2013, Senador Benedito de Lira e outros

- RRA 40/2013, Senador Ruben Figueiró
- RRA 43/2013, Senador Benedito de Lira
- Participantes:
- Rodinei Escobar Xavier Candeia - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul - PG/RS
- Jonatan Pereira Barbosa - Diretor Vice-Presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul - ACRISUL
- (representante de: Francisco José de Albuquerque Maia Costa)
- Gustavo Passarelli - Advogado da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL
- (representante de: Eduardo Correa Riedel)
- Ricardo Bezerra Vítório - Assessor Jurídico do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas - FAEAL
- (representante de: Álvaro Arthur Lopes de Almeida)
- James Ribeiro - Prefeito do Município de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas - PMPI-AL
- José Maria Melo da Costa - Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Palmeira dos Índios no Estado de Alagoas - FAEAL

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT)

• Dia 08 de outubro

Finalidade:

Debater o tema "ATIVIDADES DE PESQUISA E INOVAÇÃO E OS INVESTIMENTOS NOS CENTROS DE TECNOLOGIA DAS FORÇAS ARMADAS".

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 31/2013, Senador Flexa Ribeiro

Participantes:

- Wagner Lopes de Moraes Zamith – Vice-Almirante; Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial do Ministério da Defesa - MD
- Sinclair James Mayer – General de Exército; Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro - EB
- Wilson Barbosa Guerra – Almirante-de-Esquadra; Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha do Brasil
- Wander Almodovar Golfetto – Brigadeiro-do-Ar; Chefe do Subdepartamento Técnico – SDT do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA da Força Aérea Brasileira – FAB

• Dia 15 de outubro

Finalidade:

Debater o Projeto de Lei do Senado n.º 68, de 2010, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que revoga o art. 5º da Lei nº 12.034 de 2009, relativo ao voto impresso conferido pelo eleitor a partir das eleições de 2014.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RCT 11/2013, Senador João Capiberibe e outros

Participantes:

- Amílcar Brunazo Filho - Moderador do Fórum do Voto Seguro na Internet
- Diego Aranha - Professor do Departamento de Ciências da Computação da Universidade de Brasília - UNB
- Pedro de Rezende - Professor do Departamento de Ciências da Computação da Universidade de Brasília - UNB

COMISSÃO SENADO DO FUTURO (CSF)**• Dia 16 de outubro**

Finalidade:

Debater qual o pacto federativo para aumentar a eficiência da economia e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RFF 1/2013, Senador Cristovam Buarque

Participantes:

· Fernando Antonio Rezende Silva - Professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas - FGV

· Túlio Tavares Santos - Secretário Adjunto da Secretaria de Planejamento do Estado de Santa Catarina

· João Paulo dos Reis Velloso - Superintendente Geral do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE

- SUBCOMISSÕES -**SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS
E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA - CAEECON****• Dia 07 de outubro**

Finalidade:

Analisar o tema "Investimento", buscando entender as causas da baixa taxa de investimento agregado no Brasil, como alterar o atual quadro e quais os impactos de longo prazo das políticas de investimento.

Participantes:

· Mansueto Almeida - Técnico de Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

· Roberto Ellery - Professor de Economia da Universidade de Brasília – UNB

- CONJUNTAS -**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CDR E CRE****• Dia 09 de outubro**

Finalidade:

Promover o debate sobre a segurança pública na fronteira, particularmente envolvendo o combate ao contrabando, ao descaminho e ao tráfico de drogas e armas na região fronteira do Brasil, especialmente com o Paraguai e a Bolívia.

Requerimento(s) de realização de audiência:

-
- RDR 35/2013, Senador Ruben Figueiró
 - RRE 104/2013, Senador Ricardo Ferraço
 - Participantes:
 - Ricardo Machado Vieira – Tenente Brigadeiro-do-Ar (representante de: Ministério da Defesa)
 - Peter Tofte - Coordenador de Fiscalização e Repressão Aduaneira da Receita Federal do Brasil - RFB
 - (representante de: Carlos Alberto Freitas Barreto)
 - Roberto Rubem Ribeiro - Chefe do Serviço de Gerenciamento de Projetos do Departamento de Polícia Federal
 - (representante de: Leandro Daiello Coimbra)
 - Moisés Dionísio da Silva - Chefe da Divisão de Combate ao Crime do Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça - PRF
 - (representante de: Maria Alice Nascimento Souza)
 - André Matsushita Gonçalves - Superintendente de Segurança Pública da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de MS
 - (representante de: Wantuir Francisco Brasil Jacini)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CE, CCT E CDR**

• **Dia 17 de outubro**

Finalidade:

A importância da realização da WorldSkills no Brasil e a contribuição do sistema "S" para a educação profissional.

Requerimento(s) de realização de audiência:

Requerimento nº 40/2013-CE: Senadores Cyro Miranda, Ana Amélia, Paulo Paim e Lídice da Mata

Requerimento nº 30/2013-CDR: Senador Antonio Carlos Valadares

Requerimento nº 33/2013-CCT: Senador Sérgio Petecão

Participantes:

· Robson Braga de Andrade - Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI

· Garabed Kenchian - Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC

· Rafael Lucchesi - Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria - CNI

· Aírton José Ruschel - Representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MATÉRIAS APRECIADAS

(***) NT = Matéria apreciada em decisão Não Terminativa
T = Matéria apreciada em decisão Terminativa

MATÉRIA	RESULTADO (***)	COMISSÃO	DIA
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO – PEC			
PEC 22A/2000 - Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 35-A e 35-B ao ADCT, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	09/10
		CCJ	30/10
PEC 24/2011 - Acrescenta inciso ao art. 23 da Constituição Federal para incluir a proteção aos pedestres e aos condutores de veículos não motorizados entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCJ	16/10
PEC 29/2012 - Altera a Constituição Federal para prever a possibilidade de os Deputados e Senadores requererem urgência para projetos em tramitação	Aprovado o Parecer favorável à Proposta. (NT)	CCJ	23/10
PEC 55/2012 - Altera o § 1º do art. 14 da Constituição Federal para estabelecer o voto facultativo.	Aprovado parecer contrário à Proposta. (NT)	CCJ	02/10
PEC 19/2013 - Altera o art. 42 da Constituição Federal para dispor sobre a criação de brigadas de incêndio pelos Municípios que não têm contingente do Corpo de Bombeiros Militar.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	23/10
PEC 43/2013 – Acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 47 e dá nova redação aos incisos III, IV e XI do art. 52, ao § 2º do art. 55 e ao § 4º do art. 66 da Constituição Federal, abolindo a votação secreta no âmbito do Poder Legislativo.	Aprovado parecer pela admissibilidade das PEC's nºs 43, 20 e 28, de 2013, e das Emendas nºs 2 e 3 – PLEN, apresentadas à	CCJ	23/10
Tramita em conjunto com			
PEC 20/2013 – Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.	PEC nº 43, de 2013, e pela inadmissibilidade das Emendas nº 1 – PLEN, apresentada à PEC nº 43, de 2013, e nº 1 – PLEN, apresentada à PEC nº 20, de 2013; e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 43, de 2013, e pela rejeição das PEC's		
Tramita em conjunto com			
PEC 28/2013 - Altera os artigos 47 e 52 da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nas deliberação de cada casa e do Congresso Nacional.			

nºs 20 e 28, de 2013, e das Emendas nº 2 e 3 - PLEN, apresentadas à PEC nº 43, de 2013. (NT)			
PROJETO DE LEI DO SENADO – PLS			
PLS 205/2004 - Regulamenta o § 13 do art. 195 da Constituição Federal, e dá outras providências.(Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Social CNPS).	Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. (NT)	CAE	01/10
PLS 224/2004 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para acrescentar dispositivos ao art. 39 e dá nova redação ao caput do art. 40, que tratam da gratuidade no transporte coletivo.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	01/10
PLS 250/2005 - Estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos portadores de deficiência.	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	23/10
PLS 131/2007 – Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.	Aprovado parecer pela prejudicialidade das matérias. (NT)	CDR	02/10
Tramita em conjunto com			
PLS 142/2007 – Acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas.			
Tramita em conjunto com			
PLS 304/2007 – Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal.			
Tramita em conjunto com			
PLS 34/2008 – Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.			
Tramita em conjunto com			
PLS 64/2008 – Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal pela manutenção de áreas cobertas por florestas.			
Tramita em conjunto com			
PLS 65/2008 – Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento			

do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.

Tramita em conjunto com

PLS 78/2008 – Dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal, e dá outras providências.

Tramita em conjunto com

PLS 483/2009 - Dá nova redação ao caput e ao § 2º do art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza para permitir que a compensação ambiental por ela instituída possa ser destinada a pagamento por serviços ambientais prestados por propriedades rurais.

PLS 241/2008 - Altera a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, para incluir os jovens de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, em situação de morador de rua, entre os beneficiários do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo	Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CDH. (T)	CDH	23/10
PLS 305/2008 - Dispõe sobre a instalação de carteiras escolares para alunos canhotos.	Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH), oferecido ao PLS nº 305, de 2008. Fica prejudicado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLS 352/2008 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.	Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS-CDH). (T)	CDH	23/10
PLS 412/2008 - Altera a redação dos arts. 54 e 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CDH. (T)	CDH	23/10
PLS 439/2008 - Acrescenta dispositivos à Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, para incluir as definições de deficiência e estabelecer que a síndrome do escrivão constitui modalidade de deficiência física.	Rejeitado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLS 494/2008 - Disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e transferência de dados informáticos mantidos por fornecedores de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável ao Projeto e às Emendas nº 1-CCT/CCJ, 2-CCT/CCJ, 3-CCT/CCJ e 4-CCJ. (NT)	CCJ	16/10
PLS 358/2009 - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (Lei das Concessões e Permissões de Serviços Públicos), para vedar a participação dos ocupantes do mandato eletivo e respectivos parentes, até terceiro grau,	Aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS nº 358, de	CCJ	30/10

na gestão de empresas concessionárias de serviços públicos.	2009. (T)		
PLS 560/2009 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para garantir aos profissionais da educação das redes públicas de ensino, período reservado a estudos, planejamento, avaliação e participação na comunidade, nunca inferior a um terço de sua jornada de trabalho remunerado.	Aprovado o parecer, com as emendas nº 1-CE e nº 2-CE. (NT)	CE	16/10
PLS 258/2010 - Institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR) e dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR).	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ-CMA-CAE e com a Emenda nº 3-CMA-CAE. (NT)	CAE	15/10
PLS 110/2011 - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, para ampliar as atribuições do Conselho Tutelar.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLS 148/2011 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para disciplinar o descarte de medicamentos de uso humano ou de uso veterinário.	Aprovado parecer favorável, com as Emendas 1 e 2-CRA. (NT)	CRA	24/10
PLS 244/2011 - Acrescenta os arts. 15-A, 15-B e 15-C à Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais), possibilitando a execução fiscal.	Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. (T)	CCJ	16/10
PLS 298/2011 – Complementar - Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte	Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	16/10
PLS 369/2011 – Altera o caput do art. 136 da CLT, para determinar que a concessão de férias do trabalhador seja precedida de consulta pelo empregador sobre a data de seu gozo. Tramita em conjunto com PLS 552/2011 - "Altera o art. 136 da 'Consolidação das Leis do Trabalho', aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, e a ele acresce um § 3º, para dispor sobre a concessão de férias dos empregados membros de uma mesma família."	Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAE-CAS (Substitutivo) ao PLS nº 369, de 2011. Fica prejudicado o PLS nº 552, de 2011, que tramita em conjunto. (T)	CAS	02/10
	Aprovado, em Turno Suplementar, o Substitutivo ao PLS nº 369, de 2011, com a Emenda Nº 1-CAS. (T)	CAS	16/10
PLS 417/2011 - Altera o art. 19 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio, para estabelecer que a demarcação de terras indígenas somente será realizada após a realização de trabalhos técnicos que atestem o efetivo caráter indígena da	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	09/10

comunidade interessada.			
PLS 649/2011 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as entidades privadas sem fins lucrativos para a consecução de finalidades de interesse público.	Aprovado parecer favorável, nos termos da emenda nº 2-CMA (Substitutivo). (NT)	CMA	08/10
	Aprovado parecer favorável, nos termos da Emenda nº 02-CMA-CAE (Substitutivo). (NT)	CAE	15/10
PLS 680/2011 - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para incluir grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre os critérios de prioridade de compra de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e estabelecer que pelo menos 50% da venda da família sejam comercializados no nome da mulher.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLS 28/2012 – Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviços públicos oferecerem ao usuário a opção de receber o documento de cobrança de seus débitos por meio eletrônico.	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCT	01/10
PLS 62/2012 – Complementar - Altera o § 1º do art. 19 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para acrescentar novas hipóteses em que não serão computadas as despesas na verificação do atendimento dos limites definidos naquele artigo.	Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. (NT)	CAE	22/10
PLS 96/2012 - Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aperfeiçoar a disciplina da empresa individual de responsabilidade limitada e para permitir a constituição de sociedade limitada unipessoal.	Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ. (T)	CCJ	16/10
PLS 165/2012 - Modifica o caput do art. 9º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências; e altera a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, que dispõe sobre as contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, e dá outras providências, para fixar a contribuição do PIS/PASEP para as pessoas físicas, urbanas e rurais, na condição de empregadoras e para estender aos seus empregados o pagamento do abono salarial anual.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRA	03/10
	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	16/10
PLS 168/2012 - Institui o exercício social da profissão para garantir emprego e exigir prestação de serviço dos graduados em medicina que obtiveram seus diplomas em cursos custeados com recursos públicos, em instituições públicas ou privadas.	Aprovado parecer favorável, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE e nº 3-CE. (NT)	CE	01/10

PLS 215/2012 - Inclui os servidores ocupantes dos cargos efetivos de Administrador e Contador na Estrutura Remuneratória Especial instituída pela Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010.	Rejeitado o Projeto. (T)	CCJ	30/10
PLS 255/2012 - Dispõe sobre vigência e forma de financiamento de subsídios, descontos, isenções e encargos setoriais incidentes sobre o preço da energia elétrica, objetivando reduzir o custo da energia elétrica e ampliar a competitividade do produto nacional.	Aprovado o parecer pela rejeição. (NT)	CI	30/10
PLS 263/2012 – Altera a Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para permitir, nos processos licitatórios destinados a propaganda e publicidade, a participação de licitantes por meio de consórcios. Tramita em conjunto com PLS 295/2012 - Revoga o art. 18 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010, para retirar a vedação do ressarcimento ao contratante das bonificações e incentivos recebidos pelas agências de publicidade contratadas pela Administração Pública em razão da execução do respectivo contrato	Aprovado parecer favorável ao PLS nº 263/2012, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), e pela rejeição ao PLS nº 295/2012. (NT)	CAE	22/10
PLS 288/2012 - Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para tornar obrigatória a disponibilização de contratação nas modalidades individual ou familiar e coletiva.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CAE	22/10
PLS 289/2012 - Altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de Relatório de Sustentabilidade para as companhias ou sociedades anônimas	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CAE	22/10
PLS 297/2012 - Revoga os incisos IV, V e VII do art. 3º a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, a fim de estender a impenhorabilidade do bem de família aos casos que especifica.	Aprovado parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 297, de 2012, e apresentação de novo Projeto de Lei. (NT)	CDH	23/10
PLS 321/2012 - Dispõe sobre o Sistema de Tratamento Especial a Novas Empresas de Tecnologia - SisTENET, seu regime tributário diferenciado e dá outras providências.	Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 a 3-CCT-CAE e a Emenda nº 4-CCT, na forma da Subemenda-CAE. (T)	CAE	01/10
PLS 336/2012 - Altera o art. 19 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para tornar obrigatória a menção nos rótulos dos alimentos enriquecidos, irradiados, dietéticos, light, zero, ou qualquer outra denominação, deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente.	Aprovado parecer pela rejeição do projeto. (NT)	CMA	15/10
PLS 385/2012 - Dá nova redação ao art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, e ao art. 28 da Lei nº	Aprovado parecer favorável, nos termos	CMA	15/10

10.865, de 30 de abril de 2004, para conferir crédito presumido de IPI nas operações com produtos que utilizem materiais plásticos reciclados e reduzir a zero as alíquotas do PIS/COFINS sobre a receita de venda desses materiais.	da emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (NT)		
PLS 400/2012 - Altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos.	Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. (NT)	CAE	15/10
PLS 418/2012 - Altera a Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, para inserir capítulo sobre o direito à propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.	Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. (NT)	CDH	23/10
PLS 428/2012 - Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para dar maior transparência à cláusula indenizatória desportiva do contrato especial de trabalho desportivo, assim como exigir que percentual desta seja utilizado para a quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	16/10
PLS 429/2012 - Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para sujeitar ex dirigentes de entidades desportivas profissionais às responsabilidades e sanções civis, especificadas na Lei.	Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ. (T)	CCJ	16/10
PLS 444/2012 - Altera a Lei nº 10.703, de 18 de julho de 2003, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de serviços de telecomunicações na modalidade pré-paga e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01-CCT, 02-CCT e 03-CCT. (NT)	CCT	01/10
PLS 49/2013 - Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para ampliar o prazo de concessão dos benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) relativamente a empreendimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CDR. (NT)	CDR	02/10
PLS 62/2013 - Altera a redação do art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, com o objetivo de instituir a suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa.	Aprovada, em Turno Único, a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo) ao Projeto. (T).	CAS	30/10
PLS 99/2013 - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Aprovado parecer pela apresentação de requerimento de sobrestamento da matéria até conclusão dos trabalhos da	CMA	01/10

	Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos. (NT)		
PLS 133/2013 - Altera a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, para simplificar o acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético.	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCT	01/10
PLS 150/2013 – Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores. Tramita em conjunto com PLS 152/2013 - Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário ambiental durante o período de defeso.	Aprovado parecer favorável ao PLS nº 150, de 2013, nos termos da emenda nº 1-CMA (substitutivo) e pela rejeição do PLS nº 152, de 2013. (NT)	CMA	15/10
PLS 209/2013 - Altera a Lei nº. 7.802, de 11 de junho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências para fixar prazo para o processo de registro de agrotóxicos, seus componentes e afins pelo órgão federal.	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CCJ. (NT)	CCJ	30/10
PLS 242/2013 - Altera o parágrafo único do art. 4º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, a fim de desonerar o trabalhador de qualquer participação no custo do Vale-Transporte.	Aprovado o Projeto. (T)	CAS	16/10
PLS 249/2013 - Altera o art. 19 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para incluir o princípio da não concentração regional para a aprovação dos projetos apreciados pelo Ministério da Cultura.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CDR	02/10
PLS 252/2013 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, para determinar que os padrões de qualidade ambiental sejam estabelecidos em conformidade com a avaliação do ciclo de vida do produto; e as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para	Aprovado parecer favorável ao projeto com a emenda nº 1-CMA (Substitutivo). (NT)	CMA	01/10

licitações e contratos da Administração Pública, e nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, para incluir normas de avaliação do ciclo de vida do produto nas obras públicas.			
PLS 280/2013 - Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde da totalidade dos recursos oriundos do pagamento referente aos bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção de blocos exploratórios de petróleo e gás natural na área do pré-sal.	Aprovado parecer favorável com emenda. (NT)	CI	30/10
PLS 288/2013 - Institui a Lei de Migração e regula entrada e estada de estrangeiros no Brasil.	Aprovado parecer favorável ao PLS nº 288, de 2013, com as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS, 3-CAS e 4-CAS. (NT)	CAS	09/10
PLS 303/2013 - Dispõe sobre a destinação dos recursos recuperados por meio de ações judiciais para o Fundo Nacional de Saúde e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.	Aprovado parecer favorável, com as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (NT)	CAS	02/10
PLS 307/2013 – Complementar - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que "Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências."	Aprovado parecer pela rejeição da matéria. (NT)	CAS	23/10
PLS 356/2013 - Altera a Lei nº 8.195, de 26 de junho de 1991, dispondo sobre as eleições e a composição dos Conselhos Federal e Regionais de Engenharia e Agraduação, e dá outras providências.	Aprovados o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2013 e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS, 3-CAS e 4 – CAS. (T)	CAS	30/10
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS – SCD			
SCD 188/2007 - Dispõe sobre o benefício do pagamento da meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes, em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.	Aprovado parecer favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 188, de 2007. (NT)	CCJ	23/10
SCD 303/2009 - Altera o § 4º do art. 107 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 – Código Brasileiro de Aeronáutica.	Aprovado o Parecer contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 303, de 2009. (NT)	CCJ	16/10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA – PLC			
PLC 89/2007 – Complementar - Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal e dá outras	Aprovado parecer favorável ao PLC nº	CAS	09/10

providências, (aplicação de recursos para o financiamento das ações e serviços de saúde).	89, de 2007, na forma da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), e pela rejeição dos demais projetos, que tramitam em conjunto. (NT)		
Tramita em conjunto com			
PLS 156/2007 – Complementar - Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata de recursos mínimos a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde.			
Tramita em conjunto com			
PLS 11/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados, anualmente, pela União em ações e serviços públicos de saúde.			
Tramita em conjunto com			
PLS 162/2012 – Complementar - Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para determinar o percentual mínimo da receita corrente líquida que a União deverá aplicar anualmente em ações e serviços públicos de saúde.			
PLC 305/2009 - Dá nova redação ao inciso V do art. 53 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1-CE-CDH e nº 2-CDH. (T)	CDH	23/10
PLC 323/2009 - Cria os Conselhos Federal e Regionais de Zootecnia e dá outras providências.	Aprovado parecer pela retificação do texto da Emenda nº 1 apresentada ao art. 1º do PLC nº 323, de 2009, nos termos do art. 325 do RISF, a fim de se manter seus parágrafos 1º e 2º, remetendo-se novos autógrafos à Câmara dos Deputados. (NT)	CCJ	16/10
PLC 17/2010 - Proíbe a fabricação, a comercialização, a distribuição e a propaganda de produtos nacionais e importados, de qualquer natureza, bem como embalagens, destinados ao público infantojuvenil, reproduzindo a forma de cigarros e similares.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLC 31/2010 - Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Aprovado o parecer, com as emendas nº 1-CE, nº 2-CE, nº 3-CE e 4-CE. (NT)	CE	16/10
PLC 48/2011 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cardápio em Método Braille nos restaurantes, bares e lanchonetes.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLC 51/2011 - Altera a redação do caput e do § 1º do art. 588 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT,	Rejeitado o Projeto.	CAS	02/10

aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.	(T)		
PLC 64/2011 - Autoriza a entrada de pessoas ostomizadas pela porta dianteira dos veículos de transporte público coletivo e dá outras providências.	Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CDH), oferecido ao PLC nº 64, de 2011. Ficam prejudicados o Projeto e as Emendas nºs. 1, 2 e 3-CAS a ele oferecidas. (T)	CDH	23/10
PLC 126/2011 - Acrescenta o § 7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, dispondo sobre nulidade de cláusula contratual relativa a material escolar de uso coletivo	Aprovado o Projeto com a emenda nº 1-CMA. (T)	CMA	15/10
PLC 21/2012 - Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, obrigando os hospitais de todo o País a manter, em local visível de suas dependências, aviso informando sobre o direito da parturiente a acompanhante.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLC 45/2012 - Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLC 84/2012 - Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo.	Aprovado o Projeto. (T)	CDH	23/10
PLC 1/2013 - Dispõe sobre a definição, qualificação, prerrogativas e finalidades das Instituições Comunitárias de Educação Superior - ICES, disciplina o Termo de Parceria e dá outras providências	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	09/10
PLC 16/2013 - Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho.	Aprovado o Projeto. (T)	CCJ	16/10
PLC 34/2013 - Torna obrigatória a prestação de assistência odontológica a pacientes em regime de internação hospitalar, aos portadores de doenças crônicas e, ainda, aos atendidos em regime domiciliar na modalidade home care.	Aprovados o Projeto e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS. (T)	CAS	02/10
PLC 50/2013 - Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.	Aprovado parecer favorável ao Projeto. (NT)	CCJ	16/10
PLC 53/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de	Aprovado o Parecer	CCJ	09/10

membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.	favorável ao Projeto. (NT)		
PLC 54/2013 - Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Superior do Trabalho.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCJ	16/10
PLC 63/2013 - Dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1-CAS. (NT)	CAS	16/10
PLC 81/2013 - Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável ao Projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1. (NT)	CRA	29/10
PLC 82/2013 - Dispõe sobre a criação de Funções Comissionadas do DNIT - FCDNIT, no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, e dá outras providências.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CCJ	30/10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDS			
PDS 787/2009 - Obriga as concessionárias de energia elétrica a instalarem, sem ônus adicional, relógios de dupla tarifação para produtores rurais.	Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). (NT)	CCJ	30/10
REQUERIMENTO – RQS			
RQS 962/2013 - Requer, com fundamento no art. 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para representar a Casa, em missão no exterior, no 5º Fórum de Parlamentares e na 5ª Conferência dos Estados Participantes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção, da Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção - GOPAC, que serão realizados no período de 25 a 29 de novembro de 2013, em Panamá City, Panamá, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 24 a 30 de novembro de 2013.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	03/10
RQS 1134/2013 - Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, de 16 a 18 de outubro de 2013, para participar em reuniões do Parlatino, no Panamá. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	03/10
RQS 1218/2013 - Requer, com base nos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, entre os dias 28 de outubro e 1º de	Aprovado parecer favorável. (NT)	CRE	17/10

novembro de 2013, para a realização de visita às empresas vinculadas ao programa PROSUB, na França, a convite do Ministério da Defesa daquele país, e comunica, nos termos do artigo 39 do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 28 de outubro de 2013 a 1º de novembro de 2013.

EMENDAS DE PLENÁRIO – EMEN PLEN

EMEN PLEN 1 A 10 À PECC 22ª, DE 2000 - Altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal e acrescenta os arts. 35-A e 35-B ao ADCT, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica..	Aprovado parecer favorável à Emenda nº 2-PLEN, nos termos da Subemenda nº 1-CCJ, e à Emenda nº 9-PLEN, ambas apresentadas ao Substitutivo da CCJ à PEC nº 22-A, de 2000, com a rejeição das demais. (NT)	CCJ	30/10
---	--	------------	--------------

MENSAGEM “SF” – MSF

MSF 55/2013 - Encaminha a Programação Monetária para o terceiro trimestre e para o ano de 2013.	Aprovado parecer favorável, nos termos do PDS apresentado. (NT)	CAE	15/10
MSF 62/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LUIZ GILBERTO SEIXAS DE ANDRADE, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Barbados.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	03/10
MSF 64/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor SÉRGIO LUIZ CANAES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Sérvia e, cumulativamente, junto a Montenegro.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	31/10
MSF 65/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor APPIO CLAUDIO MUNIZ ACQUARONE FILHO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de	Sabatina realizada. (NT)	CRE	31/10

Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.			
MSF 68/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor RUY CARLOS PEREIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Bolivariana da Venezuela.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	17/10
MSF 76/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO PEDRO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuaite e cumulativamente, junto ao Reino do Bareine.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	31/10
MSF 79/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor FLAVIO MAREGA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto à República do Iêmen.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	10/10
MSF 80/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Romênia.	Sabatina realizada. (NT)	CRE	03/10
MSF 89/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com a Cláusula Décima Segunda do Protocolo de Intenções, anexo à Lei nº 12.396, de 21 de março de 2011, o nome do Senhor FERNANDO AZEVEDO E SILVA, para exercer o cargo de Presidente da Autoridade Pública Olímpica - APO.	Sabatina realizada com indicação aprovada. (NT)	CAE	15/10
MSF 90/2013 - Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o nome do Senhor JOSÉ JURHOSA JUNIOR para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.	Sabatina realizada com indicação aprovada. (NT)	CI	16/10

OFÍCIO “S” – OFS			
OFS 7/2011 - Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Jornal Cidade de Rio Claro Ltda.	Aprovado parecer pelo conhecimento da declaração indicada em voto e encaminhamento da matéria à Câmara dos Deputados. (NT)	CCT	01/10
OFS 26/2013 - Encaminha Relatório de Atividades desenvolvidas pela Autoridade Pública Olímpica - APO no segundo semestre de 2012.	Aprovado parecer, pelo conhecimento da matéria, pela remessa de cópia do parecer ao TCU e à Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e posterior arquivamento. (NT)	CMA	08/10
OFS 33/2013 - Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 41, inciso IV, da Lei nº 12.527, de 2011, o Relatório Anual com informações atinentes à implementação da mencionada Lei no âmbito do Poder Executivo Federal.	Aprovado parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CMA	01/10
OFS 41/2013 - Encaminha o nome do membro do Ministério Público da União, Doutora LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN, Procuradora Regional da República, integrante do Ministério Público Federal, para a composição do Conselho Nacional de Justiça.	Aprovado parecer favorável à indicação. (NT)	CCJ	16/10
AVISO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – AMA			
AMA 28/2012 - Encaminha cópia do Acórdão nº 3249/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao conhecimento do rol de renúncias de receitas tributárias e creditícias concedidas pelo Governo Federal para viabilizar o evento Copa do Mundo de 2014 (TC 034.303/2011-1).	Aprovado parecer, pelo arquivamento da matéria. (NT)	CMA	08/10
AMA 1/2013 - Encaminha cópia do Acórdão nº 100/2013 - TCU - Plenário proferido nos autos do processo nº TC 012.643/2005-4, acompanhado do Relatório e do Voto que fundamentam, referente a Tomada de Contas Especial decorrente da conversão do Relatório de Auditoria desenvolvido ao final dos trabalhos realizados em Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de subsidiar os trabalhos das Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito denominadas "CPMI dos Correios" e "CPMI do Mensalão", bem como da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal denominada	Aprovado parecer, pelo conhecimento e arquivamento da matéria. (NT)	CMA	08/10

"CPI dos Bingos".

<p>AMA 17/2013 - Encaminha cópia do Acórdão nº 935/2013 - TCU - Plenário, proferido nos autos do processo nº TC 024.747/2012-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao acompanhamento da operação de crédito relativa às obras de reforma e ampliação do Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, formalizada entre o BNDES, a SPE Holding Beira Rio S/A, o Banco do Brasil e o Banco do Rio Grande do Sul - Banrisul.</p>	<p>Aprovado parecer, pelo arquivamento da matéria. (NT)</p>	<p>CMA</p>	<p>15/10</p>
--	---	-------------------	---------------------

SUGESTÃO – SUG

<p>SUG 7/2013 - Dispõe sobre autoprograma de saúde, ou cartão saúde e dá outras providências.</p>	<p>Aprovado parecer favorável, nos termos do Projeto de Lei do Senado. (NT)</p>	<p>CDH</p>	<p>23/10</p>
--	---	-------------------	---------------------

Instalação de Colegiado e Eleição

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE RESÍDUOS SÓLIDOS – CMARS (CMA)

- **Dia 1º de outubro**

Instalação dos trabalhos da Subcomissão. Eleitos o Senador Cícero Lucena, como Presidente; o Senador Eduardo Amorim, como Vice-Presidente; e o Senador Rodrigo Rollemberg, como Relator.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA – CIPOSECA (CI)

- **Dia 02 de outubro**

Instalação dos trabalhos da Subcomissão. Eleitos o Senador José Pimentel, como Presidente, e o Senador Eduardo Amorim, como Vice-Presidente.

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD - Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD - Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação
CON - Consulta

**C.2 - Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias
e Parlamentares de Inquérito
Relatório da COCETI – 02/02 a 31/10/2013**

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO PENAL PLS 236/2012	2012	5	9	4							
	2013	9	14	19							
	Total	14	23	23							
MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR PLS 281, 282 e 283/2012	2012	4	9	9							
	2013	5	3	3							
	Total	9	12	12							
TRANSPosição DO SÃO FRANCISCO RQS 514/11	2012	5	4	4							
	2013	2	2	2							
	Total	7	6	6							
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE RQS 145/12	2013	9	0	0							
COMBATE A INCÊNDIOS RQS 18/13	2013	6	4	4							Relatório Final aprovado em 23.05.2013
FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL RQS 930/12	2013	3	3	3							Prazo encerrado em 16.07.13
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATS 19/13	2013	6	5	5							
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ATS 36/13	2013	3	0	0							
SEGURANÇA PÚBLICA ATS 37/13	2013	5	13	13							

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
REFORMA DO REGIMENTO COMUM ATN 01/13	2013	4	0	0						
CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 02/13	2013	12	0	0					4	
DEFENSORIA PÚBLICA DO DF PEC 07/08	2013	0	0	0						Aguardando Instalação

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - CPI											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE RQS 105/13	2013	0	0	0							Aguardando Instalação
ESPIONAGEM RQS 811/2013	2013	10	70	70	12						

COMISSÕES PARLAMENTARES MISTAS DE INQUÉRITO - CPMI										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs.
VIOÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL RQN 4/2011	2012	35	744	742	344			0	0	Relatório Final aprovado em 04.07.13
	2013	2	0	0	30			1	13	
	Total	37	744	742	374			1	13	

COMISSÕES DE JURISTAS						
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojeto
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	2010	5				
	2011					
	2012					
	2013					
LEI DE EXECUÇÃO PENAL RQS 848/12	2013	8	0	0		
LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO RQS 702/12	2013	13	0	0		Relatório final aprovado em 27.09.13, concluindo pela apresentação de 2 (dois) Anteprojeto.
CÓDIGO COMERCIAL ATS 13/13	2013	8	0	0		

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CT - Código de Defesa do Consumidor (CTRCDC)	4
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR)	1
CT - Reforma do Código Penal (CTRCP)	6
Comissão Mista Especial - Reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional (CMRRC)	2
CT - Levantamento da Legislação Pertinente à Prevenção e Combate de Incêndios no Brasil (CTLEGINC)	4
CT – Financiamento do Sistema de Saúde (CTS)	5
Comissão Externa – Federação Paraense de Futebol (CTEFPF)	1
Comissão Externa – Lei de Licitações e Contratos (CTS)	5
Comissão de Juristas – Lei de Arbitragem e Mediação	5
Comissão de Juristas – Código Comercial	1
CPI – Espionagem	6
CT - Financiamento da educação no Brasil - CTEDUC	1
CT - Financiamento da Segurança Pública no Brasil - CTSEGPUBL	2
TOTAL	43

COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR OS PROJETOS DE LEI DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CTRCDC)**• Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre Prevenção do Superendividamento

Participantes:

- **Cláudia Lima Marques** - Membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- **Clarissa Costa de Lima** - Juíza de Direito do Estado do Rio Grande do Sul e Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor – BRASILCON;
- **Alessandra Bentes** - Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- **Silvânio Covas** - Diretor Jurídico da Serasa-Experian;
- **Juan Ferres** - Economista Consultor da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;
- **José Virgílio Vita Neto** - Representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 12 de março

Finalidade:

Exposições sobre Ações Coletivas

Participantes:

- **Ada Pellegrini Grinover** - membro da Comissão de Juristas para Atualização do Código de Defesa do Consumidor;
- **Paulo Roberto Binicheski** - Promotor de Justiça do MPDFT;
- **Murilo de Moraes e Miranda** - Promotor de Justiça do Estado do Goiás e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor – MPCON;
- **Horácio Xavier Franco** - Defensor Público do Estado de São Paulo e Coordenador da Comissão Nacional de Defensores Públicos de Defesa do Consumidor – CNDPCON;
- **Gregório Assagra** - assessor de projetos e articulação interinstitucional da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça), Dirigente do Centro de Aperfeiçoamento Funcional do MP-MG;
- **Valquíria Oliveira Quixadá Nunes** - Procuradora Regional da República da 1ª Região;
- **Rosana Grinberg** - Presidente do Fórum Nacional das Entidades Cíveis de Defesa do Consumidor – FNECDC;
- **José Virgílio Vita Neto** - representante da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN.

Dia 08 de abril

Finalidade:

Exposições com o tema: "Atuação e fortalecimento dos Procons no âmbito do direito consumerista".

Participantes:

- **José Guilherme Vasi Werner** – Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;;
- **Juliana Pereira da Silva** – Secretária Nacional do Consumidor – SENACON, do Ministério da Justiça;
- **Gisela Simona Viana de Souza** – Superintendente do Procon-MT e Presidente da Associação Brasileira de Procons;
- **Odon Bezerra Cavalcanti Sobrinho** – Presidente da Seccional da OAB/Paraíba e Presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB;
- **Antônio Carlos de Toledo Negrão** – Diretor Jurídico da FEBRABAN.

Dia 29 de abril

Finalidade:

Exposições com o tema: “Publicidade Infantil e consumo sustentável”.

Participantes:

- **Alexandre Kruel Jobim** - Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais da Rede Brasil Sul – RBS;
- **Edney Narchi** - Vice-Presidente Executivo do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR;
- **Maria Edna de Melo** - Diretora da Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica – ABESO;
- **Marcelo Gomes Sodré** - Procurador do Estado de São Paulo;
- **Isabella Henriques** - Diretora do Instituto ALANA;
- **Aurélio Veiga Rios** - Subprocurador-Geral da República;
- **Edgard Rebouças** – Professor da Universidade Federal do Espírito Santo.

**COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E
REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)**

• **Dia 19 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Adriano Fernandez** - Representante da Carioca Engenharia;
- **Willian Tannus** - Representante do Grupo SERVENG;
- **Cassio Vitorri** - Representante da S/A Paulista Construções e Comércio;
- **Elmar Varjão** - Representante da Construtora OAS, Coesa e Barbosa Mello.

**COMISSÃO ESPECIAL COM A FINALIDADE DE EXAMINAR PROJETO DE LEI DE REFORMA CÓDIGO
PENAL (CTRCP)**

• **Dia 28 de fevereiro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Luiz Carlos Gonçalves;**
- **Miguel Reale Júnior.**

• **Dia 14 de março**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Juarez Cirino dos Santos;**
- **Rogério Sanchez Cunha.**

• **Dia 16 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre os temas: Crimes Contra o Patrimônio, Crimes Contra a Propriedade Imaterial e Crimes Cibernéticos

Participantes:

- **Carlos Miguel Sobral** – Delegado da Polícia Federal;
- **Melissa Blagitz de Abreu e Silva** – Procuradora do Ministério Público Federal;
- **Pedro Markun** – Membro da Transparência Hacker;
- **Tulio Vianna** – Professor da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

- **Dia 21 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Crimes Contra a Pessoa

Participantes:

- **Cláudio Lemos Fonteles** – Coordenador da Comissão Nacional da Verdade;
- **Hélcio Maciel França Madeira** – Professor da Universidade de São Paulo – USP.

- **Dia 11 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o tema: Sistema Penitenciário e Penas Alternativas

Participantes:

- **Ângelo Roncalii** – Ex-Diretor do Departamento Penitenciário Nacional;
- **Marivaldo de Castro Pereira** – Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;
- **Fabiana Costa Barreto** – Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- **Dia 25 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o Objeto da Comissão

Participantes:

- **Membros da Comissão de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor atualização da Lei de Execuções Penais.**

COMISSÃO MISTA ESPECIAL COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROPOSTA DE REGIMENTO COMUM DO CONGRESSO NACIONAL (CMRRC)

- **Dia 19 de março**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Raimundo Carreiro** – Ministro do Tribunal de Contas da União.

- **Dia 09 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Cláudia Lyra do Nascimento** – Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal.

COMISSÃO ESPECIAL INTERNA COM A FINALIDADE DE FAZER LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL (CTLEGINC)

- **Dia 04 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Humberto de Azevedo Viana Filho** – Secretário Nacional de Defesa Civil;
- **Adriano Krukoski Ferreira** – Tenente-coronel do Corpo de Bombeiros da Brigada Militar do Rio Grande do Sul;
- **Dayse Cavalcanti Duarte** – Professora da UFPE e doutora em Engenharia de Proteção a Incêndios pela Universidade de Edinburgh;
- **José Tadeu da Silva** – Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA.

• **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Cristina Villanova** – Diretora do Departamento de Política, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça;
- **Adilson Antônio da Silva** – Major do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
- **José Carlos Riccardi Guimarães** – Presidente da Associação dos Oficiais da Brigada Militar – ASOFBM;
- **Helena Maria do Pojo Rego** – Representante do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Nacional.

• **Dia 25 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Miguel Velasquez** – Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul - MP/RS;
- **Ricardo Nerbas** – Diretor da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL;
- **Armando Henrique** – Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho – FENATEST;
- **Carlos Alberto Pauletto** – Diretor da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul – CUT/RS;
- **Luiz Alcides Capoani** – Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul – CREA/RS;
- **Clayton Faria Machado** – Presidente do Sindicato de Hotéis, Bares e Restaurantes de Brasília.

• **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rodrigo Garrido Dias** – Representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- **Carlos Helbingen Júnior** – Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás.

COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE NO BRASIL (CTRCP)

• **Dia 11 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Odorico Monteiro** – Secretário de Gestão Estratégica do Ministério da Saúde;
- **Maria Socorro de Souza** – Presidente do Conselho Nacional da Saúde;
- **Ronald Ferreira** – Conselheiro Nacional de Saúde.

• **Dia 18 de abril**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Jurandi Frutuoso Silva** – Secretário Executivo do CONASS;
- **Rodrigo Cesar Faleiros de Lacerda** – Secretário Municipal de Saúde de Formosa/GO e representante do CONASEMS.

• **Dia 09 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Luciana Mendes Santos Servo** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;
- **Eduardo Batista de Sá** – Representante do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

- **Dia 16 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Ivone Evangelista Cabral** – Presidente da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn;
- **Luziana Carvalho de Albuquerque Maranhão** – Vice-presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional – COFFITO;
- **Tarcísio Pinto** – Presidente da Associação Brasileira de Odontologia – Regional Taguatinga.

- **Dia 23 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **André Longo Araújo de Melo** – Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;
- **Sandro Leal Alves** – Gerente-Geral da Federação Nacional de Saúde Suplementar;
- **Fausto Pereira dos Santos** – Ex-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL (CTEFPF)

- **Dia 14 de maio**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **João Paulo da Silva Corrêa;**
- **Edilson da Silva Moraes.**

COMISSÃO EXTERNA PARA ATUALIZAR E MODERNIZAR A LEI Nº 8.666 (CTLICON)

- **Dia 24 de junho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rodolpho Tourinho Neto** – Presidente-Executivo do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada – SINICON;
- **Sidney Ferreira Batalha** – Gerente Executivo de Operações Jurídicas da Confederação Nacional da Indústria – CNI;
- **Luiz Henrique David** – Gestor de licitações da Confederação Nacional do Transporte – CNT;
- **Tatiana Abranches** – Advogada da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;
- **Júlio Fialkoski** – Vice-Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA;
- **João Alberto Viol** – Presidente do Sindicato da Arquitetura e da Engenharia – SINAENCO;
- **Mauro Ribeiro Viegas Filho** – Presidente da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia – ABCE.

- **Dia 08 de julho**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Jorge Ulisses Jacoby Fernandes** – advogado e mestre em Direito.

• **Dia 05 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Hugo Cavalcante Nogueira** – Contra-Almirante Intendente do Comando da Marinha do Brasil;
- **José Carlos Nader Motta** – General de Divisão do Comando do Exército Brasileiro;
- **Gilberto Barros Santos** – Brigadeiro Intendente do Comando da Aeronáutica do Brasil;
- **Publílio Sejano Coutinho Madruga** – Chefe de Gabinete da Secretaria de Organização Institucional do Ministério da Defesa;
- **Wagner Rosa da Silva** – Diretor de Auditoria da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União;
- **Rafaelo Abritta** – Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União;
- **Walisson Alan Correia de Almeida** – Auditor do Tribunal de Contas da União;
- **Vânia Beatriz Castiglioni** – Diretora de Administração e Finanças da EMBRAPA;
- **Marcos Vinícius Ferreira Mazoni** – Diretor-Presidente do SERPRO;
- **Thais de Melo Queiroz** – do Departamento de Logística e Serviços Gerais da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação;
- **Osmar Parra** – do Departamento de Infraestrutura de Logística da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento.

• **Dia 19 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Paulo Simão** – Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC;
- **Jeovani Salomão** – Vice-Presidente de Articulação Política da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação – ASSESPRO;
- **Franco Oliveira** – Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Distribuidores de Produtos Especiais e Excepcionais – ABRADIMEX;
- **Jorge Froes Aguilar** – Diretor Executivo da Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico – ABAFARMA;
- **Celita Oliveira Sousa** – Consultora Jurídica da Federação Nacional das Empresas de Serviço e Limpeza Ambiental – FEBRAC;
- **Carlos Roberto Vieira** – Diretor Executivo da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais – ABRELPE;
- **Luciano Cardoso** – Representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública – ABLP;
- **Haroldo Pinheiro Villar** – Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR;
- **Paulo Henrique Paranhos** – Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Distrito Federal – IAB/DF.

• **Dia 02 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Carlos Lago Bouza** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- **Frederico Rabello** – Especialista Sênior de Aquisições do Banco Mundial;
- **Gileno Gurjão Barreto** – Sócio da Price Waterhouse Coopers;
- **Luis Roberto Ponte** – Ex-Deputado Federal, autor do Projeto de Lei nº 1.491/91 que deu origem à Lei 8.666;
- **Juliana dos Santos Loiola** – representante da Confederação Nacional dos Municípios;
- **Mauro Ricardo Machado Costa** – Secretário Municipal de Fazenda de Salvador;
- **Ricardo Leite Ribeiro** – Chefe de Gabinete da Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE;
- **Edmundo Oliveira** – Diretor de Relações Institucionais da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação – BRASSCOM.

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO (CJARB)**• Dia 09 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Flávio Crocce Caetano** – Secretário de Reforma do Judiciário.

• Dia 26 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Marco Antonio Sampaio Moreira Leite** – Presidente do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA;
- **Francisco José Cahali** – Conselheiro e Árbitro do Conselho Arbitral do Estado de São Paulo – CAESP;
- **Leonardo Delmondes Avelino** – Presidente da 2ª Corte de Conciliação e Arbitragem de Goiânia;
- **Marlon Tramontina Cruz Urtozini** – Advogado do Bradesco e Coordenador da Subcomissão de Conciliação da Federação Brasileira dos Bancos – FEBRABAN;
- **Luiz Olavo Baptista** – Árbitro da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo – CIESP e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP.

• Dia 27 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Roberto Teixeira da Costa** – Presidente da Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da BM&F Bovespa;
- **Paul Eric Mason** – Coordenador do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- **Andrea Maia** – Coordenadora do International Mediation Institute no Brasil – IMI;
- **Frederico Straube** – Presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá;
- **Mariana Freitas** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Joaquim de Paiva Muniz** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Ricardo Loretti** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Arbitragem da Ordem dos Advogados do Brasil;
- **Samantha Pelajo** – Representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB -, e Membro da Comissão de Mediação da Ordem dos Advogados do Brasil.

• Dia 28 de agosto

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Amaury Oliva** – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor;
- **Roberto Pasqualin** – Presidente do Centro de Arbitragem da Câmara Americana de Comércio no Brasil;
- **Aldovrando Teles Torres** – Assessor Jurídico da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil;
- **Ana Lucia Pereira** – Presidente do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem – CONIMA;
- **Simone Andreia Pinto Ambrósio** – Diretora-Geral União dos Advogados Públicos Federais do Brasil – UNAFE;
- **Ricardo Pereira Junior** – Juiz Coordenador, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de São Paulo – CEJUSC/SP;
- **Rogério Portugal Bacellar** – Presidente da Associação dos Notários e Registradores do Brasil – ANOREG/BR.

- **Dia 29 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Octavio Fragata Martins de Barros** – Diretor do IDEA - Instituto de Estudos Arbitrais;
- **Carlos Henrique de C. Fróes** – Presidente da Comissão de Arbitragem do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB;
- **Lauro da Gama e Souza Júnior** – Presidente do CBAR - Comitê Brasileiro de Arbitragem;
- **Luiz Périssé Duarte Junior** – Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP;
- **Cássio Augusto Muniz Borges** – Gerente Executivo da Diretoria Jurídica da Confederação Nacional da Indústria;
- **Marcelo Dias Gonçalves Vilela** – Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial Brasil – CAMARB.

COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL (CJNCCOM)

- **Dia 26 de agosto**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Armando Rovai** – Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

CPI DA ESPIONAGEM (CPIDAESP)

- **Dia 17 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Magda Chambriard** – Diretora-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

- **Dia 18 de setembro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Maria das Graças Silva Foster** – Presidente da Petrobras.

- **Dia 2 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Pedro Rezende** – professor da Universidade de Brasília;
- **José Carlos dos Santos** – General e chefe do Centro de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro; e
- **Samuel César da Cruz Júnior** – Assessor da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

- **Dia 9 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Glenn Greenwald** – Repórter do Jornal "The Guardian"; e
- **David Miranda**.

- **Dia 15 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **José Alberto de Freitas legas** – Diretor de Inteligência da Polícia Federal; e
- **João Batista de Rezende** – Presidente da ANATEL.

• **Dia 22 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Rafael Moreira** – Conselheiro do CGI;
- **Rodrigo Assad** – professor da UFPE; e
- **Paulo Sérgio Pagliusi** – Diretor do ISACA-RJ.

CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL - CTEDUC)

• **Dia 23 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Juca Gil** – Editor-Chefe da Revista da Associação Nacional de Pesquisa em financiamento da Educação - FINEDUCA e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS;
- **Daniilo de Melo Souza** – Secretário da Educação e Cultura do Estado do Tocantins e Representante do Conselho de Secretários de Educação - CONSED;
- **Waldery Rodrigues Júnior** – Economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e
- **Manuel Marcos Formiga** – Professor-Pesquisador da Universidade de Brasília - UnB.

CT - DESTINADA A DEBATER E PROPOR SOLUÇÕES PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL - CTSEGPUBL

• **Dia 23 de outubro**

Finalidade:

Exposições sobre o objeto da Comissão

Participantes:

- **Maria do Rosário Nunes** – Ministra de Estado da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
- **Regina Maria Filomena de Luca Miki** – Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; e
- **Leandro Piquet Carneiro** – professor doutor da Universidade de São Paulo – USP.

• **Dia 30 de outubro**

Finalidade: Financiamento da Segurança Pública

Participantes:

- **Alexandre Bustamante dos Santos**, Secretário de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso;
- **Rogério Galloro**, Diretor Substituto do Departamento de Polícia Federal – DPF;
- **Fernando Duran**, Diretor de Administração do Departamento de Polícia Federal – DPF;

DILIGÊNCIAS

DILIGÊNCIAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
Comissão Externa - Transposição e Revitalização do Rio São Francisco (CTERIOSFR).	4
TOTAL	4

COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (CTERIOSFR)

• **Dias 07 e 08 de março nos estados de Pernambuco e Ceará**

Finalidade:

Visita ao Eixo Norte da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional.

• **Dia 19 de abril nos estados da Paraíba e Pernambuco**

Finalidade:

Visita ao Trecho Leste da obra de transposição do Rio São Francisco

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;
- **Robson Botelho** – Diretor de Recursos Hídricos do Ministério da Integração Nacional;
- **Luiz Cláudio de Freitas** – Representante da Controladoria-Geral da União;
- **Hugo Motta** – Deputado Federal;
- **Carlos Brandão** – Deputado Federal.

• **Dia 26 de agosto em Monteiro/PB**

Finalidade:

Solenidade da Assinatura de Ordem de Serviço de serviço para início das obras da Meta 3 do Eixo Leste da Transposição do Rio São Francisco.

Participantes:

- **Fernando Bezerra** – Ministro da Integração Nacional;

• **Dia 30 de agosto em Serra Talhada/PE**

Finalidade:

Discutir o andamento da Obra de Transposição do Rio São Francisco, bem como as obras de segurança hídrica.

Participantes:

- **Prefeitos do Estado de Pernambuco de municípios beneficiados pelas obras de transposição.**

-

MEDIDAS PROVISÓRIAS EM TRAMITAÇÃO NA COCM	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO
621/2013	
623/2013	

VETOS EM TRAMITAÇÃO NA COCM (após Resolução nº 1, 2013 – CN)	
VETO	PRAZO NA COMISSÃO
36/2013	
37/2013	
38/2013	
39/2013	
40/2013	
41/2013	
42/2013	
43/2013	
44/2013	

MATÉRIAS AGUARDANDO ELABORAÇÃO DE PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (art.11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN)		
MEDIDAS PROVISÓRIAS	DATA DA PUBLICAÇÃO	PRAZO
617/2013		
621/2013		

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS DE MEDIDA PROVISÓRIA

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 621/2013	
MPV 623/2013	
TOTAL	03

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 621/2013

24/09/2013 – 7ª

“Institui o Programa

Mais Médicos e dá outras providências”.

Resultado: Em 24/09/2013 é aberta a Reunião. São rejeitados os Requerimentos nºs 3 a 7 - MPV621/2013, que solicitam a realização de Audiências Públicas com o objetivo de instruir a matéria. O Presidente suspende a reunião e sua reabertura fica marcada para o dia 25/09/2013. Em 25/09/2013 é reaberta a Reunião. O relator, Deputado Rogério Carvalho, apresenta Complementação de Voto. O Presidente suspende a reunião e sua reabertura fica marcada para o dia 01/10/2013. Nesta data é reaberta a Reunião. Aprovado Relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, pela aprovação da Medida Provisória, nos termos do Projeto de Lei de Conversão consolidado, apresentado pelo Relator em 01/10/2013.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 623/2013

15/10/2013 – 4ª

“Altera a Lei nº 12.844,

de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”.

Resultado: O Relator, Senador Cícero Lucena, faz a leitura do Relatório. Fica concedida vista coletiva da matéria, nos termos regimentais.

22/10/2013 – 5ª

“Altera a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para dispor sobre operações de crédito rural relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE”.

Resultado: Em 22/10/2013 é aberta a Reunião. O Relator, Senador Cícero Lucena, apresenta Errata ao Relatório apresentado na Reunião anterior. O Presidente suspende a reunião e a reabertura fica marcada para o dia 29/10/2013. Em 29/10/2013 é reaberta a Reunião. O Relator apresenta nova Errata. Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da Comissão, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado nesta data, com a exclusão dos artigos 6º e 7º e a renumeração dos demais.

PARECERES APROVADOS PELAS COMISSÕES MISTAS

RELATÓRIOS APROVADOS NA COMISSÃO	
MEDIDA PROVISÓRIA	
621/2013	
623/2013	
TOTAL	02

RELATÓRIO ACUMULADO NO PERÍODO DE 02/02 A 31/10/2013

REUNIÕES

REUNIÕES REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
MPV 582/2012	
MPV 586/2012	
MPV 587/2012	
MPV 589/2012	
MPV 590/2012	
MPV 591/2012	
MPV 592/2012	
MPV 593/2012	
MPV 594/2012	
MPV 595/2012	
MPV 597/2012	
MPV 599/2012	
MPV 600/2012	
MPV 601/2012	
MPV 602/2012	
MPV 603/2013	
MPV 605/2013	
MPV 606/2013	
MPV 607/2013	
MPV 608/2013	
MPV 609/2013	
MPV 610/2013	
MPV 612/2013	
MPV 613/2013	
MPV 614/2013	
MPV 615/2013	
MPV 617/2013	

MPV 618/2013	
MPV 619/2013	
MPV 620/2013	
MPV 621/2013	
MPV 623/2013	
TOTAL ACUMULADO	116

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELAS COMISSÕES MISTAS, POR MEDIDA PROVISÓRIA	
TOTAL ACUMULADO	28

PARECERES APROVADOS

TOTAL ACUMULADO	28

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS

EMENDAS APRESENTADAS ÀS MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MPV 597/2012	
MPV 599/2012	
MPV 600/2012	
MPV 601/2012	
MPV 602/2012	
MPV 603/2013	
MPV 605/2013	
MPV 606/2013	
MPV 607/2013	
MPV 608/2013	
MPV 609/2013	
MPV 610/2013	
MPV 612/2013	
MPV 613/2013	
MPV 614/2013	
MPV 615/2013	

MPV 617/2013	
MPV 618/2013	
MPV 619/2013	
MPV 620/2013	
MPV 621/2013	
MPV 623/2013	
TOTAL ACUMULADO	2431

D – ATENDIMENTO AO USUÁRIO DO PROCESSO LEGISLATIVO

Atendimentos realizados
01 a 31/10/2013

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527) 01 a 31/10/2013

Solicitações	Quantidade
Atendidas	100
Indeferidas	7
Total	107

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta) 01 a 31/10/2013

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	72
E-mail	26
Presencial	2
Carta	0
Aguardando resposta	0
Total	100

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

01 a 31/10/2013

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	32
Solicitações de listagem de proposições	3
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	10
Identificação de proposições	26
Dúvidas gerais de processo legislativo	4
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	5
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	7
Outras	13
Total	100

Atendimentos realizados 01/01/2013 a 31/10/2013 - Consolidado

Pedidos de Acesso a Informações (art. 30, III, da Lei 12.527)

Solicitações	Quantidade
Atendidas	891
Indeferidas	29
Total	920

Pedidos de Acesso a Informações (por meio de resposta)

Tipo de Canal	Quantidade
Telefone	630
E-mail	245
Presencial	14
Carta	2
Aguardando resposta	0
Total	891

Pedidos de Acesso a Informações (por Assunto)

Atendimentos por Categorias	Quantidade
Informações sobre tramitação de proposições específicas	303
Solicitações de listagem de proposições	50
Solicitação de peças legislativas (pareceres, avulsos, atas etc)	116
Identificação de proposições	111
Dúvidas gerais de processo legislativo	98
Dúvidas e reclamações relativas ao uso de ferramentas do sítio do Senado	38
Dúvidas sobre sessões e calendário do Senado	59
Outras	116
Total	891

E – OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

Atendimentos realizados

01 a 31/10/2013

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	59
NORDESTE	23
SUL	21
CENTRO-OESTE	12
NORTE	4
NÃO INFORMADO	3
TOTAL	122

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	53
ENSINO MÉDIO	34
PÓS-GRADUAÇÃO	30
ENSINO FUNDAMENTAL	4
NÃO ALFABETIZADO	1
TOTAL	122

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	83
FEMININO	39
TOTAL	122

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
GESTÃO ADMINISTRATIVA	1	7	9	6	7			30
ATUAÇÃO PARLAMENTAR		2	3	1	10	4		20
OUVIDORIA			2		4	1		7
PROCESSO LEGISLATIVO		1		2	4			7
FORA DA COMPETÊNCIA	1	4	2	7	11	3		28
OUTROS	1	3	6	7	7	6		30
TOTAL	3	17	22	23	43	14		122

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	45
RECLAMAÇÃO	45
CRÍTICA	8
SUGESTÃO	8
ELOGIO	4
DENÚNCIA	1
NÃO IDENTIFICADO	11
TOTAL	122

Atendimentos realizados
01/01 a 31/10/2013

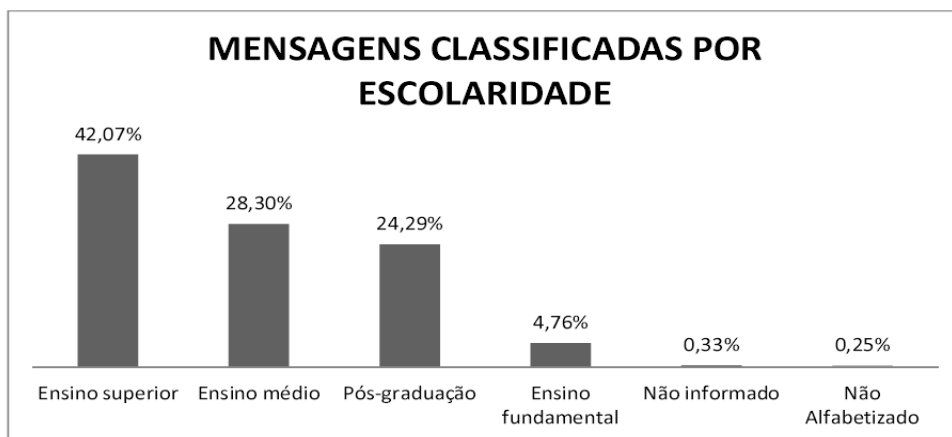
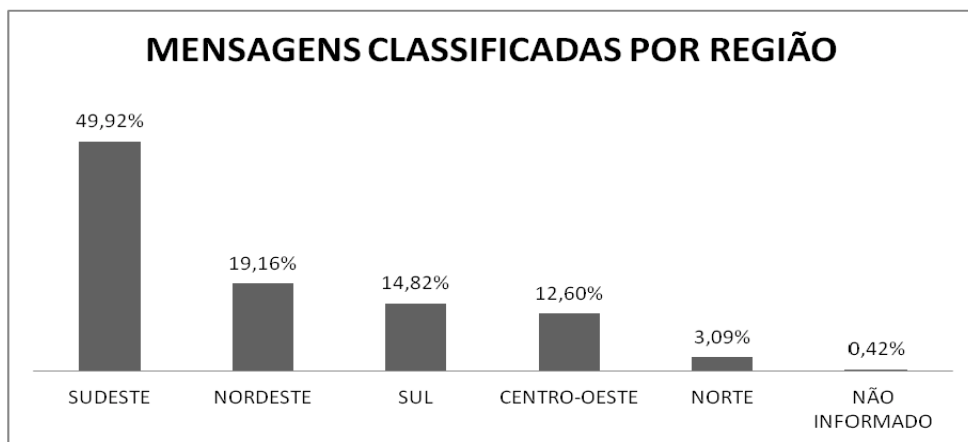
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR REGIÃO	
SUDESTE	1.196
NORDESTE	459
SUL	355
CENTRO-OESTE	302
NORTE	74
NÃO INFORMADO	10
TOTAL	2.396

MENSAGENS CLASSIFICADAS POR ESCOLARIDADE	
ENSINO SUPERIOR	1.008
ENSINO MÉDIO	678
PÓS-GRADUAÇÃO	582
ENSINO FUNDAMENTAL	114
NÃO INFORMADO	8
NÃO ALFABETIZADO	6
TOTAL	2.396

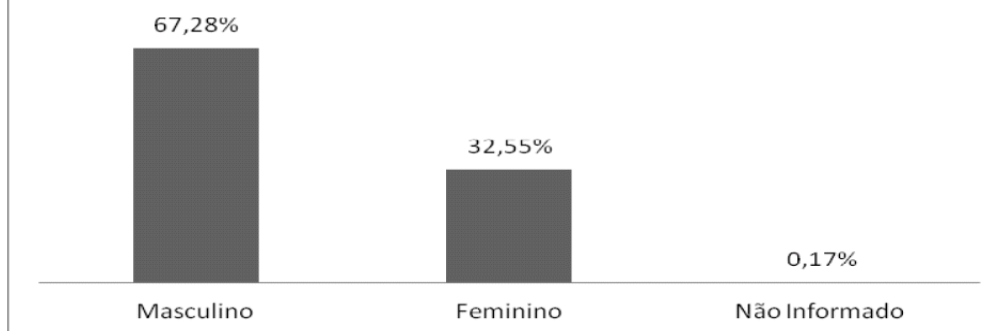
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR GÊNERO	
MASCULINO	1.612
FEMENINO	780
NÃO INFORMADO	4
TOTAL	2.396

MENSAGENS CLASSIFICADAS ASSUNTO E FAIXA ETÁRIA								
TEMA	ATÉ 19 ANOS	DE 20 A 29 ANOS	DE 30 A 39 ANOS	DE 40 A 49 ANOS	DE 50 A 59 ANOS	MAIS DE 60 ANOS	NÃO INFORMADO	TOTAL
ATUAÇÃO PARLAMENTAR	19	89	123	152	169	124	4	680
GESTÃO ADMINISTRATIVA	28	105	95	77	58	17	1	381
TRABALHO E EMPREGO	1	38	56	44	43	12		194
SEGURANÇA PÚBLICA	7	22	31	50	30	26	1	167
PROCESSO LEGISLATIVO	4	23	25	22	27	17	1	119
FORA DA COMPETÊNCIA	8	42	64	82	81	47	2	326
OUTROS	8	58	111	124	141	86	1	529
TOTAL	75	377	505	551	549	329	10	2.396

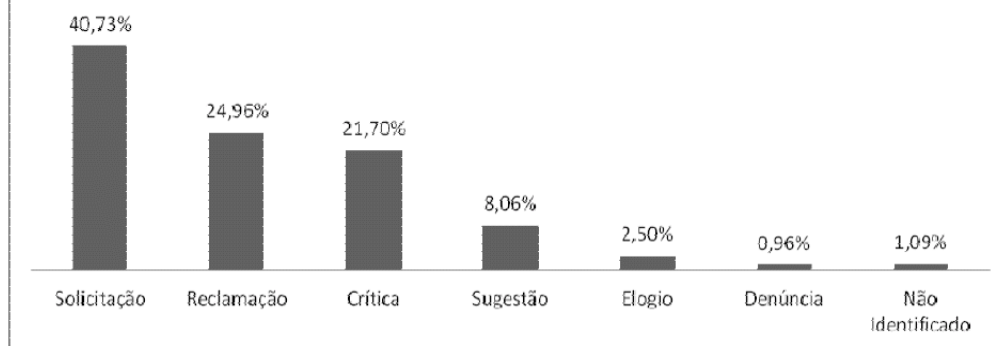
MENSAGENS CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM	
SOLICITAÇÃO	976
RECLAMAÇÃO	597
CRÍTICA	520
SUGESTÃO	193
ELOGIO	60
DENÚNCIA	23
NÃO INFORMADO	27
TOTAL	2.396



MANIFESTAÇÕES CLASSIFICADAS POR GÊNERO



MANIFESTAÇÕES CLASSIFICADAS POR TIPO DE ABORDAGEM





PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMIÇÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMIÇÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 148 páginas
(OS: 16778/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

